



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

CRISTIANI DERNER

POLÍTICAS ESTUDANTIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA DISCENTES
MÃES DA UFRJ: observação de experiências a partir do Coletivo de Mães da UFRJ
(CMUFRJ)

Rio de Janeiro
2025



UFRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL – ESS

CRISTIANI DERNER

POLÍTICAS ESTUDANTIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA DISCENTES
MÃES DA UFRJ: observação de experiências a partir do Coletivo de Mães da UFRJ
(CMUFRJ)

Rio de Janeiro
2025

CRISTIANI DERNER

POLÍTICAS ESTUDANTIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA DISCENTES
MÃES DA UFRJ: observação de experiências a partir do Coletivo de Mães da UFRJ
(CMUFRJ)

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social, sob a orientação de Cibele Henriques.

Rio de Janeiro

2025

CRISTIANI DERNER

POLÍTICAS ESTUDANTIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA PARA DISCENTES
MÃES DA UFRJ: observação de experiências a partir do Coletivo de Mães da UFRJ
(CMUFRJ)

TCC aprovado em: 16 de Julho de 2025.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cibele Henriques (Orientadora)
Escola de Serviço Social (UFRJ)

Profa. Dra. Mably Trindade
Escola de Serviço Social (UFRJ)

Profa. Dra. Monique Cruz
Escola de Serviço Social (UFRJ)

Profa. Mithaly Corrêa
Faculdade de Educação (UERJ)

Rio de Janeiro
2025

Dedicatória

*À Tiffany, razão dessa pesquisa existir,
de eu não ter desistido
e, também, razão de eu ainda estar aqui.
Àqueles que não largaram minha mão
nessa trajetória.
Aos que largaram também,
pois, me obrigaram
a descobrir a força que eu tenho.*

AGRADECIMENTOS

Quando penso em agradecer me vem tanta coisa na cabeça. Tantos gatilhos e tantas lembranças. Eu passei muito tempo olhando para o lado ruim. Voltando para o passado ao invés de viver o presente. Viver assim me tirou muita coisa. Me levou muitas pessoas. Me sacudiu de diversas formas diferentes até eu conseguir entender que eu preciso estar aqui e agora. E que eu preciso sim agradecer.

Agradecer ao universo, que me manteve de pé. Agradecer as pessoas que fizeram parte do que eu vivi até aqui. As que estão comigo e as que ficaram pelo caminho, mas que fizeram diferença nesse processo.

Agradeço à Tiffany. Minha filha, minha razão de estar aqui e de ter voltado os olhos para a temática deste trabalho. A ela, que me deu força sem sequer saber disso. Que me fez não desistir até hoje. A ela que é o motivo de eu estar aqui nesse mundo ainda. A ela que me fez entender o que é ser mãe e a força que só uma mãe tem quando o assunto é ser exemplo, dar exemplo, educar pelo amor e não pela dor, me fazendo quebrar as correntes do passado e me desvencilhar do que eu trazia na bagagem das lembranças do que era uma relação de mãe e filha. Tiffany, minha filha. Eu não sou a melhor mãe do mundo, mas faço meu melhor pensando em você. Obrigada por me entender tantas vezes e me desafiar todos os dias a entender como esse mundo louco funciona para fazer caber nele a nossa história, quem nós somos juntas. Te amo ao infinito e além.

Agradeço a Dra. Rafaela, minha psicóloga, a Dra. Ana Beatriz, minha psiquiatra. Ambas foram essenciais para eu não desistir da graduação e nem da minha vida. Os processos mais difíceis da depressão eu passei durante a graduação e tendo elas como suporte fundamental. A saúde mental de todo mundo está ferrada. A vida tá difícil nessa sociedade que insiste em tentar nos fazer desistir todos os dias. Por isso preciso enfatizar o quanto tentar cuidar da minha saúde mental fez diferença e continua fazendo, na minha vida. E sem essas duas mulheres incríveis eu não conseguiria olhar para trás e reconhecer meu esforço, abraçar minhas cicatrizes. Nem a olhar para frente e pensar num futuro dentro da profissão. Obrigada por não desistirem de mim.

Parando para pensar no caminho que fiz até aqui, agradeço à minha professora de português ensino médio, Emiliane Teixeira. Ela foi a primeira pessoa a demonstrar admiração pela Cris estudante. Sua forma de dar aula e suas palavras

foram o primeiro incentivo para eu perceber que para mim, estudar não era só obrigação.

Agradeço a Lucilene, minha ex esposa, que foi o motivo para eu me mudar para o Rio de Janeiro e me fez descobrir que eu queria sim fazer faculdade. Mas não qualquer uma, a UFRJ. Seu apoio, seu incentivo e seu suporte foram essenciais para que eu desse os primeiros passos em direção a graduação. Foi com ela que dividi a felicidade da notícia da aprovação e foi ela quem me incentivou nos primeiros semestres, além de dividir o cuidado com Tiffany e fazer a trajetória ser mais leve.

Agradeço aos professores do Pré Vestibular Social do CEDERJ, do polo de Piabetá, em Magé, onde fiz o primeiro e único ano de cursinho, em 2019. Eu já tinha 27 anos, me sentindo deslocada daquela turma de adolescentes e fui acolhida e encorajada a continuar. E deu certo.

A minha amiga Carine, que foi inspiração para mim desde o momento em que nos conhecemos. Sua amizade e sua fé em mim me incentivaram a continuar a acreditar que eu conseguiria. A mulher que você é hoje eu quero ser um dia.

Ao meu Rivotrio, que não é o medicamento, mas foi remédio para minhas dores, foi o equilíbrio da minha balança e fez eu não desistir nos momentos em que eu só queria jogar a toalha. Camila me ensinou a ter esperança na vida e ver as coisas com mais leveza e doçura. Mesmo ficando pelo caminho deixou marcas em mim que o tempo não apaga. Erika sempre foi minha paz, meu refúgio. Se é para pensar em força e vontade de viver eu penso nela, que me mostra todos os dias que vale a pena mover mundos por quem a gente ama. Que desistir não é opção e que ainda existem pessoas boas de verdade.

À Cibeles, que aceitou ser minha orientadora e não duvidou da minha capacidade. Que me incentivou, me apoiou e foi inspiração para mim desde a primeira aula que tive com ela. Que me fez acreditar que eu conseguiria terminar esse trabalho e fez o que pôde para me auxiliar nesse caminho. Sem você esse trabalho não teria saído. Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos e pelo carinho.

As professoras da Escola de Serviço Social da UFRJ que passaram pela minha formação e me inspiraram, me mostraram o valor da nossa profissão e me fizeram ter certeza do caminho que escolhi seguir. Às profissionais do HUCFF que me mostraram a prática da profissão, me acolheram durante meu estágio obrigatório

sendo exemplos de humanidade e profissionalismo e que me fizeram perceber uma paixão pela área da saúde que eu nem imaginava que tinha. Ser inspirada por vocês com certeza moldou um pouco da profissional que estou buscando ser. Obrigada.

As companheiras de militância e de luta, que foram base, apoio, suporte, par. Minhas pares nesse mundo louco que é o de conciliar maternidade, vida pessoal, vida profissional e academia. Que forjaram minha intenção e ação de lutar por visibilidade, por nosso lugar na universidade, nosso espaço. Que, através delas me vi, me encontrei. Me fizeram perceber a força que eu tinha por estar com elas, dividindo vivências e histórias. Mithaly, Karín, Gabi, Nathalia, Ivana e tantas outras. As que participaram do projeto de Extensão Mães na Universidade UFRJ, que fazem parte do Coletivo de Mães da UFRJ, que fazem parte da luta e que me inspiram.

Alice, amore mio, aposto que você pensou que eu não ia lembrar de você. Mas como eu não vou lembrar da minha irmã gêmea de alma, da pessoa que se parece mais comigo do que eu mesma? Da pessoa que parece estar sempre vivendo minha vida, passando pelos meus problemas e pelas minhas felicidades? Da pessoa que mora tão, tão distante, mas não sai nunca de perto de mim? Não tem como eu esquecer da minha melhor amiga, principalmente na realização de um sonho que sonhamos juntinhas. Meu momento chegou, amoreeeee. E em breve vai ser o seu. Você esteve do meu lado nesse processo e sabe o quanto foi difícil. Você não soltou minha mão. Você me ensinou tanto. Não tem como eu falar tudo porque você sabe que sou boa com textão e esse trabalho aqui já tá bem grande. Mas você sabe o que eu tô sentindo. Você sente junto comigo. Sente por mim. Nossa história a gente divide e constrói juntas. Já te falei, você faz parte da minha base. Tô aqui por você também. E esperando sua vez para comemorar igualzinho tô comemorando agora. Love u, amore.

Preciso agradecer aos meus gatos que foram suporte emocional mesmo sem saber, achando que eu era só uma Felícia quando na verdade eu estava buscando aconchego e carinho. Ter animal de estimação faz com que a gente nunca se sinta só. E mesmo eu gostando de estar sozinha a maior parte do tempo, ter eles na minha companhia fez meus dias serem melhores.

Ao Márcio, que ficou por último por ter chegado por último, mas que tomou seu lugar na minha trajetória e fez parte de cada mínimo detalhe nos últimos anos. Que não soltou minha mão mesmo eu fazendo de tudo para que ele se afastasse. Que além de não sair do meu lado ainda fez questão de se colocar presente em

todos os momentos, de participar ativamente desse processo, e de tantos outros. De me puxar do fundo do poço, onde eu passei boa parte do tempo abraçada na Samara. De não deixar eu desistir. Resignificou minha maneira de ver a vida e me fez perceber que vale a pena sim tentar de novo, e de novo, e de novo. Obrigada por tornar o fardo mais leve de carregar dividindo o peso comigo. - Somos incríveis juntos e eu amo quem sou quando estou com você.

E no fim de tudo isso eu preciso agradecer a mim também. À Cris criança, que tinha um universo de sonhos dentro de si. À Cris adolescente, que segurou algumas das barras mais pesadas da nossa vida sem se entregar. Que soube recomeçar e buscar motivos para continuar vivendo. À Cris de 2019 que acreditou que poderia voltar a estudar. À Cris de 2020 que sentiu o coração cheio de alegria com a aprovação. À Cris de todos os anos que vieram depois, que passou pela pandemia, pelas várias fases da depressão, pelos piores momentos consigo mesma e pelas barreiras que enfrentou para deixar para trás vícios e medos. Que se manteve de pé e finalizou a graduação com excelência mesmo achando sempre que não era capaz. Ao que eu sou hoje, que é uma mistura de todas, e de todos que estão nesses agradecimentos, pois a gente não passa pela vida sem deixar um pouquinho de nós nos outros e sem pegar um pouquinho dos outros para nós. Um pouco clichê, eu sei. Resquício da Cris sonhadora rs. Obrigada UFRJ. Obrigada Escola de Serviço Social. Obrigada Cris.

Ps: Carlos, meu amor, meu amigo, meu irmão de outra vida. Eu terminei! Você sempre disse que eu era inteligente demais e que você se inspirava muito em mim, mas você não sabe o quanto eu me inspirei em você para buscar mais leveza na vida, para buscar mais risadas e ingenuidade, para buscar mais confiança e vontade de viver. Até hoje dói a sua partida. Até hoje quero voltar na loja para ganhar seu abraço e fofocar. Ouvir sua risada e admirar o sorriso mais lindo que eu já vi em alguém. Falar da vida e te dar esporro por deixar os outros se aproveitarem da sua bondade. Talvez por isso você tenha ido tão cedo. Você sempre foi bom demais para esse mundo que não te merecia. Só queria ter tido a chance de te dizer que consegui e ganhar um abraço de urso em comemoração. Você faz falta. Sempre vai fazer. Onde você estiver eu sei que não deixa de olhar por mim e eu te agradeço por isso. Na minha trajetória tem muito de você. Obrigada por ter me permitido a honra de te chamar de amigo.

RESUMO

DERNER, Cristiani. Políticas estudantis de acesso e permanência para discentes mães da UFRJ: observação de experiências a partir do Coletivo de Mães da UFRJ – CMUFRJ. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, julho de 2025.

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as políticas de acesso e permanência para discentes mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da observação participante com foco nas experiências do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ). Para tanto, traçamos como objetivos específicos a saber, evidenciar os desafios enfrentados por mulheres-mães no ensino superior, marcados por desigualdades de gênero, raça e classe. Destacar a luta por políticas estudantis que garantam condições equitativas de permanência. Analisar as políticas de acesso e permanência estudantil materna na UFRJ, utilizando uma abordagem interseccional, a partir de pesquisa participante e militante que se combina com a revisão bibliográfica interseccional, pesquisa documental, escrivência e análise de dados institucionais, bem como relatos das integrantes do CMUFRJ para fins de demonstrar como a maternidade é invisibilizada no ambiente acadêmico. Os resultados iniciais apontam para a necessidade de transformações estruturais, físicas e pedagógicas, envolvendo a viabilização de acesso a creches, a flexibilização de prazos de entregas e execução de trabalhos e a extensão da licença-maternidade estudantil, além da valorização do trabalho de cuidado como responsabilidade coletiva. A pesquisa também reforça a importância dos coletivos estudantis maternos e seu fortalecimento com participação nas instâncias colegiadas decisórias para a construção de uma universidade mais equânime.

Palavras-chave: Maternidade; Acesso e permanência; Políticas estudantis; Interseccionalidade; Coletivos Materno Universitários.

ABSTRACT

DERNER, Cristiani. Student policies on access and retention for student mothers at UFRJ: observation of experiences from the UFRJ Mothers' Collective (CMUFRJ). Final Course Project (TCC) – School of Social Work, Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, July 2025.

The overall objective of this research is to analyze the policies on access and retention for student mothers at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ), based on participant observation focused on the experiences of the UFRJ Mothers' Collective (CMUFRJ). To this end, we have outlined the following specific objectives: to highlight the challenges faced by women-mothers in higher education, marked by gender, race, and class inequalities; to highlight the struggle for student policies that guarantee equitable conditions for permanence. To analyze policies for maternal student access and retention at UFRJ. Using an intersectional approach, based on participant and activist research combined with an intersectional literature review, documentary research, *escrivência* [writing-living], and analysis of institutional data and reports from CMUFRJ members to demonstrate how motherhood is invisible in the academic environment. The initial results point to the need for structural, physical, and pedagogical transformations, involving the provision of access to daycare centers, the flexibilization of deadlines for the delivery and execution of work, and the extension of student maternity leave, in addition to the valorization of care work as a collective responsibility. The research also reinforces the importance of student mother collectives and their strengthening through participation in collegiate decision-making bodies for the construction of a more equitable university.

Keywords: Motherhood; Access and permanence; Student policies; Intersectionality; University Mother Collectives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Situação de pobreza das mulheres no trabalho de cuidado por raça/cor.....	56
Figura 2 — Variação percentual de ingressantes UFRJ no período de 2010 a 2023.....	62
Figura 3 — Percentual de ingressantes por cor/raça UFRJ no ano de 2023.....	63
Figura 4 — Levantamento de dados de discentes mães.....	81
Figura 5 — Número de vagas ofertadas pelo edital 2023.2.....	84
Figura 6 — Número de vagas ofertadas pelo edital 2023.1.....	84
Figura 7 — Auxílios Vinculados à Resolução CONSUNI 02/2019.....	94
Figura 8 — Fatores contribuintes para o sofrimento psíquico de mulheres-mães.....	96
Figura 9 — Coletivos Materno Universitários em Rede: uma conexão Nacional.....	99
Figura 10 — Instagram da Casa Acolhe UFRGS.....	103
Figura 11 — Instagram da Casa Acolhe UFRGS.....	103
Figura 12 — Instagram da Casa Acolhe UFRGS.....	104
Figura 13 — Ação OCUPA MÃE.....	105
Figura 14 — Instagram Coletivos Mãe UNB.....	106
Figuras 15, 16, 17 — Instagram GMater da UNB sobre linhas de pesquisa.....	106-107

LISTA DE TABELAS

Tabela	1	—	Cursos	com	Predominância	
Feminina.....						29
Tabela	2	—	Cursos	com	Predominância	
Masculina.....						30
Tabela	3	—	Produções	Acadêmicas	das	Integrantes
do Núcleo						
Materna.....						33-34
Tabela	4	—	Eixos	de	Atuação	do
GTI.....						58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI-5	Ato Institucional nº 5
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEU	Conselho de Extensão Universitária
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMUFRJ	Coletivo de Mães da UFRJ
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIM	Coordenação dos Direitos das Mulheres
CONSUNI	Conselho Universitário da UFRJ
DAE	Divisão de Apoio ao Estudante
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DIGEPE	Diretoria de Gênero e Pertencimento
DIPED	Divisão de Integração Pedagógica
DISAE	Divisão de Saúde do Estudante
EUA	Estados Unidos da América
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
GMATER	Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Maternidades, Parentalidade e Sociedade
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
GTPEG	Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LAI	Lei de Acesso à Informação
LOA	Lei Orçamentária Anual
MDS	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome

MEC	Ministério da Educação
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Programa Empresa Cidadã
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PLOA	Projeto da Lei Orçamentária Anual
PNaC	Política Nacional de Cuidados
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAES	Política Nacional de Assistência Estudantil
PR2	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
PR3	Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças
PR5	Pró-Reitoria de Extensão
PR7	Pró-Reitoria de Políticas Estudantis
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROFAEX	Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão
RMM	Razão de Mortalidade Materna
SDH	Secretaria de Direitos Humanos
SGAADA	Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade
SIM	Sistema de Informação sobre Mortalidade
SINTUFRJ	Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro
STEM	Science, Technology, Engineering, and Mathematics (Ciências, Tecnologia, Engenharia e Matemática)
SUS	Sistema Único de Saúde
TI	Tecnologias da Informação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
URJ	Universidade do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
METODOLOGIA.....	20
ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	23
1. MATERNIDADE, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA: as lutas das mulheres-mães no ensino superior.....	25
1.1 Os Coletivos Universitários e as Lutas Estudantis pela Permanência: perspectiva histórica e protagonismo de mulheres mães.....	26
1.2 A Interseccionalidade como Estratégia para o Enfrentamento da Desigualdade de Gênero e Raça no Acesso e Permanência de Mulheres-Mães no Ensino Superior. 35	
1.3 E Eu Não Sou uma Estudante? A culpabilização e não integração da mulher mãe nos espaços acadêmicos.....	43
1.4 Justiça Reprodutiva: o controle dos corpos femininos e a maternidade como continuum da opressão.....	48
1.5 Quem Sustenta a Base? O trabalho de cuidado entre a exploração e a resistência.....	55
2. DE QUEM PARA QUEM? AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL MATERNA NA UFRJ.....	60
2.1 A UFRJ e a luta estudantil: os coletivos universitários como base para uma universidade equânime.....	61
2.2 A política da invisibilização materno-estudantil e a invisibilidade das estudantes mães.....	65
2.3 Quem são as Integrantes do Coletivo de Mães? Suas vivências, desafios e lutas. 75	
2.4 A Política Estudantil da UFRJ.....	80
2.5 Como as Condicionalidades Impostas em uma Política Estudantil Operam para a Dificuldade de Acesso e Permanência e não para a Equidade.....	91
2.6 Coletividade na Prática e Ações a se Inspirar: coletivos materno estudantis compartilham experiências com seus pares e inspiram novas vivências.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

"E eu não sou uma estudante?" Essa pergunta ecoa em mim todos os dias enquanto concilio estudos, trabalho, vida pessoal e maternidade. Este trabalho nasce da minha pele, da minha vivência como mulher-mãe, estudante da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sou graduanda em Serviço Social, integrante do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ), e esta pesquisa é mais que um exercício acadêmico, é um ato político de escrevivência, uma escrita que brota do cotidiano, da resistência e do afeto.

Da escrevivência de Conceição Evaristo (2020), que descreve a luta das mulheres pretas e suas histórias escritas com sangue. Da minha vivência como mulher branca privilegiada, mas ainda atravessada pelas opressões interseccionadas de gênero e classe. Da mulher-mãe que escreve sua história com o peso da sobrecarga e com a urgência de resistir e existir plenamente na academia com minha filha.

Ser mãe e estudante na UFRJ é uma experiência marcada por contradições. Por um lado, a universidade proclama-se como espaço de democratização do conhecimento. Por outro, suas estruturas físicas, pedagógicas e burocráticas permanecem hostis às mulheres que ousam conciliar maternidade e vida acadêmica. Quando essas mulheres são negras, a hostilidade do ambiente universitário intersecciona-se à hostilidade vivida fora dos muros da instituição, no cotidiano de uma sociedade capitalista predatória que mira em corpos negros.

A maternidade no ambiente universitário ainda é tratada como um desvio à norma, um "problema individual" que cada uma de nós deve resolver sozinha. Essa invisibilização é ainda mais cruel quando atravessada por raça e classe, no qual mulheres pretas e periféricas enfrentam duplas ou triplas jornadas sem rede de apoio, pressionadas a abandonar os estudos para assumir trabalhos precarizados. Nossos corpos – gestantes, lactantes, sobrecarregados, exaustos – desafiam a ficção meritocrática de que todos partem do mesmo lugar na universidade.

Este trabalho explicita muitas contradições, trazendo dados e, também, vozes por meio de relatos das mulheres-mães da UFRJ, de registros das ações de rede de apoio coletivas e da carta-protesto escrita à reitoria.

Todas são fontes que não estão nos livros, porque nossa história está sendo escrevvida – como nos ensina Conceição Evaristo (2020) – agora, na luta por políticas de permanência estudantil materna.

Nesse sentido, como mencionado no Resumo, o objetivo geral da presente monografia reside em analisar as políticas de acesso e permanência para discentes mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir da observação participante com foco nas experiências do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ).

Com tal propósito, foram elencados os seguintes objetivos específicos:

- a. Evidenciar os desafios enfrentados por mulheres-mães no ensino superior, marcados por desigualdades de gênero, raça e classe;
- b. Destacar a luta por políticas estudantis que garantam condições equitativas de permanência;
- c. Analisar as políticas de acesso e permanência estudantil materna na UFRJ.

Minha trajetória no CMUFRJ moldou este trabalho como um ato de insurgência. Aqui, a academia não é apenas objeto de estudo, mas território em disputa. Quando analiso a falta de dados sobre discentes mães, ecoo as vozes das companheiras que, como eu, são tratadas como anomalias num sistema que espera corpos domesticados e mentes sem questionamentos ou reivindicações. Quando analiso o Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais, trago para o texto a realidade de mulheres que precisaram trancar matrículas para trabalhar ou cuidar dos filhos.

Optei por citar autoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Djamila Ribeiro pelos nomes e sobrenomes como uma ruptura política com a tradição acadêmica que apaga mulheres do cânone intelectual.

O Manual para elaboração e normalização de trabalhos acadêmicos de 2024 disponibilizado pela UFRJ, especifica que as referências utilizadas precisam estar de acordo com a Norma Brasileira “Informação e Documentação - Referências - Elaboração” (ABNT - NBR 6023), que é um conjunto de elementos utilizados para fazer a identificação da obra citada e sua autoria. Ou seja, é necessário fazer a identificação dos autores das obras citadas de forma padronizada trazendo como elementos essenciais: SOBRENOME DO AUTOR, Ano, página.

Nessa esteira, faz parte da cultura patriarcal remeter o sobrenome de alguém automaticamente aos homens. Isso se deve a um histórico social de valorização do sobrenome familiar onde as pessoas, por meio dele, tinham seu reconhecimento e prestígio na sociedade.

Além disso, está também relacionado à cultura da adoção do sobrenome pela mulher no matrimônio, de acordo com o parágrafo único do artigo 240 do código civil de 1916 que a obrigava a se tornar “propriedade” do marido e responsável pelo lar e pela família, refletindo o local de subserviência da mulher.

Fazer a identificação da autoria da obra sem romper com a lógica patriarcal acaba por contribuir com o ideário do homem detentor do conhecimento na sociedade. Portanto, identificá-las por nome e sobrenome, além de também trazer a flexão de gênero para o feminino gramatical nas designações de grupos, é reafirmar que o feminismo, os estudos de maternidade e as epistemologias do cuidado são parte do estudo, da vivência e da disseminação de saber por parte da mulher. Essa escolha política reforça o compromisso com a descolonização do saber e a valorização do protagonismo feminino na produção de conhecimento, além de dialogar com minha própria trajetória.

Ao citar Cibele Henriques, minha orientadora e professora da Escola de Serviço Social, Mithaly Corrêa, fundadora e companheira do CMUFRJ e também do Núcleo Materna que virou referência teórica na prática, recuso a falsa dicotomia entre “pesquisadora” e “militante” porque nosso saber nasce da urgência de existir na universidade com nossos filhos e da ousadia de transformar nossas dificuldades em projeto coletivo.

Ao articular teorias feministas interseccionais com as demandas concretas das mães universitárias, este trabalho evidencia a urgência de políticas que reconheçam o cuidado como responsabilidade coletiva, não como ônus individual. A universidade, como espaço público, deve ser transformada para acolher a diversidade de trajetórias, garantindo que nenhuma mulher precise escolher entre ser mãe ou ser estudante. A luta do CMUFRJ, assim como a de tantos coletivos pelo país, nos lembra que a verdadeira democratização do ensino superior só ocorrerá quando as estruturas que perpetuam a desigualdade forem desmanteladas e substituídas por práticas que direcionem para a equidade.

METODOLOGIA

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa fundamentada na escrevivência – metodologia afro centrada, desenvolvida por Conceição Evaristo (2020), que articula vivência pessoal, produção acadêmica e militância política.

Neste contexto, grupos que se organizam para reivindicar seu lugar na sociedade vêm adotando a escrevivência como forma de personificar o discurso e tornar palpável a luta. Mulheres-mães que se organizam política e coletivamente para visibilizar o trabalho de cuidado e seu lugar de base da sociedade usam a escrevivência como ilustração da realidade disforme.

Cumprir mencionar, ainda, que a metodologia foi estruturada em três eixos principais, partindo de uma observação participante. Minayo (2001, p. 60) ressalta que na pesquisa a observação participante pode captar informações e fenômenos não obtidos em perguntas, uma vez que “observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real”.

Como sujeita integrante do CMUFRJ, assumo meu lugar enquanto mãe, estudante e militante, reconhecendo que minha trajetória não é caso isolado, e parto da seguinte direção:

a) pesquisa bibliográfica interseccional: a primeira etapa consistiu em uma revisão bibliográfica crítica, buscando fundamentar teoricamente as discussões sobre maternidade, interseccionalidade, justiça reprodutiva e políticas de permanência estudantil. Utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica a partir do pensamento de Patrícia Hill Collins, busquei compreender os diferentes marcadores que perpassam a vida das mulheres-mães universitárias. Foram utilizadas autoras como Silvia Federici e bell hooks para discutir a exploração do trabalho reprodutivo no capitalismo; Lélia Gonzalez e Carla Akotirene, para abordar a interseccionalidade e as opressões de raça, gênero e classe; Helena Hirata e Nancy Fraser, para analisar a divisão sexual do trabalho e a crise dos cuidados; Angela Davis e Sueli Carneiro, para discutir a maternidade negra e as políticas de controle social.

Além disso, foram consultados artigos científicos, dissertações e teses que abordam a temática da maternidade no ensino superior, bem como relatórios institucionais e documentos de órgãos nacionais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto

Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) além de produções do Núcleo Materna, grupo de pesquisa vinculado ao CMUFRJ.

Optei por citar autoras pelos primeiros nomes – gesto político que desafia a normatividade acadêmica androcêntrica. Como mencionado anteriormente, no universo acadêmico, sobrenomes são relacionados, de forma estrutural, a pessoas do sexo masculino, no qual se supõe que o saber, o conhecimento e as pesquisas científicas são produzidas por pesquisadores homens.

Logo, romper com essa lógica faz parte da luta pela visibilização da produção do saber por parte das mulheres pesquisadoras, que contribuem diariamente para a produção acadêmica, de pesquisas e para a disseminação de conhecimento, uma vez que dentre as múltiplas jornadas acumuladas, as mulheres destacam-se também na produção científica;

b) pesquisa documental militante: como ativista do CMUFRJ, trago a pesquisa militante como abordagem de análise nas construções das políticas estudantis. A pesquisa militante, segundo Jonathan Jaumont e Renata Versiani Scott Varella (2016), refere-se à produção de conhecimento que tem por objetivo a transformação social, a busca por equidade e justiça social, unindo referenciais teóricos, reflexões críticas e ações práticas em movimentos sociais e lutas coletivas.

Desse modo, analisei documentos produzidos em prol da luta coletiva. Esta etapa envolveu a análise de documentos oficiais e normativos, tais como resoluções da UFRJ, em especial a Resolução nº 02/2019 (CONSUNI), que instituiu o Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais e o Auxílio Educação Infantil; Editais de assistência estudantil da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7); Relatórios de gestão da UFRJ, que forneceram dados sobre a implementação das políticas de permanência; Respostas a pedidos de informação via Lei de Acesso à Informação (LAI), que evidenciaram a ausência de dados sistematizados sobre discentes mães na universidade. Também foram analisados documentos produzidos pelo CMUFRJ, como cartas, manifestos e pesquisas internas, que trouxeram a perspectiva das próprias estudantes sobre suas vivências e desafios;

c) análise de dados e escrevivências: a interpretação dos dados levantados foi guiada por uma abordagem participante, que permitiu analisar as contradições entre o discurso institucional de equidade e a realidade enfrentada pelas discentes mães – aqui me incluo. Essa perspectiva destacou a invisibilização das mães universitárias, tanto pela falta de políticas específicas, quanto pela naturalização das

desigualdades, a resistência organizada do CMUFRJ, que pressiona a universidade a reconhecer suas demandas, a disputa por recursos e orçamento, evidenciando a fragilidade das políticas de assistência estudantil em um contexto de cortes orçamentários.

Inserida no CMUFRJ desde 2020, participei ativamente de rodas de conversa com mães universitárias, fóruns com o Coletivo Nacional de Mães Universitárias, projetos de extensão como o Projeto de Extensão Mães na Universidade UFRJ.

Nesse sentido, minha condição de mãe estudante permitiu-me o acesso a narrativas por vezes silenciadas, como os relatos de mulheres que trocaram fraldas em bancadas de laboratório ou abandonaram projetos de pesquisa por falta de apoio. Tais vivências foram analisadas à luz da teoria feminista, criando um diálogo entre experiência concreta e produção acadêmica. Cumpre mencionar, ademais, todos os nomes de depoentes da pesquisa do coletivo são fictícios.

Como o movimento da realidade acontece durante a escrita desse trabalho, deparei-me, também, com limitações que inviabilizaram a realização de alguns procedimentos como, por exemplo, a dificuldade de acesso a dados oficiais sobre discentes mães – que sequer são elaborados e, portanto, inexistentes –, que limitou análises quantitativas. Para garantir rigor, submeti interpretações a discussões coletivas no CMUFRJ e validei dados com documentos públicos.

A intenção de realização de entrevista elaborada para enfatizar as vivências aqui relatadas e sua passagem pelo comitê de ética em tempo de preparo e construção deste trabalho, por vezes, foi atravessada pela demanda materna, pelo adoecimento mental, resultado da sobrecarga, o que, por consequência, tornou inviável sua elaboração, apresentação, aprovação, aplicação e tabulação em tempo hábil devido às particularidades de minha vivência;

Já observando as possibilidades metodológicas para continuidade do estudo, cabe pensar na elaboração e na ampliação da coleta de dados quantitativos sobre discentes mães na UFRJ e outras instituições, na realização de entrevistas em profundidade para capturar vivências diversas, na inclusão de análises comparativas com universidades nacionais e internacionais, e no desenvolvimento de pesquisas-ação em parceria com coletivos estudantis para testar e implementar políticas de permanência como formas possíveis e potentes de dar continuidade ao debate das vivências das mulheres-mães e de pensar direções possíveis para a implementação de políticas transformadoras.

Em síntese, a presente pesquisa combinou métodos qualitativos e documentais para construir uma análise crítica das políticas de permanência para mães universitárias na UFRJ. Ao articular teoria, dados institucionais e a voz das próprias estudantes, o trabalho buscou não apenas diagnosticar problemas, mas, também, apontar caminhos para políticas mais inclusivas e equitativas. A metodologia adotada reforça, portanto, a importância de estudos interseccionais que considerem raça, gênero e classe na formulação de ações afirmativas no ensino superior.

Esta é uma pesquisa com e a partir de mulheres-mães universitárias. Ao unir ferramentas acadêmicas e militância, busco não apenas diagnosticar problemas, mas apontar caminhos para políticas que reconheçam a maternidade como dimensão legítima da vida universitária. Como escriturização, este trabalho é um ato de resistência e uma ferramenta para transformação.

ESTRUTURA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Cabe mencionar que este trabalho organiza-se em dois movimentos entrelaçados, sendo o primeiro a denúncia da tradição histórica de excluir mulheres-mães dos espaços públicos de construção do saber. Já o segundo retrata e discorre sobre as coletividades que vão contra essa tradição intrínseca ao nosso modelo de sociedade.

Assim, a monografia foi estruturada em Introdução ao objeto de pesquisa, dois capítulos e as Considerações Finais.

No Capítulo 1, analiso como a universidade reproduz desigualdades ao naturalizar a divisão sexual do trabalho, com dados sobre a precarização das mães estudantes e a histórica desvalorização do cuidado, desde as escravizadas obrigadas a amamentar e criar os filhos dos senhores até as mães contemporâneas penalizadas por faltas – seja na graduação ou no trabalho – quando seus filhos adoecem.

O segundo capítulo, por sua vez, parte da resistência, no qual relato a luta do CMUFRJ – desde a criação do Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero (GTPEG) até as redes de apoio criadas pelas próprias discentes integrantes

que encontram nos seus pares o combustível da resistência – mostrando como transformamos histórias individuais de desigualdade em força política. Incluo trechos da carta-protesto lida ao Conselho Universitário da UFRJ (CONSUNI), no qual questionamos como a UFRJ poderá promover equidade se nem sabe quantas discentes mães somos.

As considerações finais direcionam para um chamado à ação, pois a universidade só será democrática quando entender que o acolhimento de crianças não é opcional, mas infraestrutura básica, e que a licença-maternidade estudantil deve ser tão óbvia quanto a das servidoras.

Este trabalho é, portanto, registro de uma luta em curso da qual faço parte não como observadora, mas, como uma das muitas mulheres que ousaram reescrever o que significa produzir conhecimento.

Quando descrevo a solidão da mãe que amamenta sob sol ou buscando abrigo da chuva, falo de colegas de turma. Quando analiso a evasão de mulheres mães na pós-graduação, lembro das noites em que quase desisti de seguir carreira acadêmica. Mas, também, celebro nossas vitórias, pois cada fraldário conquistado, cada professora que passa a aceitar atestado pediátrico, cada filho que brinca no chão da sala de aula, enquanto sua mãe apresenta um seminário são pequenos passos rumo à conquista dos nossos objetivos coletivos.

Aqui a nossa voz ecoa, pois, as madrugadas divididas entre leituras teóricas e amamentação no puerpério, a ausência de creches universitárias, o olhar de reprovação de professores(as) ao levar crianças à sala de aula, a burocracia que transforma direitos básicos em obstáculos não são exageros.

Essa militância cotidiana, compartilhada com centenas de mulheres, moldou este trabalho, não como uma análise distanciada, mas como uma ferramenta de denúncia e transformação porque pesquisar sobre mães na universidade, para nós é, também, uma forma de resistência.

1. MATERNIDADE, INTERSECCIONALIDADE E RESISTÊNCIA: as lutas das mulheres-mães no ensino superior

Cabe mencionar, inicialmente, que a maternidade no ensino superior é um tema que revela as contradições profundas de uma sociedade que, embora exalte a figura materna, marginaliza as mulheres que ousam conciliar os papéis de mãe e estudante.

Nesse horizonte, o presente capítulo busca explorar as barreiras estruturais enfrentadas por essas mulheres, destacando como a interseccionalidade de gênero, raça e classe amplifica suas dificuldades. como Gisele Camilo (2022) discorre em sua dissertação de mestrado sobre como tantas outras mulheres mães que buscam

a reflexão, simultaneamente, acerca de ações afirmativas que assegurem permanência e conclusão do percurso das mães acadêmicas e de promoção à diversidade e inclusão na ciência. Bem como a se considerar os atravessamentos interseccionais de raça, gênero e classe com intuito de criar um referencial teórico importante para orientar políticas públicas de apoio às maternidades no ambiente acadêmico-científico. (p.72)

Partindo de uma perspectiva histórica, analisamos a trajetória dos coletivos universitários e sua luta pela permanência estudantil, evidenciando o protagonismo das mulheres mães nesses espaços. A interseccionalidade emerge, portanto, como ferramenta analítica (Patrícia Hill Collins, 2022, p. 54) essencial para entender as desigualdades que permeiam o acesso e a permanência no ensino superior, revelando como mulheres pretas e periféricas são as mais afetadas pela falta de políticas públicas adequadas.

Além disso, discutimos a culpabilização e a não integração das mulheres mães nos espaços acadêmicos, questionando a narrativa que as trata como "fora do lugar" (Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura, 2024. p. 32) na universidade.

Ademais, a justiça reprodutiva é abordada como um marco teórico fundamental, expondo o controle dos corpos femininos e a maternidade como um *continuum* de opressão. Por fim, refletimos sobre o movimento da realidade no trabalho de cuidado, que oscila entre a exploração do trabalho reprodutivo e a resistência das mulheres que insistem em ocupar seu lugar na academia.

Logo, este capítulo não apenas denuncia as violências estruturais, mas, também, celebra a resistência organizada de coletivos como o Coletivo de Mães da

UFRJ (CMUFRJ), que transformam demandas individuais em pautas coletivas evidenciando que nenhuma experiência é individual e reivindicando uma universidade verdadeiramente equânime. Ao articular teoria e prática, demonstramos que a luta por nossa permanência no ensino superior é, acima de tudo, uma luta por direitos humanos e justiça social.

1.1 Os Coletivos Universitários e as Lutas Estudantis pela Permanência: perspectiva histórica e protagonismo de mulheres mães

Os coletivos universitários e as lutas estudantis têm desempenhado um papel crucial na construção de uma sociedade mais justa e democrática. No contexto acadêmico, tais espaços de resistência e ação política possibilitam que diferentes pautas sociais ganhem voz e visibilidade.

O movimento estudantil no país surgiu como resposta às desigualdades sociais e políticas, consolidando-se ao longo do século XX como uma força transformadora. Os primeiros movimentos emergiram como uma resposta organizada a questões políticas e sociais dentro e fora da academia. Desde as primeiras décadas do século XX, quando se consolidaram as primeiras associações estudantis no Brasil, esses grupos articularam reivindicações por melhores condições de ensino, liberdade acadêmica e justiça social.

A fundação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) Mário Prata, em 1930, é um marco na organização estudantil. Durante o Estado Novo (1937-1945) o DCE tornou-se um espaço de resistência ao autoritarismo, reunindo estudantes para debater e enfrentar as medidas repressivas impostas pelo regime de Getúlio Vargas. Posteriormente, durante a ditadura militar (1964-1985), o movimento estudantil desempenhou um papel de destaque na luta pela redemocratização do país. (Wikipedia, 2023)

Outro exemplo importante é a União Nacional dos Estudantes (UNE), que, desde sua fundação em 1937, foi consolidada como a principal entidade representativa dos estudantes brasileiros. Sua sede na Praia do Flamengo, no Rio de Janeiro, tornou-se um símbolo das mobilizações estudantis, especialmente durante os anos de repressão da ditadura militar. Na década de 1960, manifestações

massivas, como a Passeata dos Cem Mil em 1968, foram protagonizadas pelos estudantes em protesto contra a censura, a repressão e as desigualdades sociais (UNE, 2024)

A partir das décadas de 1970 e 1980, as organizações estudantis começaram a incorporar pautas de gênero às suas reivindicações, influenciadas pelo feminismo e pelos movimentos negros, e este período marca o fortalecimento de grupos feministas e antirracistas, que passaram a questionar as estruturas de poder dentro e fora da universidade.

Neste cenário, o destaque das mulheres no movimento pelo acesso à educação é parte fundamental da história da sociedade contemporânea. Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, essa conquista foi construída sobre uma longa trajetória de resistência, marcada por desafios estruturais como o machismo, o racismo, a marginalização social e a invisibilização da maternidade.

O direito das mulheres à educação foi historicamente negado em sociedades patriarcais que associavam o papel feminino exclusivamente ao papel de cuidado. No Brasil, até o final do século XIX, o acesso à educação formal era restrito às elites, e mesmo entre as mulheres mais privilegiadas, as opções educacionais limitavam-se a conhecimentos considerados "adequados ao sexo", como bordado, música e boas maneiras. (Silvia Federici, 2017. p.167)

Essa luta ganhou força com figuras como Nísia Floresta¹, pioneira na defesa da equidade de gênero e na promoção da educação para mulheres no Brasil (Fundação Ulysses Guimarães, 2022) e Bertha Lutz, que se destacou como uma das principais ativistas pelos direitos das mulheres. O início de seu mandato na câmara foi em julho de 1936, onde lutou por mudanças na legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, propondo inclusive a redução da jornada de trabalho e a igualdade salarial (Brasil, 2021)

A permissão para que as meninas frequentassem as escolas específicas para elas, bem como a introdução das disciplinas de base científica nos currículos das escolas para as meninas foi fruto da luta das mulheres letradas, pertencentes à elite, que exigiram tais mudanças, pois o ensino feminino era composto basicamente por disciplinas domésticas (Cibele Henriques, 2016, p. 50).

¹ “No Brasil, Nísia foi uma das primeiras mulheres a publicar textos em jornais, pois desde o ano de 1830 encontramos colaborações suas em O Espelho Das Brasileiras, jornal da cidade de Recife. Também publicou poesias, contos, novelas e ensaios em O Diário do Rio de Janeiro, O Liberal e O Brasil Ilustrado. Além de escritora, destacou-se como indianista, abolicionista, poetisa, feminista e educadora. Manteve um colégio para meninas, no Rio de Janeiro, denominado Colégio Augusto, dirigido por educadoras estrangeiras, de 1838 a 1855.” (Fundação Ulysses Guimarães, 2022)

As mulheres letradas citadas pela referida autora (idem) eram representantes do ativismo feminista no país na época. Nísia Trindade e Berta Lutz, brancas, com formação acadêmica, por meio da Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino, lutaram pelo direito ao voto e ao acesso à educação superior pelas mulheres, entretanto sem questionar a questão racial uma vez que as mulheres pretas continuavam no lugar de subserviência e precisavam estar no lugar de cuidado de suas famílias e suas casas enquanto essas lideranças iam à luta.

Durante o século XX, as mulheres ampliaram sua presença nas universidades, mas, enfrentaram barreiras significativas, como a discriminação de gênero, raça – que atravessou de forma ainda mais intensificada as mulheres pretas –, a dificuldade de permanência nos espaços acadêmicos e a falta de suporte para estudantes-mães.

Atualmente, o sexo feminino é maioria na docência e na gestão da educação básica no Brasil. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), divulgados em março de 2023, as mulheres ocupam 80% das vagas na docência da educação básica e 74% dos cargos de gestão escolar.

Essas estatísticas refletem o papel central feminino na formação das novas gerações, mas, também, revelam desafios: por vezes, essas profissionais enfrentam sobrecarga de trabalho e desigualdade salarial em relação aos homens, além de ter que lidar cotidianamente com o machismo institucional.

Na educação superior, as mulheres têm se tornado maioria entre os estudantes, embora ainda encontrem barreiras para ocupar cargos de liderança acadêmica e científica. O aumento da presença feminina nas universidades é resultado de décadas de mobilização por políticas públicas, como cotas raciais e sociais, e pela expansão do acesso, da permanência e da progressão de carreira dentro do ensino superior.

Como observou o atual ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, “o Brasil é o terceiro país com maior presença feminina na ciência, atrás apenas de Argentina e Portugal. As mulheres hoje são 49%, um salto significativo em relação a 2002, quando eram 38%” (MEC, 2024).

Esses dados fazem parte do relatório *Progress Toward Gender Equality in Research & Innovation* de 2024, que são referentes a 2022 e foram divulgados pela Elsevier, na cerimônia de premiação de Mulheres nas Ciências, organizada pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no dia 6 de novembro de 2024.

O Censo da Educação Superior divulgado em outubro de 2024 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao ano de 2023, traz o número de aproximadamente 58% dos ingressantes sendo do sexo feminino, o que demonstra também um aumento progressivo no número de mulheres ingressando no ensino superior.

Ainda que as mulheres sejam maioria em cursos associados ao cuidado, como Pedagogia e Enfermagem (Tabela 1), sua presença em áreas como Tecnologia e Engenharia (Tabela 2) permanece reduzida. Essa disparidade reflete estereótipos de gênero enraizados na sociedade.

O que explicita a lógica patriarcal da estrutura da sociedade que ainda destina às mulheres ao trabalho de cuidado. Entretanto, abundam estudos que apontam que a inserção feminina tem sido dada especialmente nas profissões relacionadas ao cuidado e de menor prestígio social, o que reflete numa remuneração inferior (Mithaly Salgado Corrêa; Juliana Marcia Santos Silva; Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura. 2025, pp. 78,79).

Nessa esteira, as matrículas nos cursos de profissões ditas “femininas” têm uma disparidade grande entre o número de mulheres e homens.

A tabela 1 demonstra essa explanação:

Tabela 1 — Cursos com predominância feminina

Curso	Porcentagem
Pedagogia	92,2
Serviço social	89,8
Biomedicina	86,9
Enfermagem	83,7
Gestão de pessoas	81,6
Nutrição	80,3
Psicologia	79,7

Fonte: Censo Superior da Educação 2023, INEP.
Elaboração Própria

Nesse sentido, Ivana Moura (2024, p. 48) reforça:

Porém, quando observamos o cenário brasileiro, fica explícito como, para as mulheres, a escolha da área, assim como suas expectativas, são reflexos socioculturais que remetem, de forma bem sutil, ao estigma de cuidadora atribuídos às mulheres. Mesmo com algum avanço na inserção de mulheres nas "ciências duras".

Como destaca Gracyelle Costa (2025, p. 78-79):

Na composição da divisão social do trabalho, que marca o surgimento dessas profissões no país, há um elemento em comum: o suposto dom natural das mulheres para a maternagem e cuidado. Vistas historicamente como auxiliares de médicos e juízes, essa expectativa de gênero, raça e classe atravessou (e definiu) carreiras como as de visitadoras, assistentes sociais, enfermeiras, nutricionistas, pedagogas e outras, como majoritariamente femininas. As instituições clamavam por essas profissionais, importantes para a ordem e o progresso do país.

Isto posto, os cursos predominantemente masculinos caracterizam-se como cursos voltados para a tecnologia, administração e profissionalização, ou seja, para o mercado de trabalho. A disparidade não é a mesma dos cursos de cuidado, o que demonstra que as mulheres estão conquistando esses espaços, mas ainda é um cenário majoritariamente composto por homens, como mostra a tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Cursos com predominância Masculina

Curso	Porcentagem
Sistemas de informação	80,8
Engenharia civil	71,4
Logística	69,5
Agronomia	67,8
Educação física	63,2

Fonte: Censo Superior da Educação 2023, INEP.
Elaboração Própria

Um dos maiores desafios enfrentados por esse grupo no espaço acadêmico reside na conciliação entre maternidade, trabalho e educação. Entretanto, a contradição existente na sociedade capitalista evidencia as reais desigualdades até mesmo dentro do movimento dessas mulheres uma vez que:

[...] A luta das mulheres trabalhadoras negras pelo acesso e permanência na educação superior consiste na luta maior: a construção de uma universidade pública que atenda os anseios da classe trabalhadora, principalmente, das mulheres trabalhadoras com filhos que são chefes de família, na medida em que a capacitação profissional é uma questão de sobrevivência, pois precisam trabalhar para prover o seu sustento e de seus filhos (Cibele Henriques, 2016, p. 106).

Esse dado reforça a necessidade do olhar interseccional para essa questão, cabendo aqui ressaltar que, no contexto da UFRJ, quando se trata de discentes mães, o tema foi incluído nas pautas de reivindicações e debates pelo coletivo de alunos negros Carolina Maria de Jesus.

Diante desse contexto, é importante assinalar como os coletivos estudantis desempenham um papel central na mobilização por uma educação mais inclusiva e igualitária. Tais grupos atuam como espaços de resistência, apoio mútuo e organização política, mobilizando-se para enfrentar as barreiras estruturais que limitam o acesso das mulheres à educação.

Diante desses desafios, os movimentos estudantis emergiram como espaços fundamentais para a garantia de direitos (Juliana Marcia Santos Silva, 2024. p. 50). Nesse contexto, o Coletivo de Mães da UFRJ destaca-se por promover ações para tornar o ambiente acadêmico mais acolhedor para mães estudantes, como a criação de redes de apoio e a pressão por políticas institucionais, uma vez que as redes de apoio e suporte públicas são escassas.

Além disso, esses grupos contribuem para visibilizar pautas que são frequentemente ignoradas, como o direito à licença-maternidade e a flexibilização de prazos acadêmicos.

A mobilização pelos direitos das discentes mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro começou com o CMUFRJ, a partir da necessidade de resposta às demandas dessas universitárias, que buscavam locais de acolhimento e reconhecimento de pares dentro da instituição e a autoafirmação de pertencimento àquele lugar. (Mithaly Salgado Corrêa, 2023)

O referido coletivo, por meio de suas coordenadoras e integrantes, criou projetos para fortalecer a rede de apoio das alunas mães na universidade, além de realizar estudos e levantamentos sobre a oferta de políticas institucionais que abarcassem as especificidades que diferenciavam as estudantes mães das não mães afinal, as estudantes mães vivenciam dificuldades específicas, como a falta de creches, de horários flexíveis e o preconceito institucional perpetuado por

professores(as) diante das dificuldades apresentadas pelas alunas como a necessidade de realização de segunda chamada por questões de saúde de seus filhos ou, no caso das gestantes, por complicações em suas gestações.

Assim, esse movimento universitário surgiu sob a luz da maternidade direcionado para suas diferenças e especificidades, considerando, dessa forma, que o “tratamento igual entre estudantes tradicionais e não tradicionais é insuficiente para garantir o sucesso acadêmico de mulheres-mães² universitárias” (Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura *et al* 2025, p. 64).

Nesse cenário, o coletivo em questão destaca-se como uma iniciativa para enfrentar as barreiras impostas às mães estudantes da instituição. A maternidade, historicamente invisibilizada nos debates feministas e acadêmicos, tem ganhado centralidade nos últimos anos graças à atuação de coletivos como este.

Essa iniciativa dialoga diretamente com a resistência feminista, além de dialogar, também, com a profissão de Serviço Social, pois os coletivos têm apontado a necessidade de repensar as instituições a partir da realidade dialética e elaborar formas de viabilizar o acesso a direitos.

Ante ao cenário de desafios e barreiras impostas, essas mulheres seguem realizando pesquisas, estudos e se organizam para que o debate sobre maternidade seja disseminado e abrangente.

Um exemplo a se expor é do Núcleo Materna, um Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade que nasceu como um braço do coletivo, criado:

Com o objetivo de incentivar a produção de dados e a produção científica sobre gênero e maternidade, nas diferentes áreas do conhecimento, acreditando que a produção de dados e pesquisas sobre essas temáticas auxiliará os ativismos maternos existentes, servindo como base para a criação de políticas públicas e também para políticas de assistência para mulheres mães nas universidades (Mithaly Salgado Corrêa, 2023, p. 44).

Um estudo realizado pelo referido núcleo, aponta que muitas estudantes-mães enfrentam a invisibilização de suas necessidades e o isolamento acadêmico.

² O uso da expressão mulheres-mães é uma escolha política assumida por ativistas engajadas na pauta da maternidade a fim de se opor à lógica de que quando uma mulher se torna mãe, essa passa a ser sua única identidade, tendo em vista que viverá eternamente em nome do cuidado dos filhos. Desta forma enfatiza-se o termo “mulher” que precede a palavra mãe para lembrar que os anseios, planos e sonhos individuais de uma mulher podem coexistir com a maternidade, não havendo necessidade de que ela se anule diante da maternidade (Juliana Marcia Santos Silva, 2024, p.61).

Cabe aqui ressaltar que o Núcleo Materna tem sido fundamental na produção de estudos sobre essas problemáticas, destacando a importância de incluí-las nas formulações de políticas públicas e na organização das universidades. Com publicações de suas integrantes em um site próprio, de livre acesso e com uma vasta biblioteca, reúne artigos e estudos sobre o tema, como alguns listados na tabela 3 a seguir:

Tabela 3 — Produções Acadêmicas das Integrantes do Núcleo Materna

Título e Ano	Autoria	Resumo
Anais do II Seminário Maternidade e Universidade da UFRJ / 2023	Mithaly Salgado Corrêa Luana Fontel Lizie de Souza Calmon Juliana Marcia Santos Silva Maíra de Oliveira Freitas Gabriela da Silva Dezidério Juliana Silvestre Louven Ferreira Vanessa dos Santos Tavares	É no desejo de estabelecer pontes com pesquisas e ativistas que trazem a temática em diversas partes do Brasil que, no segundo semestre de 2022, o Projeto de Extensão Universitária Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães da UFRJ, o Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade - Núcleo Materna e o Coletivo Mães da UFRJ realizou o II Seminário de Maternidade e Universidade da UFRJ, estabelecendo redes com pesquisadoras da UFRJ e das seguintes instituições de ensino superior brasileiras em sua organização: UEFS, IFPR, UFS, UFRRJ, UERJ, UNIGRANRIO, UFF, UFRB, UFPE, PUC-RIO e UNEB.
Por Onde Andamos: Experiências e Perspectivas das Múltiplas Maternidades nas Universidades / 2023	Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura; Luana de Paula Santos; Juliana Marcia Santos Silva; Mithaly Salgado Corrêa	Esta obra é um convite para que todas e todos compreendam as diversas faces das lutas materno-universitárias e reflitam sobre as práticas de maternofobia cotidianas que ocorrem de maneiras institucionalizadas nos ambientes acadêmicos e profissionais, para que de maneira coletiva, possamos construir um novo cenário social cada vez mais acolhedor para mães, afinal, parafraseando um provérbio africano: "É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança!".
Zine Maternas - Maternidades (Im)Possíveis: Invisibilidades - Afeto - Resistência / 2023	Núcleo Materna	Zine Maternas - "Maternidades (Im)Possíveis: Invisibilidade - Afetos - Resistência" é uma produção coletiva organizada pelo Núcleo Virtual de Pesquisa em Gênero e Maternidade (Núcleo Materna), com apoio do Projeto de Extensão Mães na Universidade: acesso, permanência e progressão de mulheres-mães da UFRJ, que busca resgatar imagens e poesias que

		reflitam as angústias e alegrias de mulheres-mães, das múltiplas maternidades e da maternagem Materno-Universitária. Esse trabalho é fruto do III Seminário Maternidade e Universidade, chancelado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e organizado pelo Núcleo Materna em 2023.
CMUFRJ e as tensões por políticas afirmativas para as mães universitárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro / 2025	Mithaly Salgado Corrêa Ivana De Oliveira Eugênio de Souza Moura Juliana Marcia Santos Silva	Em 2019, o Coletivo Mães da UFRJ (CMURJ) nasce, atendendo à premente demanda de instituir uma rede de apoio destinada às mães discentes em situação de vulnerabilidade. Apontando as vicissitudes e os desafios enfrentados pelas mães universitárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o coletivo vem tensionado a implementação de políticas afirmativas que atendam as especificidades parentais no seio do corpo discente, com especial enfoque nas mães universitárias. Diante disso, o CMUFRJ se torna um coletivo com foco em estratégias de resistência e permanência para as mães universitárias perante as lacunas institucionais, observando nas políticas afirmativas um caminho porvir.
III Seminário Maternidade e Universidade: Caderno de Resumos. / 2024	Mithaly Salgado Corrêa Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura	Lidar com múltiplas jornadas em muitos casos, deságua na maneira com que administramos outros setores ou outras formas de nossa existência, como por exemplo, os caminhos profissionais, de estudo e outras expressões de nossa passagem por esse mundo que a gira da vida nos encaminhou Em vista disso, a proposta do seminário foi pensarmos juntos sobre como temos lidado e construído táticas para enfrentar estruturas que tentam nos vulnerabilizar e impedir o exercício de nossa autonomia e bem-viver. No desejo de estabelecer pontes com pesquisas e ativistas que trazem a temática da maternidade e do cuidado em diversas partes do Brasil que, pela terceira vez, nos reunimos e organizamos o III Seminário de Maternidade e Universidade da UFRJ.

Fonte: Site Núcleo Materna.
Elaboração Própria

O aumento significativo de publicações acadêmicas sobre maternidade e universidade (como mencionadas na Tabela 3) está intrinsecamente ligado à implementação e revisão das políticas de cotas no ensino superior brasileiro.

A Lei de Cotas – Lei nº 12.711/2012 – ao ampliar o acesso de grupos historicamente marginalizados – incluindo mulheres pretas e periféricas – às universidades públicas, não apenas democratizou o acesso à espaço acadêmico, mas, também, tornou visíveis demandas antes ignoradas, como a conciliação entre maternidade e vida universitária.

Por conseguinte, o Núcleo Materna tem sido fundamental nesse processo, produzindo estudos que articulam as cotas às políticas de permanência. Suas pesquisas demonstram que, embora as cotas tenham viabilizado o ingresso de mulheres mães (especialmente negras), a permanência exige revisitar e reformular as políticas estudantis. A diversidade de temas de produção e publicação evidencia a tentativa de ocupação de todos os espaços por essas sujeitas.

Em síntese, é necessário observar a história e entender a importância desses movimentos como o Coletivo de Mães da UFRJ para articular as vivências particulares em prol de uma luta coletiva. Produzir conhecimento, defender os direitos e evidenciar as ações realizadas fazem parte de um movimento que tece redes de apoio e busca ocupar seus espaços dentro da Academia.

Essa luta, que começou há quase um século, continua essencial para garantir que a educação seja, de fato, um direito social usufruído pelas mulheres-mães.

1.2 A Interseccionalidade como Estratégia para o Enfrentamento da Desigualdade de Gênero e Raça no Acesso e Permanência de Mulheres-Mães no Ensino Superior

A interseccionalidade é um conceito fundamental para a compreensão das desigualdades sociais, sobretudo no que diz respeito a gênero, raça, classe e outros marcadores sociais que se entrelaçam, formando sistemas de opressão.

Assim, nos espaços de luta dos coletivos universitários e movimentos sociais, esse debate torna-se indispensável para assegurar que as pautas sobre acesso e permanência no ensino superior sejam abrangentes e capazes de contemplar as complexas realidades vivenciadas por diferentes grupos de mulheres.

Cabe mencionar que o termo "interseccionalidade" foi cunhado pela jurista e ativista norte-americana Kimberlé Crenshaw nos anos 1980, (Patrícia Hill Collins, 2017) para descrever de que forma distintas formas de opressão – como racismo,

sexismo e classismo – atuam de maneira simultânea, gerando experiências únicas de alienação e marginalização social. Mulheres negras, por exemplo, vivenciam discriminações que não podem ser reduzidas apenas ao racismo ou ao sexismo, mas, à sobreposição de ambos.

Patrícia Hill Collins (idem), em seu texto “Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória”, cita que Kimberlé Crenshaw é considerada a mulher que cunhou o termo interseccionalidade, e que suas publicações vêm se “perdendo na tradução” e fugindo do seu propósito original: pensar a interseccionalidade como uma construção de justiça social, uma vez que a análise de todos os pontos de forma conectada serve para mostrar o cerne do problema na sociedade e na sua estrutura buscando assim formas de saná-lo.

A partir da incorporação do conceito pela academia, nos anos 2000, diversos estudiosos passaram a explorar a temática para perceber e entender a realidade, ampliando sua aplicação para além do feminismo, abarcando questões sociais mais amplas. Porém, numa sociedade com uma ideologia cada vez mais liberal, seu real significado vem sendo deturpado, o que faz com que a interseccionalidade seja usada de forma superficial como ferramenta teórica metodológica.

Nos espaços de luta dos coletivos, o debate sobre a interseccionalidade é crucial para evitar abordagens homogêneas, ignorando as especificidades de grupos marginalizados. Ao considerar as múltiplas camadas de opressão, é possível construir estratégias mais inclusivas e eficazes, atendendo às demandas de mulheres negras, mães, indígenas e Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais, Assexuais, dentre outras expressões de gênero e sexualidades (LGBTIA+).

No contexto brasileiro, Carla Akotirene (2020), pesquisadora e militante do feminismo negro, analisa o termo destacando como a história reforça as opressões imbricadas. Segundo a referida autora:

A interseccionalidade é sobre a identidade da qual participa o racismo interceptado por outras estruturas. Trata-se de experiência racializada, de modo a requerer sairmos das caixinhas particulares que obstaculizam as lutas de modo global e vão servir às diretrizes heterogêneas do Ocidente, dando lugar à solidão política da mulher negra, pois que são grupos marcados pela sobreposição dinâmica identitária. É imprescindível, insisto, utilizar analiticamente todos os sentidos para compreendermos as mulheres pretas e ‘mulheres de cor’ na diversidade de gênero, sexualidade, classe, geografias corporificadas e marcações subjetivas (Carla Akotirene, idem, p. 48).

Seguindo essa linha, Lélia Gonzalez (2020), pioneira no feminismo negro no Brasil, abordou a intersecção entre racismo e sexismo, destacando as opressões específicas enfrentadas por mulheres negras. Suas reflexões influenciaram gerações de ativistas e acadêmicos, destacando a importância de pensar a ocupação de mulheres pretas nos espaços políticos e acadêmicos.

Lélia (idem) discorre sobre as particularidades da vivência da mulher negra, mesmo sem usar o termo interseccionalidade, em ensaios publicados em “Por um feminismo Afro-Latino-Americano” (2020). Portanto, é imprescindível na luta por equidade destacar as vivências singulares dessas mulheres, que experienciam opressões específicas, isto é, a naturalização do trabalho doméstico e de cuidado, a falta de acesso a direitos sociais básicos e a marginalização imposta pela sociedade a partir dos territórios por elas ocupados.

Para a autora (ibidem), o racismo e o sexismo estruturam as relações sociais de maneira que mulheres pretas enfrentam opressões específicas no Brasil. Lélia (ibidem) também destaca o papel central da maternidade na cultura negra, apontando de que forma o cuidado coletivo e as redes de solidariedade são formas de resistência ao racismo e ao patriarcado.

Nos coletivos femininos antirracistas, o pensamento de Lélia é um guia para entender de que maneira o acesso à educação, à saúde e ao trabalho tem sido condicionado pelas interações entre raça, gênero e classe. A defesa de políticas públicas, como creches e bolsas de estudos, reflete essa compreensão interseccional.

Djamila Ribeiro (2018) popularizou o conceito de interseccionalidade no Brasil, articulando gênero, raça, classe e outros marcadores sociais de diferença que se cruzam para criar sistemas de opressão assim como observa Carla Akotirene (2020), com sua análise sobre a solidão da mulher negra e a importância do cuidado coletivo, também fortalecendo as bases teóricas e práticas dos coletivos feministas e antirracistas dentro das universidades.

Angela Davis (2016), filósofa e ativista norte-americana, por sua vez, reforça a educação como um instrumento de emancipação para mulheres marginalizadas. Em suas análises, conecta a luta por equidade de gênero ao combate ao racismo e ao capitalismo, demonstrando a forma como esses sistemas estão interligados.

Angela Davis (idem) argumenta sobre a maternidade estar longe de ser apenas uma questão individual, sobre ela ser politizada e atravessada por estruturas

de poder que reforçam a opressão de mulheres pretas e pobres. A perspectiva da referida autora pode ser usada como incentivo para ações que considerem as mulheres mães protagonistas, promovendo a integração de suas demandas nos debates educacionais e feministas.

Cumprir mencionar que no capitalismo, a posição da mulher é marcada por desigualdades estruturais que se intensificam em grupos marginalizados. As mulheres são frequentemente empurradas para o trabalho precarizado e mal remunerado, enquanto acumulam responsabilidades domésticas e de cuidado. Essas dinâmicas são ainda mais severas para mães negras e periféricas, que enfrentam múltiplas camadas de dificuldades.

Monique de Carvalho Cruz (2020) enfatiza em seus estudos e em sua atuação profissional o fato de à mulher negra ser imposto o único lugar de reprodução material e subjetiva de vidas alheias, problematizando a redução da mulher negra ao papel de cuidadora:

Não só genitora, não só provedora, não só sofrida, não só saudosa, não só guerreira. Essa mulher que vive experiências diversas até se tornar mãe, durante o tornar-se Mãe, até ter seu filho arrancado, se tornando Mãe de Vítima (Monique de Carvalho Cruz, 2020. p. 110).

As mulheres convivem diariamente com a dor de parir seus filhos e tê-los, por vezes, arrancados de suas vidas pela necropolítica³ do Estado. Mas, também, atribui-se a estas mulheres o lugar de “capacidade indescritível de se reinventar provendo amor por si mesmas, mantendo-se como seres históricos que são, desmistificando a imagem do martírio e sofrimento, esperados” (Monique Cruz, 2020). Essa resistência manifesta-se na luta coletiva, na ocupação de espaços de poder e na produção de conhecimento. Monique (idem, p. 4) afirma, ainda:

O maior compromisso que se pode assumir [...] é a luta antirracista entendendo que a base do poder político deve ser repensada; havemos de ter espaço de fato para as mulheres pretas as grandes propulsoras da economia e aquelas que são as responsáveis diretas pela reprodução da vida em todos os seus pontos nevrálgicos; havemos de ter compromisso com os movimentos sociais, com as pautas objetivas que nos permitam avançar, que nos permita continuar vivas/os. A principal pauta hoje é a garantia da vida, e isso envolve: trabalho, renda, saúde, educação básica; havemos de prover participação política de fato.

³ Achille Mbembe (2018) define a necropolítica como a forma do Estado agir através da sua soberania — “a soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é “descartável” e quem não é.” (p. 33) — controlando o movimento dos corpos pelo território, “Cada vez mais, a guerra não ocorre entre exércitos de dois Estados soberanos. Ela é travada por grupos armados que agem por trás da máscara do Estado contra os grupos armados que não têm Estado, mas que controlam territórios bastante distintos; ambos os lados têm como seus principais alvos as populações civis desarmadas ou organizadas como milícias.” (p. 47).

Ademais, a perspectiva interseccional revela como o capitalismo instrumentaliza gênero, raça e classe para perpetuar desigualdades e explorar populações vulneráveis. No caso das mães estudantes, a falta de políticas de apoio, como creches e bolsas, reflete o desprezo pelas condições reais de vida dessas mulheres.

Isto posto, dentro de todos os atravessamentos das mulheres mães, o território e a mobilidade são elementos cruciais na análise das desigualdades, da dificuldade no acesso e na permanência nos espaços acadêmicos uma vez que para ocupá-los é preciso chegar até eles.

Milton Santos (2007) analisa a realidade das mulheres pretas nas periferias e destaca que é possível compreender como os espaços geográficos e as possibilidades de deslocamento influenciam no acesso a direitos básicos, como a educação, e servem de munição para o sistema.

O referido autor (idem) foi um dos maiores geógrafos do Brasil e em seus estudos argumenta que o território não é apenas um espaço físico, mas, também, um espaço de poder, onde se manifestam as relações sociais e econômicas.

No contexto das periferias urbanas, o território torna-se, assim, palco de exclusões múltiplas, com limitações de acesso à infraestrutura, transporte, educação e serviços básicos.

Nas palavras de Milton Santos (ibidem), o uso do território reflete as desigualdades sociais, mas, carrega, também, o potencial de transformação. As periferias, apesar das dificuldades, são locais de resistência e criação de novos sentidos para a humanidade. Essa ideia conecta-se diretamente com a luta das mulheres pretas organizadas em coletivos, que utilizam o território como espaço de mobilização e reivindicação de direitos.

Ainda pensando o território, a mobilidade geográfica tem sido, ao longo de décadas, um dos principais desafios enfrentados pelas mulheres-mães das periferias. A precariedade do transporte público, a distância dos grandes centros educacionais e os altos custos de deslocamento criam barreiras significativas para o acesso à educação e a outros direitos.

Dentre os impactos sofridos pela restrição da mobilidade, podem ser destacados:

a) a dificuldade de acesso a universidades e creches, uma vez que muitas mães estudantes precisam se deslocar por longas distâncias para acessar instituições de ensino que não oferecem infraestrutura de apoio, como creches. Esse deslocamento, frequentemente, realizado em transportes públicos lotados e inseguros, compromete o tempo e a energia necessários para os estudos;

b) o círculo da violência urbana, pois, mulheres periféricas enfrentam riscos diários relacionados à violência nos trajetos casa-trabalho-estudo. A falta de segurança pública e a vulnerabilidade social tornam o simples ato de se deslocar um desafio constante no qual o objetivo é a sobrevivência;

c) a imobilidade social, uma vez que a dificuldade de mobilidade não apenas limita o acesso à educação, mas, também, perpetua desigualdades, sobretudo, ao restringir as oportunidades de emprego e a participação ativa na vida cultural e política da cidade.

Milton Santos (2007) assinala, ainda, que a falta de mobilidade é uma forma de apartação espacial que agrava desigualdades estruturais. A impossibilidade de circular livremente pelo território reforça o isolamento das populações periféricas e limita seu acesso a recursos que poderiam promover sua emancipação.

Todavia, não obstante as adversidades, mulheres pretas das periferias têm se organizado em associações e coletivos para transformar suas realidades. Essas mulheres promovem ações que utilizam o território como espaço de resistência e construção de alternativas.

Tais grupos têm sido fundamentais para criar redes de apoio que enfrentem as desigualdades territoriais e promovam o acesso à educação. Ao reivindicar creches comunitárias, programas de transporte gratuito e políticas públicas que valorizem os territórios periféricos, essas associações desafiam as estruturas de poder que marginalizam as mulheres e seus espaços de moradia.

A criação de creches comunitárias, por exemplo, é uma estratégia que não apenas atende às necessidades imediatas das mães, mas, também, fortalece o senso de comunidade e solidariedade nos territórios. Essas iniciativas mostram de que forma as periferias podem ser transformadas em espaços de acolhimento e emancipação.

Nessa esteira, a análise interseccional é indispensável para compreender como o território e a mobilidade impactam as mulheres de diferentes origens e que

enfrentam desafios específicos que não podem ser reduzidos a uma única dimensão, como gênero ou raça.

Em vez disso, essas mulheres vivenciam exclusões interligadas que exigem respostas abrangentes e interseccionais. Uma mãe negra periférica que tenta acessar a universidade enfrenta barreiras relacionadas ao transporte, à falta de creches, que se incluem na privação de direitos sociais, além de barreiras relacionadas ao machismo e ao racismo, bem como a violência cotidiana em seus territórios. Sem políticas públicas que considerem essas interações, suas chances de permanência e sucesso acadêmico são severamente reduzidas.

Para romper com o ciclo de exclusão territorial e mobilidade limitada, é necessário implementar políticas públicas que reconheçam e respondam às demandas dessas mulheres.

Algumas propostas incluem a expansão do transporte público acessível e/ou gratuito e com isso garantir que mulheres das periferias possam se deslocar com segurança e sem custos excessivos para acessar universidades, creches e empregos; a descentralização dos serviços educacionais, ou seja, levar universidades e centros educacionais para os territórios periféricos, reduzindo a necessidade de deslocamento; a criação de creches públicas e o aumento da oferta de vagas nas creches já existentes em territórios marginalizados para que possam atender à demanda das mães estudantes e trabalhadoras, promovendo sua autonomia e participação ativa nos espaços.

Além disso, é preciso perceber que a intersecção do território é atravessada diretamente pela questão da segurança pública, uma vez que nesses espaços o Estado atua diretamente no cerceamento de mobilidade, de lazer, de acesso à saúde e educação a partir da chamada “guerra às drogas” que coloca alvo nas costas de quem é “favelado”.

Essa expropriação de direitos por meio de instituições que representam o Estado justifica-se pela necessidade de controle de corpos rebeldes, de uma raça que ousa lutar pelo básico, pelo que não lhe foi ofertado pelo sistema branco, hegemônico e patriarcal capitalista.

Ademais, território e mobilidade são elementos centrais na luta por justiça social. Esses fatores podem representar tanto barreiras quanto oportunidades de resistência. Diálogos e debates têm demonstrado que a transformação das periferias é essencial pois, ao colocar o território e a mobilidade no centro do debate, é

possível criar estratégias que rompam com o ciclo de apartação e promovam o acesso à educação, à segurança e à autonomia. Essa luta não é apenas uma questão local, mas, um caminho para ressignificar o uso do espaço urbano como ferramenta de emancipação e solidariedade.

Ao reunir mulheres de diferentes origens e vivências, esses grupos criam um espaço de escuta e construção coletiva, onde as demandas específicas de cada grupo podem ser articuladas de maneira inclusiva.

Logo, o trabalho dos coletivos vai além da denúncia das desigualdades, uma vez que propõe soluções concretas, como o aumento da oferta de vagas em creches, programas de apoio psicológico, ações de formação sobre raça, gênero e classe, legislações que viabilizem o acesso a direitos estudantis, dentre outros, debatendo a origem dos problemas e buscando, a partir da luta coletiva, formas de solucioná-los.

Em adição ao debate sobre a necessidade do olhar interseccional sobre as relações sociais, cabe mencionar ainda os grupos atravessados pelas questões de raça, classe e gênero observando a questão da população LGBTQIA+, – com atenção às pessoas trans e travestis – uma vez que, dentre as minorias, esse grupo sofre também atravessamentos relacionados às diversas formas de exclusão pela sociedade patriarcal capitalista que insiste em reproduzir o binômio “masculino/feminino”.

Nesse viés, tudo o que foge à norma, considerado diferente, é também excluído e marginalizado pela sociedade. Como observa Mably Tenenblat (2024):

[...] Chegou o momento de o Serviço Social olhar para si e para a sociedade novamente, considerando de forma consciente o debate de raça e, obviamente, as discussões de gênero e sexualidade. Nesse sentido, quando se abordam os desafios que envolvem a transexualidade, deve-se levar em consideração, também, a cisgeneridade, que insiste em posicionar pessoas trans à margem dos espaços de decisão e de poder, decisão, inclusive, sobre suas próprias vidas e seus corpos. Desse modo, as assistentes sociais devem estar capacitadas para intervir junto às demandas da população trans, a fim de qualificar o atendimento, fortalecer seus direitos e as suas diversidades de existência. Assim, a Resolução n. 845, de 26 de fevereiro de 2018, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), assinala que o trabalho da(o) assistente social deve se pautar pela Integralidade da atenção à saúde, levando em consideração as diversas necessidades dos sujeitos, indo além de um modelo baseado no atendimento focalizado em procedimentos hormonais ou cirúrgicos. Ademais, também advoga que tais profissionais deverão contribuir para "a promoção de uma cultura de respeito à diversidade de expressão e identidade de gênero, a partir de reflexões críticas acerca dos padrões de gênero estabelecidos socialmente" (CFESS, 2018, p. 2 *apud*. Mably Tenenblat. 2024 p. 13).

Portanto, não somente profissionais do Serviço Social, profissão que ocupa um lugar central em meus estudos, mas todas as profissões que se baseiam na defesa dos direitos humanos. Ademais, a sociedade, dentro e fora das universidades, precisa voltar os olhos e os debates também para esse grupo marginalizado.

Isto posto, o Coletivo de Mães da UFRJ, assim como coletivos de diferentes universidades pelo país, tem se destacado ao trazer essas questões para o centro do debate, utilizando a interseccionalidade como ferramenta analítica (Patrícia Hill Collins, Sirma Bilge, 2021) para visibilizar a falta de equidade enfrentada por mães estudantes, especialmente as negras e de baixa renda.

A reivindicação por políticas de permanência estudantil para mulheres-mães é um exemplo de como essa perspectiva pode orientar ações concretas que ampliam o acesso à educação, o que reforça a sua característica de ser uma ferramenta indispensável para os espaços de lutas coletivas. Afinal, ao considerar as múltiplas camadas de opressão que estruturam a marginalização pode ser possível construir estratégias mais efetivas e inclusivas para garantir direitos básicos, como a permanência no ensino superior.

1.3 E Eu Não Sou uma Estudante? A culpabilização e não integração da mulher mãe nos espaços acadêmicos

A pergunta que intitula esta seção ecoa o histórico discurso "*Ain't I a Woman?*" (1851), proferido por Sojourner Truth, mulher negra, ex-escravizada e mãe, que em seu discurso potente desmontou a retórica excludente de seu tempo. (Íris Monteiro, 2024, p. 24) Ao lembrar que carregou "o peso de um homem" no campo e pariu "treze filhos, a maioria vendidos como escravos", ela expôs a hipocrisia de um sistema que explorava seu trabalho, mas a negava como sujeita de direitos.

Truth não apenas denunciou a violência racial e de gênero, mas protagonizou sua luta percorrendo os Estados Unidos da América (EUA) e defendendo a abolição, o sufrágio feminino e o acesso à educação para mulheres negras, muitas delas como ela, impedidas de ler e escrever.

Atualmente, o capitalismo ainda se beneficia da mesma lógica produtiva que recai sobre corpos negros e femininos, agora sob novas roupagens: mulheres mães são pressionadas a abandonar os estudos pela necessidade de exercer a maternidade e assumir o posto de chefe de família enquanto universidades tratam a questão como "casos excepcionais", não como uma questão estrutural.

A fala de Sojourner Truth nos lembra que a desigualdade no espaço acadêmico nunca foi sobre incapacidade, mas sobre projeto político. Se, no século XIX, ela desafiou a ideia de que mulheres pretas não eram "sujeitas de direitos", hoje enfrentamos a falácia de que mulheres-mães não cabem na academia, ainda que seu trabalho seja o motor que sustenta a economia que financia essas mesmas instituições.

A precarização do trabalho doméstico, a falta de creches e os cortes em políticas de permanência estudantil evidenciam como raça, gênero e classe continuam interseccionando opressões, tal como Sojourner Truth revelou. Seu legado não é só memória, mas método, pois, organizar-se coletivamente – ela criou redes de apoio a mulheres pretas pobres – e exigir respostas concretas – como o fez ao processar um homem branco que havia roubado seu filho – são meios de se lutar por seu lugar de direito.

Como anteriormente citado, a escravização definiu o lugar da mulher preta na sociedade. Logo, é possível observar que as mulheres pretas são as mais afetadas por jornadas intermináveis de trabalho, duplas, triplas funções e quase nenhum acesso à direitos sociais; portanto, revisitar Sojourner é buscar formas de evidenciar a luta da mulher negra na sociedade.

Conforme exposto, o debate sobre a culpabilização de mulheres mães no âmbito dos espaços acadêmicos revela camadas de preconceitos e exclusões que impactam diretamente sua permanência e sucesso. No Brasil, essas discussões estão diretamente ligadas ao contexto de gênero, raça e classe, exigindo – como dito – uma abordagem interseccional. Por conseguinte, analisar a sexualidade da mulher e a justiça reprodutiva é um caminho necessário para defender a permanência de mulheres mães na academia.

A sexualidade feminina tem sido frequentemente vista sob uma lente de controle social, especialmente no caso de mulheres pretas e periféricas, cuja liberdade sexual é sempre estigmatizada, e a maternidade usada como instrumento de julgamento moral.

No ambiente acadêmico, tais questões se agravam, uma vez que mulheres mães enfrentam preconceitos relacionados às suas escolhas e condições de vida. Mulheres-mães que ingressam na universidade são, por vezes, vistas como culpadas por suas dificuldades, seja pela suposta irresponsabilidade ao engravidar, seja pela inadequação de conciliar maternidade e estudo.

Essa culpabilização mascara as falhas estruturais que dificultam a vida acadêmica, como a ausência de políticas públicas de apoio, a falta de infraestrutura que receba essas mães com seus filhos e o preconceito institucional.

Para jovens mães solteiras, a situação é ainda mais grave: sua sexualidade é criminalizada, e sua condição de estudante é deslegitimada. A sociedade ignora o contexto de vulnerabilidade em que muitas vivem, preferindo culpabilizá-las a questionar as barreiras sistêmicas.

Cabe mencionar que a justiça reprodutiva é um conceito que vai além do direito ao acesso a métodos contraceptivos e ao aborto seguro. Debora Diniz (2021), apresenta dados sobre a Pesquisa Nacional de Aborto no Brasil, de 2021, onde os resultados inferem que a estimativa é de que 1 em cada 7 mulheres já realizou um aborto antes dos 40 anos e que o aborto faz parte do início da vida sexual das mulheres, sendo necessário assim pensar na descriminalização do aborto bem como elaborar políticas públicas para viabilizar o aborto seguro.

Ademais, políticas que envolvam a informação sobre métodos contraceptivos, planejamento familiar e educação sexual já nos primeiros anos de vida sexual ativa são necessárias uma vez que mais da metade das mulheres que realizaram aborto, o fizeram antes dos 19 anos de idade.

Portanto, é necessário ressaltar que a justiça reprodutiva aborda o direito de decidir se, quando e como ter filhos, além do acesso a recursos necessários para criar essas crianças com dignidade. Dentre os pilares da justiça reprodutiva, o direito de não ter filhos deve incluir o acesso a métodos contraceptivos e a possibilidade de interrupção da gravidez de maneira segura e legal.

No Brasil, projetos conservadores como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 164/2012⁴ ameaçam esses direitos e expressam um profundo retrocesso, ao restringirem ainda mais o acesso ao aborto legal e seguro. Sobre o

⁴ A referida Proposta proíbe que vítimas de estupro possam abortar e impõe a pessoas cuja gravidez representa um risco à vida a seguirem com a gestação. A PEC também pode levar à proibição da fertilização in vitro, das pesquisas com células-tronco e da interrupção da gestação em casos de anencefalia fetal.

direito de escolher ter filhos, muitas mulheres pretas e periféricas têm sua capacidade de maternidade questionada ou cerceada por políticas racistas e classistas, que desumanizam suas experiências e tratam suas maternidades como indesejáveis.

No contexto acadêmico, a justiça reprodutiva significa garantir que mulheres mães tenham acesso a espaços de acolhimento, bolsas de permanência e políticas que respeitem e apoiem sua maternidade, em vez de tratá-la como um problema ou obstáculo.

Nesse horizonte, os movimentos feministas têm desempenhado um papel crucial na luta pela justiça reprodutiva. Como bell hooks (2022) menciona em sua obra "O feminismo é para todo mundo", mas, não se imaginava que nos anos 1990 as mulheres precisariam lutar pelo direito reprodutivo depois que o movimento conquistou nos anos 1960 e 1970, com o acesso aos métodos contraceptivos e a liberdade sexual.

Entretanto, os direitos sociais não são garantidos na sociedade capitalista e como já dizia Gal Costa em 1969, "é preciso estar atento e forte"⁵, pois, de tempos em tempos nos deparamos com a tentativa de regressão dos direitos sociais e avanço do conservadorismo, como acontece atualmente com a supracitada PEC, apresentada em 2012 e de volta ao debate atualmente, na qual se reivindica a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção, revogando, assim, o direito ao aborto em casos já garantidos por lei como, por exemplo, em decorrência de estupro.

A bancada conservadora volta a tentar tomar posse dos corpos das pessoas que gestam utilizando a Igreja como argumento base e trazendo consigo uma bancada que ignora a laicidade do Estado.

Desse modo, o debate sobre justiça reprodutiva deve ser feito de forma interseccional uma vez que, mesmo proibido ou limitado, mulheres brancas de classe alta seguem tendo acesso ao aborto por conseguirem pagar por ele enquanto mulheres que vivem à margem da sociedade, majoritariamente pretas, já acumulam diversas formas de controle sobre seus corpos como falta de acesso à educação sexual, falta de acesso a meios contraceptivos, esterilizações forçadas e dificuldade de acesso ao aborto seguro, realizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

⁵ Música Divino Maravilhoso interpretada pela cantora brasileira Gal Costa, lançada em 1969, no álbum Gal Costa, que tem como compositores Gilberto Passos, Gil Moreira, Caetano Emmanuel Viana Telles Veloso.

No contexto dos direitos reprodutivos, mulheres negras, como mencionado, enfrentam um controle ainda maior sobre sua sexualidade, resultado de um legado colonial que as desumaniza e hipersexualiza. Essa dinâmica reflete-se no ambiente acadêmico, onde elas são vistas com desconfiança e desrespeito, tendo suas capacidades intelectuais frequentemente subestimadas.

Lélia Gonzalez (2020) e Angela Davis (2016) argumentam que a luta por justiça social não pode ser dissociada da luta por justiça reprodutiva e pela autonomia das mulheres sobre seus corpos.

Nesse sentido, o debate sobre sexualidade nos espaços acadêmicos precisa incluir uma crítica às estruturas que perpetuam essas opressões e uma defesa ativa dos direitos reprodutivos como parte fundamental da emancipação feminina. Esse debate evidencia como as desigualdades de gênero, raça e classe se entrelaçam para excluir e marginalizar essas mulheres.

Ao responsabilizá-las individualmente por suas dificuldades, a sociedade e as instituições ignoram as barreiras estruturais que limitam suas escolhas e restringem suas oportunidades.

A justiça reprodutiva oferece, portanto, um caminho para enfrentar tais opressões, ao garantir que mulheres tenham autonomia sobre seus corpos e acesso a recursos que lhes permitam viver com dignidade. Essa luta tem sido, então, uma luta por equidade e respeito à diversidade de trajetórias e vivências femininas.

Nessa esteira, bell hooks (2022, p. 55) assinala que:

É necessária uma contínua discussão sobre a variedade de questões listadas sob o item “direitos reprodutivos”, se quisermos que mulheres de todas as idades e os homens que são nossos aliados na luta entendam por que esses direitos são importantes. Essa compreensão é a base de nosso comprometimento para manter os direitos reprodutivos como uma realidade para todas as mulheres. O foco feminista em direitos reprodutivos é necessário para proteger e sustentar nossa liberdade.

Consequentemente, é necessário ressaltar a luta por justiça reprodutiva como a luta da mulher pela liberdade de decidir sobre seu corpo, na qual se inclui o desejo de ser mãe sem ter outros direitos cerceados por conta das particularidades da maternidade.

Na academia, a reivindicação não apenas do reconhecimento das demandas das mães estudantes, mas, também, da transformação das universidades em espaços mais inclusivos e acolhedores são pautas dos coletivos

materno-universitários, além da proposição de soluções palpáveis para que esses objetivos sejam alcançados.

Isso significa transformar as universidades em locais inclusivos, que reconheçam e valorizem as experiências das mães estudantes, assegurando-lhes o apoio necessário para alcançar seus objetivos, sua permanência nos espaços educacionais e sua progressão de carreira.

1.4 Justiça Reprodutiva: o controle dos corpos femininos e a maternidade como continuum da opressão

Os direitos humanos no Brasil enfrentam um paradoxo marcante, no qual a retórica oficial, por vezes, contrasta com a realidade prática. Embora o país seja signatário de diversos tratados internacionais e tenha uma Constituição robusta que institui uma ampla gama de direitos, a implementação efetiva desses direitos tem sido frequentemente prejudicada por violações generalizadas.

Entre tais direitos, estão incluídos os direitos reprodutivos e nessa situação específica o paradoxo surge quando analisamos como o acesso a esses direitos são inviabilizados ou, em muitos casos, não são respeitados.

A discussão sobre direitos reprodutivos no Brasil contemporâneo precisa ser compreendida para além do binômio "ter ou não ter filhos", abarcando todo o continuum reprodutivo que se estende ao puerpério, à maternagem e suas violências praticadas pela sociedade.

Nesse sentido, a justiça reprodutiva, entendida como o direito de todas as pessoas de tomar decisões autônomas sobre sua vida reprodutiva, é um pilar fundamental na luta pela equidade de gênero, racial e, também, pelo acesso aos direitos humanos. No entanto, no Brasil, esse conceito enfrenta desafios profundamente enraizados, marcados por desigualdades socioeconômicas, raciais, de gênero e regionais, que se agravam diante de barreiras culturais e legais.

O Dossiê mulheres pretas e Justiça Reprodutiva (2021), produzido pela Organização Não Governamental (ONG) Criola, revela um cenário alarmante no qual mulheres negras, especialmente as periféricas, “são as mais afetadas pela negação

de direitos básicos, como acesso à saúde reprodutiva, saneamento, segurança alimentar e proteção contra violências” (ONG Criola, 2021, p. 66).

Essa realidade expõe como a justiça reprodutiva está intrinsecamente ligada à justiça social e racial, demandando uma abordagem interseccional para sua efetivação.

Como dito, quando se fala sobre justiça reprodutiva, o debate não é apenas sobre o desejo ou não de ter filhos. Em três eixos relacionados estão o direito de não ter filhos, que inclui o acesso a métodos contraceptivos e a possibilidade de interrupção da gravidez de maneira segura e legal; o direito de ter filhos, em que muitas mulheres pretas e periféricas têm sua capacidade de maternidade questionada ou cerceada por políticas racistas e classistas, que desumanizam suas experiências e tratam suas maternidades como indesejáveis; e o direito de exercer a maternagem de forma plena e segura, direito esse diretamente impactado pela ausência de creches, políticas de apoio à maternidade e pela violência estrutural que atinge principalmente mães negras e pobres.

Cumprе destacar, ainda, que o controle sobre os corpos femininos manifesta-se tanto na violência obstétrica – a violência obstétrica é tida como uma violência de gênero, intensificada pela raça, tanto no Brasil quanto em outros países da América Latina, onde o termo é utilizado para “demonstrar as formas de desrespeito às mulheres grávidas, parturientes e puérperas ocorridas no âmbito das instituições de saúde, sejam elas públicas ou privadas” (Jussara dos Santos, 2021, p. 156) – quanto na negligência pós-parto, revelando o abandono das mulheres após o nascimento de seus filhos.

Todavia, paradoxalmente, o parto não é o fim, mas o início de uma nova etapa de cobranças sociais. bell hooks (2015), destaca como a sociedade capitalista trata a maternidade como responsabilidade exclusiva das mulheres.

Para além da responsabilidade, as violências sofridas são maiores no que tange às mulheres pretas e periféricas, como evidenciam os dados do Dossiê mulheres pretas e Justiça Reprodutiva:

A vida reprodutiva das mulheres pretas é marcada por interdições que ceifam o direito de escolha e de uma vivência digna dos direitos reprodutivos. O pano de fundo no qual as mulheres realizam suas escolhas reprodutivas é marcado por violências, precariedades e interdições de direitos básicos como segurança alimentar, trabalho e moradia, revelando a complexidade das injustiças reprodutivas às quais estão submetidas (ONG Criola, 2021, p. 49).

Adicionalmente, a Portaria nº 2.234/2018, que instituiu a Agenda Mais Acesso, Cuidado, Informação e Respeito à Saúde das Mulheres, alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, prevê a ampliação do acesso aos serviços de saúde reprodutiva e a qualificação da Atenção Básica. No entanto, os dados do referido dossiê revelam que mulheres pretas continuam sendo as mais afetadas pela falta de acesso a esses serviços visto que 74,19% das mortes maternas no Rio de Janeiro ocorrem entre mulheres negras, vítimas de violência obstétrica, pré-natal inadequado e racismo institucional.

Essa contradição entre a norma e a realidade expõe a necessidade de políticas que não apenas estabeleçam diretrizes gerais, mas, que também enfrentem as barreiras específicas que atravessam essa população.

O período pós-parto configura-se como um momento crítico de vulnerabilidade ampliada. Dados do Ministério da Saúde (2023) revelam que 25% das mortes maternas ocorrem entre 42 dias e 1 ano após o parto. Esses óbitos, contudo, não se distribuem equitativamente pois enquanto a taxa de mortalidade materna⁶ entre mulheres brancas é de 44,4 por 100 mil nascidos vivos, entre mulheres pretas salta para 75,2 (DATASUS, 2023). Isso porque:

Não é possível falar de saúde das mulheres negras, sem falar de racismo enquanto um determinante de saúde. A experiência do nascer, viver, gestar, parir e morrer não é a mesma para as pessoas que têm útero. Um homem trans negro terá diferentes trajetórias sexuais e reprodutivas, que uma mulher cis negra com deficiência, que terá diferentes trajetórias de uma adolescente negra em medida socioeducativa (Brasil, 2025, p. 11).

A precariedade do acompanhamento desse período no SUS aprofunda essas desigualdades. Apenas 35% das puérperas brasileiras realizam todas as consultas de puerpério recomendadas. Nas periferias urbanas, esse índice cai para 22%, sendo que em 68% dos casos as mulheres relatam ter enfrentado dificuldades para acessar o serviço (FIOCRUZ, 2021). Essa negligência institucional contrasta com as recomendações da Organização Mundial da Saúde, que preconiza no mínimo cinco consultas pós-parto no primeiro ano (OMS, 2022).

No que tange a saúde reprodutiva de pessoas que têm seus corpos controlados pela sociedade, é necessário defender direitos básicos como diz a constituição:

⁶ A mortalidade materna é analisada por meio da Razão de Mortalidade Materna (RMM), definida como o número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos de mães residentes em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, art. 196).

Além disso, urge quebrar o pacto com a binariedade de gênero imposta pela sociedade, que inclui estudar corpos dissidentes⁷, suas especificidades e particularidades de forma a ofertar oportunidades equânimes de acesso a saúde e justiça reprodutiva.

Nessa esteira, pessoas trans se encontram ainda limitadas no acesso a esses direitos, ainda que:

O corpo continua sendo modificado, desarticulando formas e subjetividades pré-concebidas. Conclui-se, portanto, que, assim como o gênero não é uma categoria imutável e definitiva, também o sexo e o corpo precisam ser examinados como conceitos sociais e históricos em permanente construção (Mably Tenenblat. 2014 p. 27).

Cabe, portanto, pensar meios de estender o debate da justiça reprodutiva em todos os âmbitos acadêmicos e sociais, como acontece, por exemplo, com a própria UFRJ, que realizou em dezembro de 2024 o primeiro parto de um homem trans na Maternidade Escola.

A referida maternidade junta-se à Maternidade Climério de Oliveira (MCO), da Universidade Federal da Bahia (UFBA), ao implementar o programa Transgesta, iniciativa pioneira do SUS que “promove o cuidado assistencial voltado para pessoas trans gestantes, sendo a primeira a desenvolver uma caderneta de pré-natal especificamente para essa população” (Brasil, 2024), ilustrando formas de fato equânimes de acesso à saúde reprodutiva.

Ademais, é sabido que a sobrecarga da maternagem recai desproporcionalmente sobre as mulheres e pesquisas evidenciam esse fato. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) Contínua 2022, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que as mulheres gastam quase o dobro do tempo que os homens nos trabalhos domésticos.

Enquanto elas passam, em média, 21,3 horas semanais nessas atividades, eles gastam 11,7 horas. Dentre as mulheres, as pretas e pardas ficam com a maior quantidade de horas de realização desse trabalho isso porque, como analisa Helena

⁷ Adjetivo de dois gêneros 1. Que dissente, discorda ou diverge de algo. Adjetivo de dois gêneros e substantivo de dois gêneros 2. Que ou quem se separa de um grupo por divergência de opiniões, princípios, comportamentos, doutrinas, dentre outros (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

Hirata (2018), a crise dos cuidados no capitalismo contemporâneo atinge especialmente essas mulheres, que precisam conciliar trabalho remunerado precário com as exigências da maternagem e sem redes de apoio adequadas.

bell hooks (2022) reflete que “dentro de culturas de dominação patriarcal capitalista de supremacia branca, crianças não têm direitos” (bell hooks, *idem*, p.110) portanto, pouco se faz no âmbito do Estado para que as crianças sejam amparadas por toda a sociedade.

Aliada a essa questão, a cultura patriarcal sugere que lares monoparentais, chefiados por mulheres, são disfuncionais, e que a solução seria a presença de um homem na posição de chefe de família, entretanto segue afagando a cabeça do homem que diz não estar pronto para ser pai, enquanto aponta o dedo para as mulheres que escolheram ser mães, por não saberem escolher o pai da criança. Assim, a mulher é sempre depreciada pela sociedade patriarcal e colocada como culpada pela má criação dos filhos.

Outro ponto a se observar refere-se à licença-maternidade de 120 dias, instituída pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, pois, se mostra anacrônica frente às evidências científicas atuais, uma vez que o aleitamento materno é essencial para a saúde e o bem-estar das crianças.

Estudos comprovam que a amamentação exclusiva até os seis meses de vida, tem um impacto significativo no crescimento, no desenvolvimento infantil e na prevenção de doenças, tanto na infância quanto na fase adulta. Além de contribuir para a redução da mortalidade infantil, essa prática promove o desenvolvimento integral do ser humano, garantindo não apenas a sobrevivência, mas, também, uma vida mais saudável e plena (Brasil, 2018; OMS).

Contudo, para usufruir desse direito, as mulheres dependem de a empregadora aderir ao Programa Empresa Cidadã (PEC), que concede benefícios fiscais caso a mesma prorrogue o prazo da licença maternidade, segundo a Lei Federal nº 11.770, de 9 de setembro de 2008 (JusBrasil, 2008), sendo as informais – majoritariamente negras e periféricas – completamente desprotegidas.

Logo, a justiça reprodutiva não é apenas uma questão de saúde individual, mas, um imperativo de justiça social e de direitos humanos. Superar os desafios existentes requer um compromisso firme com a equidade racial e social, assim como é preciso que o cuidado seja coletivizado, que a sociedade entenda que crianças não são problema das mães, mas responsabilidade de todos.

Enquanto o trabalho reprodutivo e o cuidado forem invisibilizados, a maternidade seguirá sendo um meio para essa culpabilização, portanto, se a violência é contínua, a resistência também precisa ser.

Audre Lorde (1988) ensina que cuidar de si é um ato revolucionário, e isso se aplica à maternidade negra e periférica, que sobrevive apesar do Estado, assim como destaca Sueli Carneiro (2005), enfatizando que essas práticas constituem tecnologias sociais a partir do cuidado de si e do outro como “sujeitos coletivos na busca pela emancipação”. (p. 152)

A justiça reprodutiva configura-se como um debate urgente, revelando as intrincadas relações entre patriarcado, capitalismo e racismo no controle dos corpos femininos e a verdadeira autonomia reprodutiva só será alcançada por meio do reconhecimento do trabalho de cuidado como fundamento da organização social, da superação do racismo institucional e da construção de políticas pública.

Em vista disso, o capitalismo transformou a reprodução em trabalho invisível. Silvia Federici (2004), em sua obra "Calibã e a Bruxa", destaca que a acumulação primitiva exigiu o controle sistemático dos corpos femininos, convertendo-as em máquinas de reprodução de força de trabalho (Silvia Federici, idem)

Essa lógica persiste atualmente quando observamos que apenas 33,9% das crianças brasileiras de até 3 anos têm acesso a creches públicas (FGV, 2022), sendo que o Plano Nacional da Educação vigente – e prorrogado até o final deste ano – tem como meta alcançar o número de 50% na oferta de creches.

Esses dados reforçam a transferência para as mulheres do ônus da reprodução social por parte do Estado. A licença-maternidade de quatro meses para trabalhadoras da iniciativa privada – contra seis meses do serviço público – reforça essa exploração, violando inclusive as recomendações da OMS sobre a amamentação exclusiva até os seis meses de idade.

Observando o caráter racializado dessa exploração, como alerta bell hooks (2022), o racismo estrutura experiências reprodutivas distintas pois o número de pessoas negras mortas em decorrência de causa obstétrica direta é de 110 por 100 mil nascidos vivos, enquanto o número de óbitos de pessoas brancas por essa mesma causa é de 50⁸, números que escancaram o racismo como indicador relevante no caso de mortes maternas e que se relaciona diretamente com o caso

⁸ Dados apresentados no lançamento do programa Rede Alyne, em 2024, pelo Ministério da Saúde.

Alyne Pimentel⁹, que foi o primeiro a resultar em condenação do Estado Brasileiro por um órgão internacional num caso de morte materna evitável, na qual Alyne foi vítima de violação dos direitos humanos, entre eles o reprodutivo.

O programa Rede Alyne¹⁰, criado em resposta a essa violência, mostra-se insuficiente diante da magnitude do problema, evidenciando que a implementação de políticas públicas é um passo importante, mas deve ser acompanhada de uma análise crítica das causas estruturais que perpetuam as desigualdades no acesso à saúde, como a violência obstétrica que, desde a medicalização excessiva até a humilhação durante o parto, não é um acidente, mas um mecanismo de controle que atinge principalmente corpos racializados.

O racismo, a pobreza e a falta de acesso a recursos básicos de saúde devem ser abordados de maneira transversal em todas as ações e políticas. Silvia Federici (2004) propõe a reapropriação coletiva dos meios de reprodução social, o que na prática exigiria remuneração do trabalho de cuidado, criação de redes comunitárias de apoio e políticas universais de proteção social.

A realidade das mães solo brasileiras, da qual 11 milhões de lares chefiados por mulheres sem apoio estatal adequado (FGV, 2022), comprova a urgência dessas medidas.

Dessa maneira, é evidente que a justiça reprodutiva exige muito mais que direitos individuais, pois, demanda a reorganização radical das relações sociais. Ademais, a autonomia sobre os corpos femininos permanecerá ilusória enquanto o trabalho reprodutivo for explorado como externalidade do capital e enquanto persistirem hierarquias raciais no acesso aos cuidados.

⁹ Em 14 de novembro de 2002, Alyne da Silva Pimentel Teixeira estava no sexto mês de gestação e buscou assistência na rede pública em Belford Roxo, no estado do Rio de Janeiro. Alyne era negra, tinha 28 anos de idade, era casada e mãe de uma filha de cinco anos. Com náusea e fortes dores abdominais, buscou assistência médica, recebeu analgésicos e foi liberada para voltar a sua casa. Não tendo melhorado, retornou ao hospital, quando então foi constatada a morte do feto. Após horas de espera, Alyne foi submetida a cirurgia para retirada dos restos da placenta. O quadro se agravou e foi indicada sua transferência para hospital em outro município, mas sua remoção foi feita com grande atraso. No segundo hospital, a jovem ainda ficou aguardando por várias horas no corredor, por falta de leito na emergência, e acabou falecendo em 16 de novembro de 2002, em decorrência de hemorragia digestiva resultante do parto do feto morto. Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/11/14/entenda-o-caso-alyne>. Acesso em 14/07/2025.

¹⁰ Tem o objetivo de reduzir a morbimortalidade materna e conscientizar sobre as violências obstétricas. Apresentação do programa disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2024/apresentacao-rede-alyne>

Nesse horizonte, a verdadeira justiça só emergirá quando superarmos a falsa dicotomia entre produção e reprodução, construindo uma sociedade que valorize efetivamente a sustentação da vida.

Cabe mencionar que no contexto acadêmico, a justiça reprodutiva significa garantir que mulheres mães tenham acesso a creches, bolsas de permanência e políticas que respeitem e apoiem sua maternidade, em vez de tratá-la como um problema ou obstáculo.

1.5 Quem Sustenta a Base? O trabalho de cuidado entre a exploração e a resistência

A maternagem no Brasil revela uma profunda contradição de sua posição na sociedade, uma vez que, enquanto exaltada como "vocação natural", o cuidado materno é sistematicamente desvalorizado e invisibilizado. Logo, é fundamental compreendê-la como um trabalho não remunerado, que sustenta o capitalismo, conforme aponta Silvia Federici (2017, p. 167):

A criminalização do controle das mulheres sobre a procriação é um fenômeno cuja importância não pode deixar de ser enfatizada, tanto do ponto de vista de seus efeitos sobre as mulheres, quanto por suas consequências na organização capitalista do trabalho.

De acordo com a autora, a sociedade capitalista depende da força de trabalho para manter a ordem da reprodução social e as mulheres são responsáveis pela constante renovação dessa força de trabalho.

No entanto, enquanto mulheres brancas de classe média podem delegar esse trabalho – contratando babás e domésticas, majoritariamente negras – as mães periféricas enfrentam duplas, ou até triplas jornadas. Mesmo cumprindo o papel que o sistema lhes impõe, as mulheres pretas seguem sendo excluídas, discriminadas e exploradas ainda que exerçam funções idênticas às de mulheres não negras.

O boletim divulgado pelo DIEESE em abril de 2024 com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – a Pnad Contínua/IBGE, 2023 – traça o perfil das trabalhadoras domésticas no Brasil e infere o resultado já escancarado na nossa sociedade, qual seja: o da mulher preta, mais velha, de baixa escolaridade e chefe de família como a responsável pela maior parte do trabalho doméstico. Além disso, recebem os menores salários e realizam as tarefas mais árduas.

A expressão "matriarcado da miséria", cunhada por Arnaldo Xavier¹¹, e utilizada por Sueli Carneiro, descreve a forma como mulheres não brancas são atingidas pela exploração capitalista, ocupando subempregos, recebendo os piores salários e sendo marginalizadas.

Conforme a Figura 1, extraída do referido boletim, 8,5% das mulheres pretas em serviços domésticos vivem na extrema pobreza, contra 4,4% das não negras, evidenciando a dupla vulnerabilidade da mulher negra nesse setor.

Figura 1 — Relatório do DIEESE sobre a Situação de pobreza das mulheres no trabalho de cuidado por raça/cor

População e situação de pobreza (1)	Total (2)	Negras	Não Negras
Ocupadas	100,0	100,0	100,0
Extremamente Pobre (Até 1/4 de SM)	3,2	4,4	1,8
Pobre (Mais de 1/4 a 1/2 SM)	10,5	14,5	6,1
Não Pobre (Mais de 1/2 SM)	86,3	81,1	92,2
Ocupadas em serviços domésticos	100,0	100,0	100,0
Extremamente Pobre (Até 1/4 de SM)	7,1	8,5	4,4
Pobre (Mais de 1/4 a 1/2 SM)	19,0	22,0	13,3
Não Pobre (Mais de 1/2 SM)	73,9	69,5	82,4

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023 (acumulado de primeiras visitas)¹².

Esses dados também revelam disparidades salariais, uma vez que elas receberam apenas 86% do salário mínimo vigente no ano de 2023 (R\$1.135,00 de R\$1.320,00), o que explicita a exploração da mulher, em destaque a mulher negra e mãe, já que o trabalho de cuidado tem sua interseção com a opressão estrutural pela sociedade e com a desvalorização do trabalho de cuidado.

¹¹Arnaldo França Xavier nasceu em Campina Grande, Paraíba, 1948. É um escritor, poeta e teatrólogo. A aproximação de sua produção literária à corrente de poesia concreta, de modo a ressignificá-la pelo experimentalismo linguístico assumido em suas publicações e manifestos, são algumas das características mais importantes de sua obra. Ativista do movimento negro brasileiro, consolida seu trabalho poético-visual de contínuo questionamento sobre as relações sociais brasileiras e as tensões raciais que conformam o país (Enciclopédia Itaú Cultural, 2021).

¹² Nota: (1) Salário mínimo de referência = R\$1.302 (1º trimestre) e R\$1.320 (demais trimestres). A situação de pobreza foi calculada com base no rendimento domiciliar mensal per capita nominal. (2) Inclui cor/raça ignorada. Obs.: Negras = Pretas + Pardas; Não-Negras = Brancas + Amarelas + Indígenas.

A intersecção entre raça e gênero intensifica ainda mais essa exploração. A falta de atendimento especializado e de qualidade, de transporte adequado, o racismo e a discriminação fizeram uma mulher preta e periférica – como Alyne Pimentel – ser violentada e morta.

O trabalho doméstico e o cuidado com crianças, idosos e doentes sempre foram racializados e feminilizados. No Brasil, a herança escravocrata relegou historicamente mulheres pretas ao papel de cuidadoras invisíveis – mães pretas que criavam os filhos dos senhores enquanto seus próprios morriam de abandono.

Como questiona Geni Nunez (2023, p. 78):

Quantos milhões de relações há em que mulheres se veem recorrendo ao trabalho de outras mulheres (em geral não brancas) para que cuidem de seus filhos e limpem sua casa, já que seu marido, seus amigos e parentes homens cis jamais são responsabilizados pela manutenção diária da vida? Sempre vemos que no amparo das mães estão outras mulheres, como as avós, as tias, as amigas.

Embora as mulheres pretas sintam com maior crueldade o peso dessa dinâmica, a desvalorização do trabalho de cuidado é um problema universal. Conforme o Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados – Lei Nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024:

As mulheres continuam sendo as principais – quando não exclusivas – responsáveis pelo trabalho de cuidados, principalmente as mais pobres (que não têm renda suficiente para adquirir serviços de cuidado no mercado), as mulheres pretas e as que vivem em territórios com menor acesso a políticas e serviços públicos de cuidado (como as zonas rurais e as periferias urbanas), as mães-solo e as que cuidam sozinhas de pais, mães ou outros parentes com alto grau de dependência de cuidados (Brasil, 2024, p. 12).

O trecho citado evidencia uma realidade incontestável sobre o trabalho de cuidado que recai desproporcionalmente sobre as mulheres, especialmente as mais vulneráveis, limitando suas oportunidades econômicas, e reforçando ciclos de pobreza e desigualdade.

Nesse contexto, a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Cuidados (Brasil, 2024) representa um avanço crucial no reconhecimento do cuidado como uma questão de direitos e justiça social, e não como responsabilidade natural feminina.

Instituído no Brasil para estruturar a Política Nacional de Cuidados (PNaC), o GTI segue recomendações de organismos internacionais, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que alertam para a crise global do cuidado,

agravada pelo envelhecimento populacional, falta de infraestrutura de apoio e da persistente divisão sexual do trabalho.

Seus principais eixos de atuação incluem:

Tabela 4 — Eixos de atuação do GTI

1. Reconhecimento do cuidado como um direito: garantir que cuidar e ser cuidado sejam entendidos como parte da proteção social, e não como uma obrigação invisível e não remunerada.
2. Redistribuição do trabalho de cuidado: promover a corresponsabilidade entre Estado, mercado, comunidade e famílias, além de incentivar a divisão igualitária entre homens e mulheres.
3. Remuneração e valorização das cuidadoras: muitas mulheres exercem trabalhos de cuidado de forma precarizada, sem direitos trabalhistas adequados, como apontam dados do Boletim Especial de 27 de abril de 2025 do DIEESE, que demonstram que o trabalho de cuidado é majoritariamente contratado de forma diarista, (53,1%) quando se trata de trabalho doméstico, e de forma mensalista (80%) quando se trata de trabalhos de cuidado a pessoas, além de sua maioria não possuir carteira assinada (75,3%) e receber salário inferior (R\$ 1.252,00) ao piso salarial em vigor na ocasião da pesquisa- 2023. (R\$ 1.412,00)
4. Expansão de serviços públicos de cuidado: Como creches, centros de assistência a idosos e pessoas com deficiência, e políticas de apoio às mães solo, reduzindo a carga sobre as mulheres mais pobres. (MDS, 2024.)

Fonte: Relatório do GTI de Cuidado da Política Nacional de Cuidados, 2024.

O Marco Conceitual citado deixa evidente que a ausência de políticas estruturadas aprofunda as desigualdades de gênero, raça e classe. Enquanto mulheres ricas podem terceirizar o cuidado, as periféricas arcam com jornadas exaustivas, sem rede de apoio.

O GTI surge, portanto, como uma ferramenta para reduzir a pobreza feminina, pois, mulheres que dedicam horas excessivas ao cuidado não remunerado têm menos tempo para estudo, qualificação e trabalho remunerado, perpetuando a dependência econômica; combater o racismo estrutural uma vez que mulheres pretas são as mais afetadas pela precarização do cuidado, seja como trabalhadoras informais ou como mães abandonadas pelo sistema de saúde e garantir proteção social como licenças-parentais estendidas, auxílio-cuidador e acesso universal a creches que são medidas que beneficiam todas as mulheres, mas têm impacto ainda maior para as mais vulneráveis.

Em síntese, a sociedade trata o cuidar como uma obrigação feminina e não como um trabalho essencial a ser compartilhado e valorizado. O modo de reprodução social contemporâneo explicita a crueldade de um sistema que explora o

cuidado quando prestado por mulheres pretas e o naturaliza como obrigação feminina. Um sistema que consome a vida das mulheres, especialmente das negras, e as descarta quando não podem mais servir.

Portanto, enquanto o cuidado for visto como vocação, as mulheres seguirão exaustas, algumas exploradas até a morte, outras presas em jornadas intermináveis. Nesse contexto, a organização coletiva emerge como resistência, com mulheres construindo redes de apoio para sustentar a base de uma sociedade que insiste em ignorá-las.

2. DE QUEM PARA QUEM? AS POLÍTICAS DE ACESSO E PERMANÊNCIA ESTUDANTIL MATERNA NA UFRJ

O acesso à educação superior não se limita à conquista de uma vaga na universidade. Trata-se apenas do primeiro passo em um longo caminho, marcado por desafios estruturais que determinam quem de fato consegue permanecer e concluir seus estudos.

Aqui, investigamos as contradições entre o discurso de apoio à diversidade promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a realidade enfrentada pelas estudantes mães, especialmente aquelas negras, periféricas e de baixa renda.

O presente capítulo inicia com uma análise histórica da UFRJ e sua relação com os movimentos estudantis, destacando como a luta por cotas raciais e sociais transformou o perfil da instituição, mas, não foi suficiente para garantir condições equitativas de permanência. Em seguida, discute-se a invisibilização materno-estudantil, um processo que exclui as mães do espaço acadêmico, tanto pela falta de infraestrutura quanto pela naturalização de suas dificuldades como problemas individuais.

A partir de dados coletados pelo Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ), traçamos o perfil dessas estudantes, revelando suas vivências, desafios e estratégias de resistência. Demonstramos, ainda, como as políticas de assistência estudantil, como o Auxílio Educação Infantil, por exemplo, são insuficientes e burocráticas, perpetuando a desigualdade e a evasão ao invés de promover equidade.

Por fim, questionamos as condicionalidades impostas pelas políticas de permanência, que, sob uma lógica liberal e meritocrática, reforçam desigualdades em lugar de combatê-las.

Ao articular críticas institucionais com vozes das próprias estudantes, este capítulo evidencia que a universidade, enquanto espaço de reprodução de privilégios, precisa ser radicalmente repensada. A luta das mães estudantes não é por favores, mas por direitos básicos – e sua resistência organizada aponta caminhos para uma educação superior verdadeiramente democrática.

2.1 A UFRJ e a luta estudantil: os coletivos universitários como base para uma universidade equânime

Fundada em 7 de setembro de 1920 como Universidade do Rio de Janeiro (URJ), a atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) surgiu da fusão de três importantes instituições do século XIX: a Escola de Engenharia, a Faculdade de Medicina e a Faculdade de Direito. No entanto, sua consolidação como universidade de fato só ocorreu em 1937, quando foi reorganizada como Universidade do Brasil durante o Estado Novo, assumindo um caráter centralizador e elitista (Antonio José Barbosa de Oliveira, 2025)

Na década de 1960, a UFRJ transformou-se em um importante palco de resistência ao regime militar, com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), atuando fortemente no campus da Praia Vermelha. A repressão foi brutal após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) em 1968, com perseguições, prisões e até desaparecimentos de estudantes. Mesmo na clandestinidade, o movimento estudantil manteve-se resistente, e seguiu sua luta até os anos 1980, quando se consolidou a redemocratização do país (Ana Maria Ribeiro, 2020)

Nas últimas décadas, a UFRJ tem sido palco de importantes lutas por acesso a direitos. A partir da luta em defesa das cotas raciais nos anos 2000, a UFRJ tornou-se um dos principais campos de batalha por essas transformações, que fazem parte, atualmente, das mais significativas no ensino superior brasileiro.

Em 2012, a então Presidenta Dilma Rousseff sancionou a Lei n. 12.711, conhecida como Lei de Cotas que estabeleceu:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas, em proporção no mínimo igual à de pretos, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Brasil, 2012).

Cabe destacar que essa política foi fruto da luta dos movimentos negros pelo acesso à educação superior. Somente naquele ano, “40.661 alunos ingressaram em cursos de graduação em virtude de políticas dessa natureza” (Brasil, 2023).

Ao longo dos anos, o estudo dos resultados dessa implementação por parte do movimento juntamente com pesquisadores, parlamentares e órgãos competentes resultou em aprimoramentos do seu texto base e na revisão sancionada em 2023 pelo então presidente Lula.

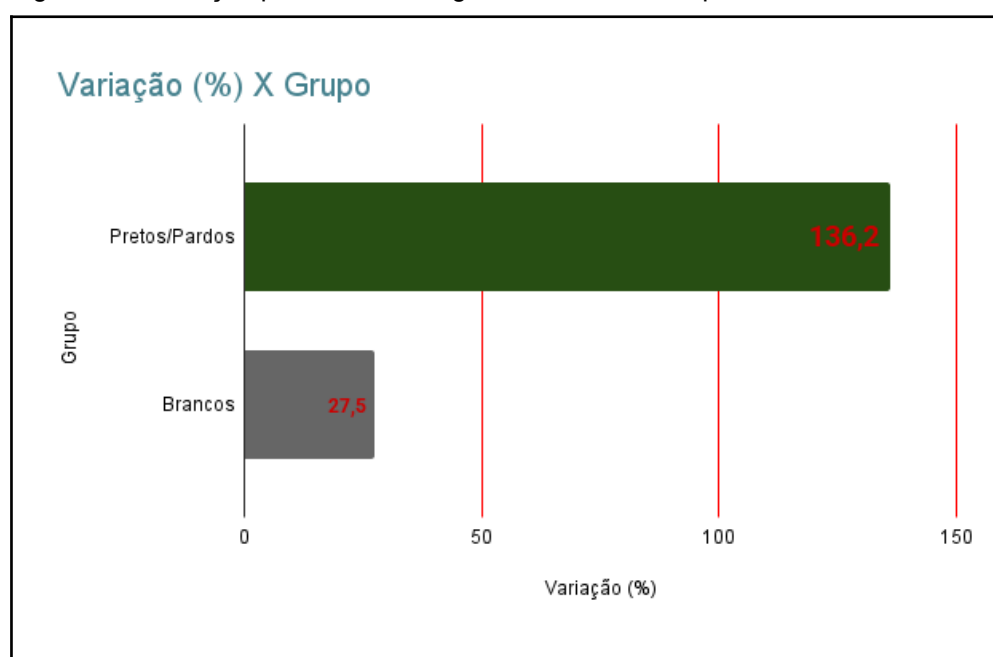
No texto mais recente a lei inclui pessoas com deficiência e quilombolas além do preenchimento de vagas remanescentes com prioridade para esses mesmos grupos, como afirma o artigo 3º da Lei nº 14.723,

§ 1º No caso de não preenchimento das vagas segundo os critérios estabelecidos no caput deste artigo, as remanescentes deverão ser destinadas, primeiramente, a autodeclarados pretos, pardos, indígenas e quilombolas ou a pessoas com deficiência e, posteriormente, completadas por estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escola pública (Brasil, 2023).

Tais transformações se refletem em números do Censo da Educação Superior de 2023, divulgado pelo INEP, no qual há a variação de ingresso de estudantes pretos e pardos 136,2%, no período entre 2010 a 2023, contra 27,5% de estudantes brancos.

Dados esses ilustrados na figura 2:

Figura 2 — Variação percentual de Ingressantes UFRJ no período de 2010 a 2023



Fonte: Painel Estatístico Censo da Educação Superior – INEP.

Elaboração Própria

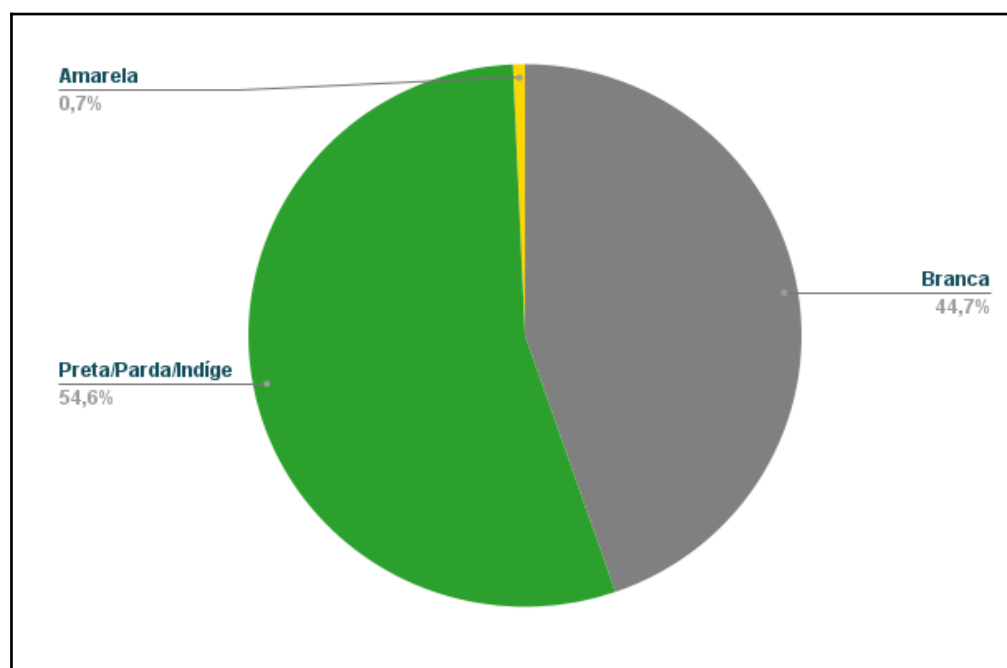
Esse movimento, que ganhou força em meio aos debates sobre desigualdade e reparação histórica, alterou profundamente o perfil da universidade, rompendo com séculos de marginalização sistemática da população negra e de baixa renda do acesso à educação superior de qualidade.

Nesse contexto, coletivos estudantis emergiram como vozes fundamentais na denúncia do racismo estrutural que permeia a academia. A atuação desses grupos foi crucial não apenas para pressionar pela adoção das cotas, mas, também, para garantir sua efetividade após a implementação.

Tais coletivos denunciavam as falácias do mérito acadêmico, mostrando como o acesso à educação sempre foi determinado por condições socioeconômicas e raciais. Além disso, criaram redes de apoio para estudantes cotistas, que, muitas vezes, enfrentavam hostilidade velada ou explícita no cotidiano universitário.

O resultado dessa mobilização foi uma transformação radical no cenário da UFRJ. Se, antes, a universidade refletia a divisão social brasileira, com corredores majoritariamente brancos e elitizados, na atualidade, começa a representar, ainda que de forma limitada, a diversidade da sociedade, com dados ilustrados na figura 3:

Figura 3 — Percentual de ingressantes por cor/raça na UFRJ no ano de 2023.



Fonte: Painel Estatístico Censo da Educação Superior – INEP.

Elaboração Própria

No entanto, como os próprios coletivos destacam, as cotas são apenas o primeiro passo. A verdadeira democratização exige mudanças profundas nos currículos, nas relações acadêmicas e nas estruturas de poder da universidade em consonância com a sociedade.

Paralelamente, coletivos feministas e LGBTQIA+ desafiam as estruturas machistas e heteronormativas da instituição, uma vez que as questões de gênero seguem sendo excludentes dentro e fora dos muros da universidade.

Cabe aqui ressaltar que, ao se observar essas questões de gênero interligadas à raça, de forma interseccional, a discriminação segue sendo intensificada para mulheres negras, duas vezes mais atingidas.

Dados divulgados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e elencados na página da Diretoria de Gênero e Pertencimento (Digepe) (Tássia Menezes, 2025), expõem que 70% da população entrevistada não concluiu o ensino básico e que, de forma alarmante, apenas 0,02% chega ao ensino superior.

Tais dados somados ao fato de que a última pesquisa do Censo de Ensino Superior não traz visibilidade para essa parcela da população demonstra que a luta desses coletivos está longe da linha de chegada.

Logo, ações como a implementação da própria Digepe, que visa criar ações afirmativas voltadas para a diversidade sexual, como a oferta de cotas para a população trans, além de programas de letramento em diversidade para a comunidade acadêmica estão em andamento na instituição e são fruto de muita luta coletiva.

Como afirma Denise Góes (2025), superintendente a frente da Superintendência-Geral de Ações Afirmativas, Diversidade e Acessibilidade (Sgaada) é preciso que:

Essas cotas no ano que vem venham do Sisu. O governo federal tem que dizer: existem cotas para pessoas trans, assim como existem para pretos, para indígenas e para quilombolas. Tirar a Universidade dessa zona de conforto é fazer a discussão das políticas públicas, o que é o grande carro-chefe de todas essas mudanças que a Universidade vem vivendo do ponto de vista social. É trazer para a cena pessoas que estavam invisibilizadas (UFRJ, 2025).

Outra luta em destaque na instituição refere-se à luta das estudantes mães. A dificuldade de conciliar maternidade e vida acadêmica é pauta de debates entre as discentes mães, que da busca de rede de apoio e visibilidade dentro do espaço

acadêmico, resultou na criação do coletivo Mães da UFRJ (Mithaly Salgado Corrêa, 2023), além da formação do Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero (GTPEG), criado em 2020 em meio a pandemia da covid-19, tendo como objetivos propor políticas de apoio à parentalidade e dar visibilidade à realidade das mães e pais integrantes do corpo acadêmico, sendo discentes, docentes e técnico-administrativos.

Diante do exposto, a defesa da universidade pública consubstancia-se pelo fato de a mesma ser considerada um espaço de acesso à educação superior de forma equânime e inclusiva, e embora elas se apresentem como espaços de democratização do conhecimento, acabam por reproduzir estruturas excludentes que marginalizam mulheres mães.

Este capítulo tem como propósito principal o aprofundamento da análise das políticas de permanência para mães universitárias na UFRJ à luz das lutas do Coletivo de Mães da UFRJ, expondo a realidade vivida por essas mulheres.

A partir de documentos como a carta escrita de forma coletiva pelas integrantes do CMUFRJ (2021) e estudos produzidos pelas próprias integrantes do coletivo, que vêm abrindo caminho para o debate acerca da conciliação da maternidade com o ensino superior em paralelo com coletivos de outras instituições no país, levanta-se a seguinte questão: quem oferece essas políticas e para quem elas são direcionadas?

2.2 A política da invisibilização materno-estudantil e a invisibilidade das estudantes mães.

Você já passou por mim
 E nem olhou pra mim
 Você já passou por mim
 E nem olhou pra mim
 Acha que eu não chamo atenção
 Engana o seu coração
 Acha que eu não chamo atenção
 Não tem cor, não tem cara
 Começou, não vai parar
 Coração vai disparar, não tem como dedurar
 Ninguém viu, ninguém viu, ninguém acha você
 Invisível, invisível, ninguém acha você
 Há maneiras de ver, maneira de ser
 Maneira de crer, maneira de ver
 (Invisível – BaianaSystem, 2017)

BaianaSystem traz na letra da sua música “Invisível” uma expressão da sensação de pessoas que não se sentem vistas pela sociedade. A repetição de frases como “você já passou por mim e nem olhou para mim” e “ninguém viu, ninguém viu, ninguém acha você. Invisível, invisível, ninguém acha você” reforça esse sentimento de quem, apesar de estar em meio a outros, percebe-se ignorado, colocado nesse lugar não visível mesmo com diversas maneiras de se ver e perceber as pessoas.

O Portal Geledés¹³ (2023) afirma que “na sociedade contemporânea, um fenômeno insidioso e prejudicial persiste, muitas vezes ignorado ou negligenciado: a invisibilidade social.”

Esse fenômeno vem da ação de tornar um grupo socialmente invisível por meio da falta de representação, da falta de voz ou da alienação, seja de forma intencional ou involuntária a partir das estruturas sociais.

Assim, trazendo a reflexão do que a letra da música aponta, de todo sentimento envolto nas palavras, a realidade das estudantes mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro é reflexo da contradição entre o discurso de universidade abrangente e inclusiva e a persistência de estruturas que reforçam sua invisibilidade social e política.

Essa dinâmica pode ser analisada a partir da invisibilidade¹⁴ enquanto condição imposta às estudantes mães, que, frequentemente, enfrentam duplas e/ou triplas jornadas, dividem-se entre carreira, academia e trabalho de cuidado, sem suporte adequado, sem acolhimento e reconhecimento e da invisibilização¹⁵ como mecanismo ativo de intensificação da desigualdade, que se manifesta na falta de creches universitárias, na inflexibilidade de horários e na ausência de editais específicos que considerem suas necessidades.

No caso das vivências compartilhadas pelas estudantes mães, elas não são invisíveis; afinal esse grupo discente pode ser visto a qualquer momento enfrentando dificuldades, experienciando a universidade de forma única, conciliando

¹³ GELEDÉS Instituto da Mulher Negra foi fundado em 30 de abril de 1988. Trata-se de uma organização que debate e luta pelos direitos das mulheres pretas e mantém na internet o Portal com publicações sobre o assunto.

¹⁴ Definição da palavra encontrada no dicionário Michaelis: qualidade de invisível, do que não tem visibilidade.

¹⁵ Definição da palavra encontrada no dicionário Priberam da Língua Portuguesa: ato ou efeito de tornar ou de se tornar invisível.

maternidade com os estudos, entretanto são colocadas no lugar de invisibilidade social ao serem ignoradas e não receberem reconhecimento de suas particularidades por parte da instituição e da sociedade como um todo.

Enquanto a universidade apresenta-se como um espaço de democratização do conhecimento, a ausência de políticas efetivas para mães estudantes revela um processo de invisibilização que opera tanto por negligência institucional quanto pela naturalização das desigualdades de gênero, racial e de classe.

Neste ponto cabe trazer os olhares de Mithaly Salgado Corrêa; Juliana Marcia Santos Silva; Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura (2025) que, em estudo recente, colocam a universidade como agente que naturaliza a invisibilidade do sujeito mulher mãe universitária, (idem, p. 68) quando na verdade a instituição provoca essa invisibilidade uma vez que as discentes sofrem a ação da invisibilização por parte do corpo acadêmico como um todo, que ignora suas demandas, culpabiliza-as por suas escolhas com relação à maternidade e as exclui com a falta de estrutura física para essas mães e suas crianças.

Na UFRJ, essa realidade não é só visível como escancarada. E apesar de a universidade contar com alguns avanços pontuais, as respostas ainda são insuficientes e fragmentadas. Como as autoras supracitadas escrevem, o “tratamento igual entre estudantes tradicionais e não tradicionais é insuficiente para garantir o sucesso acadêmico de mulheres mães universitárias” (Idem. p. 64). A demanda por creches, por exemplo, esbarra na falta de vagas e em horários incompatíveis com a rotina acadêmica, obrigando muitas estudantes a dependerem de redes informais de cuidado ou a abandonarem temporariamente os estudos. Essa situação não é um acaso, mas resultado de uma política que, ao não priorizar as necessidades das mães estudantes, reforça as desigualdades.

Como José Paulo Netto (2001) discorre sobre as formas de lidar com as múltiplas expressões da “questão social”¹⁶, cabe destacar, nesse sentido, que a universidade acaba por atribuir às estudantes a responsabilidade por seus

¹⁶ “A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana - o trabalho -, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos.” (Marilda Iamamoto, 2001, pp 16-17) José Paulo Netto (2001) afirma que apesar das desigualdades sociais já existirem, a pauperização - forma acentuada da pobreza - é inerente ao capitalismo e suas formas de manifestação caracterizam a questão social.

problemas, individualizando o problema e eliminando a possibilidade de atuação no conjunto de demandas apresentadas pelo grupo.

“A pulverização da questão social, típica da ótica liberal, resulta na autonomização de suas múltiplas expressões – as várias "questões sociais" – em detrimento da perspectiva de unidade” (Marilda lamamoto, 2001, p.18) transferindo a culpa de seu fracasso para as estudantes, ou seja, cabe à estudante mãe se virar para conciliar maternidade e vida acadêmica, sem que a instituição assuma sua responsabilidade na garantia de condições reais de permanência.

A invisibilização dessas mulheres também se manifesta na escassa representação política nos espaços de decisão da universidade. Enquanto coletivos como o Mães da UFRJ emergem como resistência, suas pautas ainda não foram incorporadas de forma ampla nas políticas institucionais. Essa marginalização reflete um fenômeno mais amplo, no qual a fragmentação das demandas sociais impede a construção de respostas coletivas. Na UFRJ, a falta de uma política robusta, centralizada nas demandas, que articule estrutura física, acolhimento e apoio psicológico, transferência de renda, ajuste pedagógico, conscientização do corpo acadêmico referente ao grupo em questão ofertando voz e visibilidade, demonstra como a universidade reproduz a lógica da responsabilização individual em vez de enfrentar a questão como um problema coletivo.

Nesse ensejo, cabe questionar: qual a importância dos coletivos estudantis para a construção das políticas de acesso e permanência?

Marilda lamamoto (2001, p. 22) assinala que:

Faz-se necessário promover uma permanente articulação política no âmbito da sociedade civil organizada para definir propostas e estratégias comuns ao campo democrático. Esse projeto requer ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e a necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os usuários dos serviços na sua efetivação. Torna-se fundamental estimular inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade, conclamando e viabilizando a ingerência de segmentos organizados da sociedade civil na coisa pública.

A existência de coletivos estudantis na UFRJ tem sido, portanto, fundamental para a construção de políticas de acesso e permanência que atendam às necessidades específicas de grupos como as mães discentes. Esses espaços não só visibilizam demandas que são frequentemente ignoradas pela instituição, mas, também, pressionam por mudanças estruturais, promovendo a equidade no acesso e na permanência no ensino superior.

Em primeiro lugar, “estes movimentos trabalham através de denúncias, incentivo à pesquisa, divulgação científica e também da construção de uma rede de movimentos materno-universitários” (Mithaly Salgado Corrêa, 2023, p. 69), além de expôr as falhas institucionais que dificultam a vida acadêmica dessas alunas. A ausência de dados oficiais sobre esse público, reflete uma negligência histórica que naturaliza a invisibilização de mulheres mães, especialmente negras e periféricas, da universidade. Sem dados não é possível desenvolver políticas eficazes. Os coletivos, por conseguinte, assumem o papel de evidenciar essas lacunas, impulsionando a universidade a reconhecer a realidade vivida pelas alunas.

Além disso, esses grupos criam redes de apoio e suporte mútuo, suprimindo, mesmo que informalmente, a falta de infraestrutura oferecida pela instituição (Mithaly Salgado Corrêa, idem). Mães universitárias enfrentam desafios cotidianos, como a ausência de fraldários e espaços adequados para amamentação, a falta de infraestrutura pensada para receber crianças, o que as obriga a conciliar a maternidade com os estudos em condições precárias. Os coletivos não apenas denunciam essas carências, mas, também, organizam ações práticas, como mutirões de cuidado, rodas de conversa e campanhas por melhores condições (Juliana Marcia Santos Silva, 2024), portanto essas redes seguem sendo imprescindíveis para a permanência de suas integrantes.

Nesse contexto, as mulheres têm se unido e elaborado de forma coletiva formas de reivindicar seu espaço. Como cita Juliana Silva (idem, p. 50) em seu debate sobre os coletivos femininos:

Essas mulheres têm colocado a maternidade no centro de suas ações adotando a identidade de mãe, mas reafirmando seu lugar de mulheres na sociedade, exigindo seus direitos sociais como o direito à educação de qualidade e a permanecer nas universidades que ingressam a partir de medidas que olhem especificamente para suas realidades.

Já em sua gênese, o CMUFRJ como atuante político fez-se presente com ações no dia a dia das alunas. Em reportagem publicada em 2019, pelo Portal G1 na internet, integrantes do coletivo recém-formado relatam experiências nas quais sentiram falta de reconhecimento e encontraram nos seus pares o suporte que não veio da universidade.

Como disse Camila Mendonça (Larissa Caetano, 2019), na época aluna de Biblioteconomia e Gestão: *“Fiquei surpresa em descobrir tantas mães. Eu me sentia muito sozinha, porque onde eu estudo não vejo ninguém com bebê. É muito*

fortalecedor muitas mães juntas trocando experiências. Isso só fortalece a gente e faz não desistir”.

A UFRJ não dispõe de dados oficiais sobre o número de mães e pais discentes, “mesmo que, em 2019, tenha se comprometido com a permanência parental através da implementação do Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais descrita na resolução no 02/2019 da Pró-Reitoria de Políticas Estudantis”, (PR7; CMUFRJ, 2025), o que inviabiliza a efetivação de políticas de permanência para este público, além de invisibilizar o debate sobre a concretude das demandas dessas discentes.

A princípio, as pautas sobre permanência de mulheres mães na universidade começaram a surgir entre os anos 2014 e 2015, com a criação do Coletivo Negro Carolina Maria de Jesus, no qual os alunos que o compunham passaram a lutar pela educação superior equânime para alunos pretos e colocava em suas pautas os questionamentos sobre as desigualdades no acesso e na permanência de mulheres mães pretas, muitas vezes chefes de família, nos espaços acadêmicos. Com isso:

Cabe frisar que apesar dos coletivos e ou grupos serem extensivos aos homens, na prática quem dirige e ocupa tais espaços são as mulheres mães trabalhadoras universitárias que tem se associado seja para construir uma rede informal de solidariedade, bem como para tecer estratégias de luta no cenário social e político (Cibele Henriques, 2016, pp. 113 e 114).

Essa luta torna-se urgente diante do cenário com que as mulheres mães deparam-se diariamente. Assim, cabe a todo corpo universitário e não somente ao campo de construção de políticas estudantis debruçar-se sobre o tema e prover meios de voltar os olhos para as vivências das mães discentes, viabilizando o levantamento de dados e a equidade na academia.

Ainda hoje a universidade não nos enxerga, prova disso é que não existe nenhum dado sobre a quantidade de mães discentes matriculadas na UFRJ. Por conta disso, durante muito tempo pensamos que éramos invisíveis, mas hoje sabemos que nós mães somos solenemente ignoradas (CMUFRJ, 2021).

O trecho citado faz parte de uma carta elaborada pelo CMUFRJ a respeito da condição das Mães Universitárias da UFRJ, em 2021, e lida no dia 11 de novembro do mesmo ano no Conselho Universitário da UFRJ (CONSUNI). O referido texto reforça como essa ausência de estatísticas reflete uma cultura que naturaliza a dificuldade de acesso de mulheres mães ao ensino superior, “historicamente

pré-destinadas pelo poder público e pela sociedade brasileira ao serviço doméstico” (Cibele Henriques, 2016, pp. 106 e 107).

Apesar de o coletivo contar com mais de 300 integrantes entre graduandas e pós-graduandas, a instituição ignora as particularidades de suas vivências (CMUFRJ, 2021). A reportagem *“Ser mãe e universitária é padecer na ilha do Fundão”* de 2019, de Bárbara Lopes, publicada no site do Projeto Colabora, já denunciava essa questão, uma vez que, com falta de empatia institucional da época, mesmo com avanços simbólicos, como a criação do fraldário, as mães seguiam dependendo de redes informais.

Em 2020, a pandemia da Covid-19 alterou e redimensionou as relações sociais. Com a necessidade do isolamento social e o fechamento de todas as instituições de ensino, assim como comércios, empresas, entre outros, as desigualdades foram acentuadas e os grupos fragilizados foram os principais alvos desses agravos (Mithaly Salgado Corrêa, 2023).

A Resolução nº 09/2021 (UFRJ, 2021), que flexibilizou atividades para cuidadores, foi uma conquista temporária, mas sua efetivação permanente segue pendente. Com creches fechadas e aulas remotas, percalços enfrentados por discentes mães que acumularam múltiplas funções entre aulas remotas, trabalho home office, cuidado dos filhos e acompanhamento de suas aulas remotas, cuidado da casa, o CMUFRJ uniu as demandas do grupo parental discente com as dificuldades enfrentadas naquele período por docentes e técnicos administrativos cuidadores, pressionando a instituição para o diálogo acerca das tensões enfrentadas por esse grupo.

Do diálogo criado resultou a criação do GTPEG/UFRJ (Mithaly Salgado Corrêa; Juliana Marcia Santos Silva; Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura 2025), citado anteriormente e que, desde então, vem debatendo e propondo políticas estudantis e de apoio ao grupo parental da universidade.

A instituição do GTPEG, divulgada por meio do Boletim oficial da instituição pela portaria nº 8772 de 9 de dezembro de 2020 foi considerada uma vitória histórica pelo grupo segundo o Núcleo Materna, já citado anteriormente, que descreve as atribuições do grupo de trabalho como sendo:

Discutir e propor políticas de apoio à parentalidade, especialmente a maternidade, para docentes, técnico-administrativas e discentes no âmbito da Universidade; dialogar com a comunidade sobre o viés implícito e a construção de estereótipos de Gênero que representem barreiras à participação feminina nas diversas áreas do conhecimento e espaços de

decisão; propor políticas de incentivo à participação feminina, em particular a ocupação de cargos de liderança nas diferentes esferas da Universidade, incluindo ensino, pesquisa, extensão, gestão e governança; propor políticas de apoio à pluralidade e diversidade nos espaços acadêmicos, visando ao aumento da participação de grupos sub-representados em critérios de gênero e sexualidade; incentivar a igualdade de Gênero na composição de comissões de avaliação e instâncias decisivas dentro da Universidade (Núcleo Materna, 2020).

Neste ponto, observar e ressaltar a necessidade de incentivo à equidade de gênero nos encaminha para duas questões bastante relevantes: a universidade reproduz ou desmonta a divisão sexual do trabalho? Adicionando ainda o olhar interseccional, como mulheres pretas são vistas diante da comunidade acadêmica?

Tais questões, talvez, não tenham uma resposta concreta, entretanto, provocações acerca do tema podem nos encaminhar para algumas hipóteses, como esse questionamento do próprio coletivo na carta supracitada:

Primeiramente, é de grande importância e responsabilidade com as mães, que a universidade produza dados a respeito do número de mães e pais discentes da instituição e suas condições de permanência, visto que a falta destes dados invisibiliza e apaga a presença de nós mães na universidade. perguntamos como a UFRJ pode se comprometer a promover a equidade de gênero, se essa mesma universidade nem ao menos sabe quantas nós somos? (CMUFRJ, 2021).

Ademais, quando essas discentes são vistas, de uma forma geral, sua presença tem sido considerada como empecilho para o bom andamento das aulas, para o desenvolvimento de pesquisas e bons resultados acadêmicos ou para o próprio ambiente universitário.

Mães como Camila Mendonça (Biblioteconomia) abandonaram projetos de pesquisa: *"Meu TCC seria sobre mães universitárias, mas não consegui finalizar"*, (Barbara Lopes, 2019). Contudo, sua maternidade não deve ser considerada o motivo de sua decisão, mas, a falta de políticas de permanência que sejam voltadas para os grupos parentais.

A ausência de infraestrutura em todos os campi da universidade é outro agravo que afeta a toda comunidade discente, mas, de maneira singular, as mães que precisam levar seus filhos para o ambiente acadêmico e não encontram espaço de acolhimento adequado para crianças, além de não contar com o suporte necessário para acompanhar as aulas e exercer a maternidade sem precisar escolher entre um e outro.

Além disso, a sensação de não pertencimento das crianças naquele ambiente é reforçada quando já houve relatos de mães que precisaram trocar fraldas em

bancadas de laboratório e amamentar sob sol ou chuva, já que na época, apenas um fraldário existia no campus do Fundão, no prédio de Letras, inaugurado em 2018.

“Tenho que esperar uma sala esvaziar para poder trocar minha filha na mesa do professor. Muitas pessoas olham com estranhamento e preconceito. Os olhares em volta me matam às vezes”, relatou Camila Moradia, na reportagem citada anteriormente (2019).

O seguinte trecho, parte da carta mencionada, também reforça esse sentimento por parte das discentes mães:

Nós existimos e resistimos diariamente aos processos de expulsão (Fontel, 2019) dos quais somos submetidas no espaço universitário. Existimos e carregamos nossos filhos em uma ou mais conduções lotadas para chegar às aulas que, muitas vezes, não podemos assistir, porque somos expulsas por professores sem o mínimo de empatia por mulheres-mães. Existimos e trocamos as fraldas dos nossos filhos em cima de carteiras, ou em cima de vasos sanitários, pois a universidade não nos oferece fraldários. Existimos e amamentamos nossos filhos em bancos aleatórios espalhados pelo campus, debaixo de sol ou de chuva, pois não temos um espaço adequado para amamentar nossos filhos, mesmo que a OMS recomende “o aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade e, de maneira complementar, até no mínimo os dois anos”, uma prática tida como “vital para a saúde e desenvolvimento das crianças ao longo da vida reduzindo os custos para os sistemas de saúde, famílias e governos”. Essa recomendação, quando se trata de discentes mães da UFRJ, parece ser ignorada (CMUFRJ, 2021).

Outro aspecto crucial reside na capacidade dos coletivos de influenciar a agenda política da universidade. A Carta supracitada é um exemplo de como a mobilização organizada consegue levar suas pautas para os espaços de decisão institucional.

A presença de representantes do coletivo no Conselho e a reivindicação de voz ativa foram essenciais para a instalação de trocadores em prédios da universidade em outros campi além do Fundão. Mesmo que ainda insuficientes, representam o movimento que o CMUFRJ vem fazendo para voltar a atenção do corpo universitário para as pautas maternas, além de garantir um direito básico dessas discentes e suas crianças (Mithaly Salgado Corrêa, 2023). Por esse motivo, a carta elenca uma série de providências como sugestão para ação da universidade:

Considerando a maternidade como um fator de risco à permanência de mulheres na Universidade (URPIA & SAMPAIO, 2009; ANDRADE, 2016; FONTEL, 2019; SILVA, 2020) independente do contexto pandêmico, as Mães do Coletivo Mães da UFRJ concordam que a Universidade deve se comprometer a:

1. Produzir dados a respeito das mães discentes matriculadas na UFRJ, bem como mapear suas demandas a fim de se criar políticas de permanência para esse grupo na universidade.
2. Estruturar os campi da Universidade para o retorno presencial das mães, dos pais e dos cuidadores, especialmente instalando fraldários em todos os centros, de todos os campi da UFRJ.
3. Oferecer espaços reservados nos centros para amamentação e retirada de leite de mães lactantes.
4. Oferecer espaço infantil, em todos os turnos, para que mães e pais possam frequentar aulas e atividades práticas, ou reserva de vagas para discentes mães na creche da UFRJ.
5. Garantir o acesso de mães, pais e cuidadores, com filhos até 12 anos de idade, em todos os restaurantes universitários, permitindo que as crianças maiores se alimentem mediante o pagamento da taxa no RU.
6. Fornecer o Bilhete Único Universitário, ou auxílio transporte emergencial com valor compatível.
7. Garantir a permanência de mães com seus filhos nas salas de aula, visto que muitos professores impedem a presença de crianças em sala.
8. Garantir que os atestados médicos e declarações escolares dos filhos de discentes mães sejam aceitos para abonar faltas.
9. Oferecer trancamento extemporâneo para mães, pais e cuidadores em caso de adoecimento do filho, ou perda de rede de apoio, mediante comprovação.
10. Aumentar o valor e o número de vagas para a concessão do auxílio educação infantil para mães e pais discentes com filhos até 6 anos de idade e ampliar a oferta para discentes, mães e pais da pós-graduação.
11. Criar um auxílio que contemple discentes mães da graduação e da pós-graduação com filhos até os 12 anos de idade completos, considerando pesquisa do movimento Parent In Science (2020) que revela o impacto da pandemia em mães com filhos até 12 anos de idade e considerando o grupo "mães" com o um grupo em risco quanto a permanência universitária.
12. Conceder licença-maternidade para as discentes de graduação e pós-graduação, equivalente à licença-maternidade das mães docentes e das mães servidoras técnico-administrativas, como outras UFs já oferecem. (CMUFRJ, 2021)

Nesse sentido, os coletivos contribuem para a transformação cultural dentro e fora da academia, desnaturalizando a ideia de que a maternidade e a vida acadêmica são incompatíveis.

Ao trazer relatos como o de Camila – estudante de 24 anos que fez as primeiras provas do semestre com a filha no colo e que com isso uma das avaliações ficou rabiscada – as discussões são levantadas, mostrando que a permanência das mães na universidade não é apenas uma questão individual, mas estrutural, que precisa da atenção e conscientização de toda a universidade.

Afinal, pensamentos como aqueles nos quais: “os colegas e professores falam que a jovem tem múltiplos poderes: brinca, amamenta e estuda ao mesmo tempo” (Larissa Caetano, 2019), não devem ser naturalizados, uma vez que mulheres mães, apesar de não possuírem super poderes, ainda são tratadas como se os possuíssem.

A romantização das dificuldades enfrentadas e superadas pelas mulheres precisa ser excluída da pauta social, no lugar dela, o acesso e usufruto de direitos básicos seguem sendo a reivindicação principal das mulheres mães:

Esperamos que a Universidade Federal do Rio de Janeiro se comprometa a reverter a realidade que suas discentes mães vivenciam diariamente, se preocupando efetivamente com a promoção da equidade de gênero dentro e fora de seus muros. Fato que por anos as mulheres-mães estiveram silenciadas, presas a um destino considerado inevitável, que é a maternidade, destino no qual, durante séculos, os espaços públicos e os espaços de produção do conhecimento não se encaixavam. Mas hoje sabemos nossa história através de diversas autoras e de diversas pesquisas, hoje exigimos que a Universidade Federal do Rio de Janeiro se comprometa a oferecer o mínimo de dignidade para que mulheres-mães acessem, permaneçam e progridam nela, pois este espaço é um espaço de direito de nós mulheres, portanto não iremos recuar (CMUFRJ, 2021).

Isto posto, exigir direitos básicos e permanecer na luta fazem parte do movimento materno estudantil que busca a equidade no ensino superior.

2.3 Quem são as Integrantes do Coletivo de Mães? Suas vivências, desafios e lutas

Cabe destacar que para melhor se compreender a importância do CMUFRJ, é fundamental conhecer o perfil de suas integrantes. Em 2019, o coletivo realizou uma primeira pesquisa intitulada Perfil das Mães da UFRJ (Mithaly Salgado Corrêa, *et.al*, 2021), construído e compartilhado de forma independente com o objetivo de produzir dados e, com isso, articular posteriormente políticas de equidade para essas discentes.

Em relatório, publicado nas redes sociais do Coletivo em 2025, dados de uma nova pesquisa de perfil das integrantes, intitulado “Perfil das Alunas Mães integrantes do Coletivo Mães da UFRJ – Graduação” foram expostos acerca das vivências e do perfil dessas integrantes. Informações sobre idade, raça e classe mostram a presença de um perfil diverso de estudantes de graduação que atuam coletivamente na construção de suas histórias.

Enquanto a universidade orgulha-se de ter aumentado em 136,2% o ingresso de estudantes pretos e pardos entre 2010 e 2023 (INEP, 2023), ainda falha em garantir condições básicas de permanência para mulheres que conciliam maternidade e vida acadêmica, sendo atualmente palco de uma das mais urgentes batalhas por direitos básicos das mães discentes que, por meio da coletividade,

transformam sua dor em luta organizada. Não somos meras pesquisadoras – somos militantes-mães que denunciam, ocupam e constroem alternativas concretas diante da omissão institucional.

Ademais, o relatório do CMUFRJ não é somente um documento acadêmico, é, também, um instrumento de luta, no qual cada porcentagem carrega histórias de agressões cotidianas anteriormente mencionadas, tais como: trocar fraldas em bancadas de laboratório por falta de infraestrutura, preconceito institucional com professores que sugerem retornar quando a vida estiver organizada e abandono forçado.

Dados que a instituição sequer conhece demonstram que 86,7% das mães discentes já foram prejudicadas academicamente por conta da maternidade, 87% não encontram fraldários ou espaços de amamentação em seus campi, e 60% não contam com apoio de parceiros no cuidado dos filhos.

Esses números não são meras estatísticas, são a materialização de um sistema que transfere para as mulheres a responsabilidade por “se virar” em múltiplas jornadas, como o estudo, o trabalho fora e o trabalho de cuidado, enquanto nega seu direito básico à infraestrutura e apoio institucional.

Como bem aponta Marilda Iamamoto (2001), a pulverização dessa questão como “problema individual” é estratégica pois oculta a necessidade de respostas coletivas e estruturais. Seus relatos não apenas expõem as falhas institucionais, mas, também, evidenciam a resistência cotidiana necessária para permanecer na universidade.

Essa luta não é isolada. Dialogando com os movimentos por cotas raciais e de gênero, o coletivo evidencia como a maternidade na academia configura-se, também, como uma questão racial e de classe, posto que 66,7%, ou seja, a maioria das mães discentes são negras¹⁷, sendo muitas chefes de família, realidade que a universidade insiste em ignorar e que não fala de escolhas individuais, mas de um sistema que as expulsa silenciosamente.

Além disso, a composição racial do grupo reflete a realidade brasileira. Esse percentual não apenas espelha a democratização do acesso ao ensino superior por meio de políticas como as cotas raciais, mas, ainda, revelam as disparidades na permanência e conclusão dos cursos. Enquanto apenas 12% da população preta e

¹⁷ No IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a população negra é definida como a soma das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas.

parda conclui o ensino superior no Brasil, entre os brancos esse número sobe para 25,8% (INEP, 2023).

A pesquisa do coletivo demonstra que 46,7% das participantes têm entre 25 e 34 anos, enquanto 40% estão na faixa de 35 a 44 anos, indicando um ingresso mais tardio no ensino superior em comparação com a média nacional. Esse dado, de acordo com o relatório, sugere que muitas delas adiaram os estudos devido à maternidade ou às dificuldades financeiras.

A situação familiar dessas estudantes também é um fator importante, pois 40% são solteiras, 33,3% estão em união estável e 20% são casadas. Entretanto, a maioria não conta com o apoio de um parceiro fixo no cuidado dos filhos, o que significa que assumem sozinhas a responsabilidade pela criação das crianças enquanto tentam avançar nos estudos.

Uma participante relata: *"Já tranquei o curso porque estava desempregada. O curso é integral, e eu não tinha condições de levar meu filho comigo devido ao custo da passagem, lanche, etc. Também não tinha quem cuidasse dele enquanto estava na faculdade"* (Ametista, 2025). Trata-se de um depoimento que ilustra como a falta de rede de apoio e a ausência de políticas efetivas de assistência estudantil podem levar ao abandono dos estudos.

Com efeito, a infraestrutura da UFRJ mostra-se inadequada para atender às necessidades das mães estudantes, como já sinalizado previamente. Afinal, 87% das entrevistadas afirmam que não há fraldários, espaços de amamentação ou áreas infantis nos campi.

Essa carência força muitas a faltarem às aulas quando os filhos ficam doentes ou quando não há com quem deixá-los. Uma estudante desabafa: *"A minha maior questão foi perder aulas por não ter com quem deixar a minha filha, considerando que o trajeto é distante e é necessária toda uma logística, além de o espaço da faculdade não ser acessível"* (Ágata, 2025).

Além disso, muitas enfrentam dificuldades em participar de atividades complementares, como monitorias e projetos de pesquisa, devido à incompatibilidade de horários. A mobilidade também é um problema recorrente, especialmente para aquelas que dependem do transporte público com crianças.

Cumprе mencionar que o preconceito institucional pode ser observado como outra barreira significativa, uma vez que 33,3% das participantes relataram ter sofrido discriminação por serem mães. Algumas ouviram de professores que

deveriam organizar a vida antes de retomar os estudos, enquanto outras foram desencorajadas a ingressar no mestrado devido à gravidez.

Uma estudante compartilha: *"Meu filho é cardiopata e enfrentou alguns problemas de saúde. Por conta disso, perdi muitas aulas. Além disso, ele estuda na escola municipal, e muitas vezes não tem aula. Então, não posso estudar quando ele não tem aula porque não posso deixá-lo sozinho."* (Esmeralda, 2025). Tais relatos mostram como a universidade, em vez de acolher, por vezes, marginaliza as mães estudantes, tratando a maternidade como um obstáculo à produtividade acadêmica.

Outro ponto observado refere-se ao fato de que apesar de existirem políticas como o Auxílio Educação Infantil – no valor de R\$385,00 para responsáveis por crianças de até 6 anos – e a licença-maternidade para discentes, 86,7% das entrevistadas consideram o apoio institucional insuficiente.

Há muitas críticas à burocracia excessiva para acessar esses benefícios e a falta de divulgação sobre os direitos. Dentre os comentários feitos, uma participante afirma ser necessário *"Garantir bolsa auxílio para mães sem que seja um processo tão burocrático, pois é um dinheiro que faz falta. Além de garantir espaços mais acessíveis, com trocadores nos banheiros"* (Opala, 2025).

O Coletivo Mães da UFRJ surge, então, como um espaço fundamental de resistência e apoio mútuo. Organizado pelas próprias estudantes, o grupo oferece acolhimento, troca de informações e fortalecimento coletivo.

Perguntadas sobre a sua opinião acerca da importância do Coletivo, alguns relatos como ilustram como essas integrantes se sentem acolhidas entre seus pares: *"Não tenho força. Mas posso dizer que é crucial o coletivo de mães, organizado pelas alunas, no que tange ao nosso fortalecimento psicológico, de orientações e tudo mais"* (Rubi, 2025).

Os relatos das discentes mães da UFRJ mostram, ademais, que a universidade ainda é um espaço excludente para mulheres que exercem a maternidade. Enquanto a instituição falha em oferecer suporte adequado, o Coletivo Mães da UFRJ resiste, provando que a organização coletiva é uma ferramenta poderosa de transformação.

A luta das integrantes do Coletivo não é isolada, ela ecoa e amplifica os debates fundamentais de teóricas feministas que há décadas denunciam a

invisibilização do trabalho reprodutivo e a marginalização das mulheres-mães nos espaços públicos.

Ao articular nossas demandas com as contribuições de teóricas como Angela Davis (2016) e Helena Hirata (2020), fica evidente que a dificuldade de acesso e permanência das mães na universidade não é um acidente, mas parte de um sistema estrutural que desvaloriza o cuidado e naturaliza a divisão sexual do trabalho.

Ângela Davis, em *Mulheres, Raça e Classe* (2016), demonstra como a maternidade das mulheres pretas foi historicamente violentada, desde a escravidão, quando eram separadas de seus filhos, até as políticas contemporâneas que as empurram para subempregos sem direitos.

Na UFRJ, essa herança repete-se com o mito da super-heroína – como no relato da estudante que fazia provas com a filha no colo. Trata-se, assim, de uma versão acadêmica da mulher negra forte, uma armadilha que individualiza a sobrevivência e oculta a violência sistêmica. Angela Davis (idem) nos lembra que a liberdade só é possível com a socialização do cuidado.

Helena Hirata, em *Gênero, Classe e Raça* (2020), por sua vez, destaca como o trabalho reprodutivo sustenta o sistema capitalista, mas é excluído dos espaços de produção intelectual.

Na UFRJ, isso se manifesta quando mães são penalizadas por faltas quando filhos adoecem, como se o cuidado fosse um problema pessoal e individual, além de não haver adaptação de horários ou flexibilização de prazos, ignorando que a jornada acadêmica foi pensada para quem não tem responsabilidades familiares.

O CMUFRJ, ao criar redes de apoio mútuo, como rodas de cuidado coletivo, pratica um enfrentamento à dicotomia do público/privado, uma vez que transforma o trabalho de cuidado, atribuído às mulheres, donas de casa, mães de família, em uma pauta coletiva e estrutural.

Como assinala Angela (2019), "Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela". Ao unir pesquisa e ação direta, a coletividade pode fazer a UFRJ se movimentar, mas, a batalha só terminará quando nenhuma mãe precisar trancar sua matrícula por dificuldades enfrentadas com o trabalho de cuidado.

Cabe destacar, por fim, que o relatório não apenas denuncia as falhas estruturais, mas, também, serve como um chamado à ação. É preciso que a

universidade escute nossas vozes e implemente políticas que garantam, de fato, o direito à educação para todas.

Como resume uma das participantes: *“Depois que você se torna mãe o ambiente acadêmico se torna mais excludente, como se ao se tornar mãe você fica inapta para a vida acadêmica”* (Safira, 2025). Essa fala sintetiza a urgência de mudanças que reconheçam a maternidade não como um empecilho, mas como uma dimensão legítima da vida universitária.

2.4 A Política Estudantil da UFRJ

A implementação de políticas estudantis de acesso e permanência na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) ocorre em um cenário marcado por assimetrias entre aqueles que formulam as ações, como as equipes técnicas e administrativas da PR7, e as mães estudantes que as vivenciam na prática.

Enquanto a Divisão de Apoio ao Estudante (DAE), a Divisão de Integração Pedagógica (DIPED) e a Divisão de Saúde do Estudante (DISAE) operam sob uma estrutura burocrática centralizada no campus da Cidade Universitária, as beneficiárias dessas políticas enfrentam desafios cotidianos que escapam às previsões dos editais.

Essa desconexão reflete-se nos critérios dos programas, na escassez de recursos e na ausência de mecanismos participativos que incluam as mães na construção das políticas.

Nesse contexto, a Pró-Reitoria de Políticas Estudantis (PR7) organiza-se em divisões especializadas, cada uma com equipes e funções delimitadas. A Divisão de Apoio ao Estudante (DAE), por exemplo, é responsável pela gestão dos auxílios financeiros, na qual os auxílios “objetivam ampliar as condições de permanência dos/as estudantes na Universidade, assegurar a inclusão social, promover a qualidade de vida e a democratização do ensino superior” (PR7, 2023).

Além disso, a referida Divisão fica responsável por avaliar as políticas implementadas e, por tal razão, realiza, entre outras atividades, a elaboração e aplicação de pesquisas sobre vivências estudantis que “são encaminhadas através de formulário eletrônico e sistematizadas através de relatório. Os principais

resultados das pesquisas são divulgados para comunidade acadêmica através das redes sociais da PR7” (PR7, 2023).

Dentre as mencionadas pesquisas, uma que versa sobre “Os impactos da maternidade/paternidade na trajetória acadêmica dos estudantes”, foi citada no relatório de gestão 2019-2023 como realizada. Entretanto, em busca nas redes e no site da PR7, os resultados da pesquisa não foram encontrados, assim como nenhuma avaliação das políticas implementadas.

Outra ação realizada com tema voltado à parentalidade foi uma *live* transmitida no canal do youtube da PR7, elaborada e promovida pelo Projeto de Extensão Mães na Universidade da UFRJ com o objetivo de sanar as principais dúvidas das discentes referentes ao Auxílio Educação-Infantil, ou seja, a PR7 foi usada como canal de divulgação de uma ação elaborada pelas próprias discentes mães que reivindicaram lugar de voz ativa para debater o tema.

Já a Divisão de Integração Pedagógica (DIPED) concentra-se na integração pedagógica, mas, suas ações, como oficinas e atendimentos individuais, raramente abordam especificidades da maternidade. A Divisão de Saúde do Estudante (DISAE), por seu turno, promove saúde coletiva, porém sem programas estruturados para saúde mental materna, como acompanhamento pós-parto ou apoio psicológico para lidar com a sobrecarga das múltiplas jornadas.

A Resolução nº 02/2019 (CONSUNI/UFRJ), que instituiu o Programa de Apoio a Estudantes Mães e Pais e criou o Auxílio Educação Infantil previa a criação de espaços parentais e auxílio-creche, além do aumento de beneficiados pelo programa de bolsas até 2023 e a diminuição da taxa de evasão desses discentes.

Contudo, seis anos após sua implementação, a busca por dados sobre discentes mães no portal de acesso à informação demonstra que a universidade não dispõe de dados sobre discentes mães. Consequentemente, os dados sobre conclusão e evasão dessas mulheres não podem ser levantados para confirmar o sucesso da política implementada, uma vez que tais dados não existem como demonstrado na figura 4:

Figura 4 — Resposta à solicitação de informações sobre o levantamento de dados de discentes mães.

Tipo Resposta Conclusiva	Responsável pela resposta Pró-Reitoria de Graduação	Decisão Informação Inexistente
Destinatário Recurso 1º Pró-Reitora de Graduação	Prazo para recorrer 31/03/2025 23:59	
Resposta Boa tarde. Não temos informação em nossa base de dados se alunes possuem filhos, logo não podemos atender esta solicitação.		
Atenciosamente.		

Fonte: página da web do Portal FalaBR.

As equipes que compõem as divisões da PR7, embora tecnicamente qualificadas, operam em um modelo verticalizado, isto é, as decisões sobre orçamento e critérios de elegibilidade são tomadas sem uma prévia consulta às beneficiárias, o que resulta numa política que ignora realidades complexas.

Enquanto emitem editais que exigem a inscrição em, no mínimo, 20 (vinte) horas semanais em disciplinas de graduação presencial no semestre vigente (Art. 32 da Resolução 02/2019), muitas mães não conseguem acumular carga horária ou sequer chegar às aulas presenciais devido à falta de creches ou à incompatibilidade entre horários acadêmicos e de trabalho.

Embora o perfil da Pró-Reitoria seja constituído, em 2025, majoritariamente por mulheres – 65,91% –, e dentre todos os trabalhadores o quantitativo de 61,36% seja responsável por crianças menores de 12 anos¹⁸, as equipes responsáveis pela elaboração e implementação das políticas estudantis não pontuam o trabalho de cuidado como dado relevante para requerimento de ações afirmativas e políticas de permanência específicas, contrastando suas ações com a realidade das mães estudantes que representam um grupo heterogêneo e precarizado.

Logo, a análise crítica dessas políticas revela uma contradição explicitando que, embora o Auxílio Educação Infantil represente um avanço, seu alcance é insuficiente diante da demanda.

Para o primeiro período de 2024, apenas 30 vagas foram ofertadas enquanto 88 discentes candidataram-se, ou seja, 58 candidatas não foram selecionadas (PR7, 2025). A lógica de condicionalidades alinhada a um modelo liberal de assistência, ignora a interseccionalidade das opressões vividas por mães negras e periféricas,

¹⁸ Dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação, por solicitação na plataforma FalaBR, do Governo Federal.

que enfrentam barreiras adicionais, como a insegurança no território onde vivem e a precarização do transporte público.

Somado a isso, dados do Coletivo de Mães da UFRJ mostram que grande parte delas cuida dos filhos sem apoio familiar ou institucional e uma parcela trabalha em empregos informais para complementar renda, muitas vezes abdicando de bolsas de pesquisa por incompatibilidade de horários (Mithaly Corrêa *et al.*, 2022).

Ademais, a incompatibilidade entre as regras dos auxílios e a realidade dessas mulheres é evidente, como por exemplo, o Auxílio Educação Infantil concedendo o benefício apenas para o filho mais novo (Art. 26, III) desconsiderando que mães de múltiplas crianças têm custos exponencialmente maiores.

Outra particularidade a ser apontada refere-se à necessidade da licença maternidade, essencial para a manutenção da permanência de mulheres grávidas ou em período de pós-parto, e, também, para combater a sua evasão.

Nesse ponto, cabe ressaltar a implementação do Regime de Exercícios Domiciliares, ofertado para as discentes da graduação, que é diferente da licença maternidade da qual as servidoras públicas federais usufruem. Esse regime, instituído pelo Decreto-lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969, prevê tratamento excepcional para alunos com condições de saúde (Brasil, 1969).

Diante dessa questão, cabe mencionar que a Lei nº 6.202/1975 garante às estudantes grávidas o direito a um Regime de Exercícios Domiciliares a partir do oitavo mês de gestação, pelo período de três meses (Mithaly Salgado Corrêa; Juliana Marcia Santos Silva; Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura, 2025).

O que se observa diante do exposto é que esse regime, baseado em leis da época da ditadura, não contempla as especificidades das pessoas grávidas e puérperas, ignorando fatores essenciais para o momento final da gestação e o pós-parto, como o aleitamento materno exclusivo até os seis primeiros meses do bebê, recomendado pela OMS.

Uma discente que precisa retornar aos estudos até três meses após o parto é cerceada do próprio direito de ofertar um direito básico ao seu bebê. O regime ainda prevê a elaboração e entrega de trabalhos por parte das discentes, que precisam conciliar esse momento de adaptação a uma nova vida com as demandas acadêmicas, acumulando mais uma função à sua jornada exaustiva.

Além dos desafios operacionais, o financiamento das políticas é outro ponto de tensão. O artigo 9º da Resolução 02/2019 estabelece que os recursos prioritários vêm da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), complementados pela UFRJ conforme disponibilidade.

Na prática, isso significa que as mães disputam migalhas uma vez que, em 2023, apenas 90 vagas foram ofertadas para o Auxílio Educação Infantil, sendo que somente o Coletivo conta com mais de 300 integrantes e o número de candidaturas para o recebimento do auxílio naquele ano foi de 203 estudantes (PR7, 2025) como ilustram as figuras 5 e 6:

Figura 5 — Página da web da PR7 sobre o número de vagas ofertadas pelo edital 2023.2

Edital 965 (21/08/2023)		Número recursos na COMPA = 88			
Divulgação resultado: 30/11/2023		Número de recursos ao CONSUNI = 9			
Auxílio	Vagas Ofertadas	Valor	Candidaturas	Vagas Ocupadas	Analizados Etapa 02
Alimentação	700	Gratuidade	2216	700	1405
Transporte Intermunicipal	320	456,00	1255	320	727
Transporte Municipal 1 (Caxias)	20	240,00	52	20	35
Transporte Municipal 2 (Macaé)	70	120,00	149	59	104
Educação Infantil	30	385,00	88	30	60
Material Didático (mensal)	420	300,00	2797	420	1479
Material Didático (parc única)	30	900,00		30	
Moradia Estudantil	60	960,00**	1406	60	745
Alimentação - Macaé	60	450,00	179	60	128
PCD	50	552,00	107	42	76
Inclusão Digital	320	120,00	2107	320	1135
Totais	2080		10356	2061	5894
Números alunos candidatos	4017				
Uploads não efetuados	1368	34%			
Número alunos contemplados	1116	28%			

Fonte: PR7

Figura 6 — Página da web da PR7 sobre o número de vagas ofertadas pelo edital 2023.1

Edital 351 (29/03/2023)		Número recursos na COMPA = 141			
Divulgação resultado: 28/07/2023		Número de recursos ao CONSUNI = 24			
Auxílio	Vagas Ofertadas	Valor do Auxílio	Candidaturas	Vagas Ocupadas	Analizados Etapa 02
Alimentação	720	Gratuidade	2860	720	1440
Transporte Intermunicipal	290	456,00	1665	290	580
Transporte Municipal 1 (Caxias)	30	240,00	47	12	47
Transporte Municipal 2 (Macaé)	80	120,00	217	74	160
Educação Infantil	60	385,00	115	25	115
Material Didático (mensal)	390	300,00	3575	390	780
Material Didático (parc única)*	30	900,00		30	
Moradia Estudantil	90	960,00**	1713	90**	180
Alimentação - Macaé	70	450,00	267	70	140
PCD	50	552,00	174	48	100
Inclusão Digital	300	120,00	2573	300	600
Totais	2110		13206	1959	4142
Números alunos candidatos	5343				
Uploads não efetuados	1696	32%			
Número alunos contemplados	981	18%			

Fonte: PR7

Como é possível observar, em 2023, tanto no primeiro quanto no segundo semestre, o Auxílio Educação Infantil está entre os auxílios financeiros que possuem o menor número de oferta de vagas, além de estar entre os menores valores e possuir um dos números mais baixos de candidaturas.

O relatório publicado pelo Coletivo sinalizou que muitas mães não têm acesso a informações concisas sobre o auxílio ou não conseguem sequer se candidatar à uma vaga devido à burocracia ou falta de documentação.

Ademais, o relatório de gestão da PR7 (2019-2023) da UFRJ revela que o orçamento destinado às políticas estudantis, especialmente ao Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), enfrentou desafios significativos no período.

O PNAES é financiado por meio da Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior – conforme a Lei Orçamentária Anual (LOA). A UFRJ seguiu as diretrizes da Resolução CONSUNI nº 02/2019, que reformulou o sistema de auxílios, exigindo um planejamento financeiro para garantir o apoio aos estudantes pelo tempo médio de integralização do curso – cerca de cinco anos.

O programa permite a renovação anual dos benefícios, com avaliação socioeconômica e acadêmica, além da exclusão de alunos que concluíram o curso, trancaram ou cancelaram a matrícula.

Ainda sobre o financiamento das políticas estudantis, cumpre mencionar que, em 2025, a universidade enfrenta uma profunda crise orçamentária, agravada por contingenciamentos e cortes no orçamento.

A situação, descrita em comunicado da Reitoria e em análises da Pró-Reitoria de Planejamento, Desenvolvimento e Finanças (PR-3), revela um cenário de insuficiência de recursos, que ameaça o funcionamento básico da instituição, dado que o Projeto da Lei Orçamentária Anual (PLOA 2025) previu inicialmente R\$ 324 milhões para o funcionamento da UFRJ, valor já considerado insuficiente.

No entanto, após aprovação pelo Congresso em 20 de maio, o orçamento foi reduzido para R\$ 311 milhões, refletindo numa perda de R\$ 13 milhões. Somado a isso, o déficit total para custear as atividades em 2025 chega a R\$ 101 milhões, considerando as necessidades reais da universidade.

Além disso, o orçamento discricionário – que inclui funcionamento e programas como assistência estudantil e manutenção do Museu Nacional – sofreu um corte adicional, caindo de R\$ 423 milhões para R\$ 406 milhões na versão final (Sintufrj, 2025).

A PR-3 destacou que, mesmo com os cortes, a UFRJ não fechará as portas, mas precisará fazer "adequações dolorosas" para garantir as atividades até o fim do ano, pois a diferença entre o orçamento disponível e o necessário chega a R\$ 123 milhões.

Diante do contingenciamento, a UFRJ anunciou a suspensão imediata de gastos, mantendo apenas despesas consideradas prioritárias, como a Assistência Estudantil, os serviços essenciais de segurança, saúde e limpeza, o transporte acadêmico indispensável e o restaurante universitário.

Enquanto a administração tenta minimizar os danos, é necessário ressaltar que política de acesso e permanência não ocorre apenas com repasse financeiro. Assim, infraestrutura, saúde física e mental e apoio pedagógico também devem fazer parte do Programa de Assistência Estudantil. Então, apesar dos problemas financeiros que a Universidade Federal do Rio de Janeiro, assim como outras do país, vem enfrentando, o orçamento sozinho não será suficiente para atender as demandas existentes.

Em adição, uma pesquisa do INEP, realizada em 2023, destaca que a taxa de evasão acadêmica de mulheres em programas de pós-graduação é de aproximadamente 35%, quando elas se tornam mães, uma vez que prazos e regras acadêmicas em projetos de pesquisa científica sempre se mostraram inflexíveis e excludentes à realidade da rotina do trabalho de cuidado.

Atualmente, está em vigor a Lei das Mães Cientistas, ou Lei nº 14.925/2024, direcionada para pesquisadoras e pesquisadores que se tornam mães ou pais. Protocolada pela deputada Talíria Petrone, a referida lei prorroga prazos acadêmicos, como a defesa de dissertações e teses, e auxilia no equilíbrio entre a vida familiar e a carreira.

A extensão do prazo de 180 dias aplica-se para situações de defesa de teses de doutorado e dissertações de mestrado, em caso de maternidade, paternidade ou adoção. Nesse caso, a ação fica ao encargo das agências de fomento, como a Capes e a CNPq. Ademais, a aplicação da lei precisa ser pensada e exercida pelas universidades, que precisam dispor os critérios de elegibilidade e criar as diretrizes necessárias para tal.

Isto posto, observar a aplicação da lei de forma igualitária e livre de preconceitos envolve retomar o debate sobre equidade na sociedade, considerando

também casais homoafetivos de forma equânime e sem exclusões por motivos de preconceito.

Outro ponto a se destacar é o fato de a lei contemplar pesquisadoras da pós-graduação apenas, anulando a possibilidade de progressão de carreira de discentes que dependem de auxílio para seguir na universidade.

Mães discentes da graduação ainda precisam lutar, recorrer às instâncias deliberativas da universidade para buscar apoio, reconhecimento e validação de suas individualidades. O ser mãe na sociedade já é um processo solitário e individual. Assim, buscar e reconhecer seus pares na academia e ter seus direitos reconhecidos e usufruídos tem sido parte de um movimento basilar na vida acadêmica dessas mulheres.

Além da falta de dados, a não participação do público-alvo das políticas ofertadas evidencia a má gestão e oferta de auxílios voltados para a parentalidade e para a equidade. Por isso, o CMUFRJ tem sido crucial para denunciar essas contradições, além de reivindicar espaço co-participativos, como já sinalizava na carta anteriormente citada.

A distância entre as equipes que geram as políticas e as discentes que delas dependem reflete uma lógica perversa na qual a universidade trata a maternidade como um desvio à norma acadêmica, não como uma realidade a ser integrada. Para romper esse ciclo, é preciso mais do que auxílios insuficientes, é necessário reconhecer que políticas efetivas exigem a participação de todo corpo universitário e observar como essas políticas afetam quem as recebe.

Se as barreiras materiais já são significativas, o obstáculo cultural também se impõe, pois, a universidade, enquanto instituição, ainda opera sob uma lógica meritocrática que invisibiliza o cuidado como trabalho.

Como aponta Nancy Fraser (2016), a justiça social exige a redistribuição de recursos e o reconhecimento das demandas reprodutivas. Nesse sentido, políticas efetivas para alunas com filhos devem transcender o assistencialismo, incorporando ações como:

- a) vinculação orçamentária permanente para ampliação de políticas, bolsas e auxílios, com fontes complementares além do PNAES;

- b) flexibilização acadêmica, incluindo prazos estendidos, modalidades híbridas e licença-maternidade garantida por lei (Lei 13.536/2017);

c) formação docente para combater preconceitos e adaptar metodologias às realidades maternas.

Observando o funcionamento da instituição e a forma como os departamentos são divididos e executados, percebe-se a falta de consonância em sua totalidade. Enquanto a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PR2) implementa uma legislação específica voltada para o corpo discente da pós-graduação e a PR7 faz a construção e implementação de políticas de permanência sem considerar a diversidade das demandas, a Pró-Reitoria de Extensão (PR5), institui ações afirmativas para a concessão de bolsas de extensão considerando a parentalidade e o trabalho de cuidado.

Na publicação de maio de 2025 do newsletter Comunica Extensão!, da referida Pró Reitoria, foi divulgado o balanço do “editais Programa Institucional de Fomento Único de Ações de Extensão (PROFAEX) 2025, primeiro edital com ações afirmativas para bolsas acadêmicas da UFRJ” (PR5, 2025), no qual entre as ações afirmativas de reserva de 50% das vagas para grupos vulneráveis, incluiu-se, de forma pioneira, estudantes em exercício de parentalidade ou responsáveis por trabalho de cuidado.

Essa política, estabelecida pela Resolução CEU nº 254/2023 e desenvolvida em parceria entre o Conselho de Extensão Universitária (CEU) e a SGAADA/UFRJ, reconhece os desafios enfrentados por mães, pais e cuidadores no ambiente acadêmico.

Segundo a resolução:

Art. 1º As ações de extensão constituem aportes decisivos à formação acadêmica, cidadã e humanística de discentes, pela ampliação do universo de referência que ensinam e pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que proporcionam, contribuindo para o enriquecimento de suas experiências sobre os problemas sociais, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmar e materializar compromissos éticos e solidários da Universidade pública com o pluralismo, a democracia e a inclusão social.

Parágrafo Único: As ações de extensão promoverão a integração da UFRJ com movimentos organizados da sociedade civil, objetivando o crescente desenvolvimento da qualidade de vida da população em situação de invisibilidade e vulnerabilidade social.

Art. 2º A Universidade criará mecanismos que estimulem ações de extensão cujas temáticas sejam relativas às relações: étnico-raciais, diversidade de gênero, pertencimento, acessibilidade e inclusão.

Art. 3º A Universidade adotará políticas de ações afirmativas em todas as suas ações de extensão universitária, para o enfrentamento das desigualdades vivenciadas por pessoas historicamente discriminadas.

Parágrafo Único: As ações de extensão universitária devem implementar ações afirmativas, promovendo a igualdade de oportunidades para os grupos de indivíduos constituídos por pessoas: estudantes em atividade

parental, identidades femininas, que possuam filho(a) ou guarda de menor, com idade inferior ou igual a 12 anos e aquelas diretamente responsáveis pelos cuidados a pessoas idosas ou com deficiência ou transtorno mental e que estejam sem rede de apoio, tais como escolas ou creches (UFRJ, 2023).

Como exposto anteriormente, estudantes que precisam conciliar os estudos com responsabilidades familiares, como cuidar de filhos, idosos ou pessoas com deficiência, frequentemente, são levados a abandonar atividades acadêmicas ou encontrar dificuldades de participar de atividades em contraturno, como atividades de pesquisa e extensão, por falta de tempo e recursos, dificultando seu desempenho acadêmico ou estendendo o tempo de curso, levando inclusive ao jubramento.

Essa reserva de vagas no PROFAEX busca reduzir as desigualdades, garantindo que essas pessoas não sejam excluídas das atividades de extensão; oferecer suporte financeiro por meio das bolsas para que possam se dedicar aos projetos sem abrir mão de suas responsabilidades e fortalecer a permanência universitária, evitando a evasão de estudantes que exercem múltiplas jornadas.

Ao incluir essa ação afirmativa, a PR5 não só promove equidade, mas, também, valoriza o trabalho de cuidado, por vezes, invisibilizado. A extensão universitária ganha com a diversidade de experiências, enquanto as estudantes beneficiadas podem continuar sua formação sem precisar escolher entre a vida acadêmica e a familiar, reconhecendo que a dedicação à parentalidade e ao cuidado não deve ser um obstáculo, mas, uma dimensão integrada à trajetória acadêmica.

A PR7 em seu relatório de gestão, já sinalizou a necessidade de unificação da instituição em ações que dizem respeito à permanência estudantil. A Política de Assistência Estudantil da UFRJ, estabelecida pela Resolução CONSUNI nº 02/2019, completou seis anos de implementação demonstrando a necessidade urgente de revisão e atualização.

Este marco regulatório, que trouxe avanços significativos na instituição do apoio aos estudantes, agora precisa ser reavaliado para melhor atender às transformações no perfil discente e às novas realidades socioeconômicas do país.

A PR7, responsável pela execução desta política, defende uma visão ampla da assistência estudantil, que ultrapasse a mera distribuição de auxílios financeiros. É fundamental que estas ações sejam compreendidas como parte integrante de um projeto maior de permanência estudantil, articulado com as dimensões acadêmicas e administrativas da universidade.

Neste contexto, o Fórum de Políticas Estudantis, criado em maio de 2023, representa um espaço privilegiado para o debate coletivo sobre estas questões, envolvendo toda a comunidade universitária na construção de uma universidade verdadeiramente inclusiva.

A complexidade do desafio da permanência estudantil fica evidente quando analisamos os múltiplos fatores que levam à evasão, muitos dos quais não são solucionáveis apenas com apoio financeiro. A atual gestão da PR7 buscou enfrentar este desafio por meio do fortalecimento das parcerias com as unidades acadêmicas, da expansão e diversificação dos programas de auxílio, e da regulamentação das propostas contidas na resolução original. Tais iniciativas resultaram em significativa ampliação das ações desenvolvidas.

No entanto, a efetividade destas políticas esbarra em limitações estruturais e organizacionais. A execução plena das ações depende crucialmente da colaboração concomitante de diversas instâncias universitárias, desde as pró-reitorias até setores como a Prefeitura Universitária e a área de Tecnologias da Informação (TI).

A ausência deste trabalho integrado tem resultado, por exemplo, no atraso crônico de projetos essenciais para a Residência Estudantil, com numerosos processos de obras e serviços emperrados na burocracia institucional. A revisão da Resolução CONSUNI nº 02/2019, neste contexto, deve ser vista como parte de um processo mais amplo de fortalecimento institucional, no qual a assistência estudantil deixe de ser uma política setorial para se tornar um eixo estruturante do projeto universitário como um todo.

O CMUFRJ exemplifica como a mobilização coletiva pode pressionar transformações institucionais. O debate sobre o trabalho de cuidado que vem se tornando presente na sociedade, a instituição do GTPEG e a reivindicação de visibilidade para o tema podem fazer com que exista transformação na estrutura e na forma como a universidade implementa suas políticas de permanência.

Contudo, a efetividade dessas mudanças depende de um projeto político que enxergue a maternidade não como um obstáculo individual, mas como uma questão estrutural. Como sintetiza uma discente do coletivo: *“É como se não existíssemos ou devêssemos ser punidas por sermos mães”* (Sodalita, 2025).

Em síntese, a utopia de uma universidade verdadeiramente inclusiva só se concretizará quando as políticas de permanência forem pensadas não como programas paliativos, mas como direitos garantidos por uma estrutura de

socialização do cuidado e quando as mães deixarem de ser objeto de políticas assistencialistas e passarem a ser sujeitos de sua construção.

2.5 Como as Condicionalidades Impostas em uma Política Estudantil Operam para a Dificuldade de Acesso e Permanência e não para a Equidade

As políticas de permanência para discentes mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) refletem tensões entre ações paliativas e transformações estruturais. Enquanto medidas como o Auxílio Educação Infantil representam avanços, sua implementação mantém lacunas que perpetuam desigualdades destacando como a lógica liberal da assistência estudantil reforça a permanência do perfil hegemônico das pessoas que acessam a universidade, onde não estão inclusas as mulheres mães.

A concepção liberal defende a falácia da meritocracia, na qual a ideia do mérito cria uma visão de que todos estão no mesmo patamar de igualdade, mascarando a desigualdade social e todos os seus atravessamentos.

Essa racionalidade, enraizada desde a formação das políticas sociais brasileiras, reflete-se ainda hoje. As chamadas protoformas das políticas sociais¹⁹ estão relacionadas às leis e regulações aplicadas para responder aos problemas que colocavam em risco a ordem social daquele contexto e tinham mecanismos seletivos que eram oferecidas de forma a incentivar o trabalho.

Para quem não fosse apto ao trabalho era oferecida alguma assistência mínima, em caráter de ajuda, não em caráter de acesso a direito do indivíduo. Como cita Gracyelle Costa (2025, p. 63):

No caso brasileiro, a política social constituiu-se com uma ênfase sanitária e moral desde a Primeira República (1889-1930). É o caso da Lei de Acidentes de Trabalho (1919), da Lei Eloy Chaves (1923-6), do Código de Menores (1927) e outras legislações sociais, tornando desde antes de 1930 a “questão social” no Brasil caso de política (social) e não só de polícia (repressão).

¹⁹ Segundo Elaine Behring e Ivanete Boschetti (2017, p. 63), algumas iniciativas pontuais com características assistenciais são identificadas como protoformas de políticas sociais ao lado da caridade privada e de ações filantrópicas. As sociedades pré-capitalistas não privilegiavam as forças de mercado e assumiam algumas responsabilidades sociais, não com o fim de garantir o bem comum, mas com o intuito de manter a ordem social e punir a vagabundagem.

Ademais, a política social – como a entendemos hoje – parte de uma lógica que prevê, de forma implícita, o controle social da população, diferente das caixas de apoio mútuo que os ex-escravizados elaboraram para subsidiar os custos da liberdade dos ainda escravizados, além de custear mantimentos de necessidades básicas.

Essas formas de contribuição para fundos de pensões em grupos que viviam em diáspora²⁰ têm origem na época colonial, antes da origem conhecida²¹ das políticas sociais nos anos 1930 e 1940 no Brasil.

Além do apagamento de parte essencial da gênese das políticas sociais, a história ainda atribui sua função como a de promover a equidade para as classes, de forma paradoxal à sua real atribuição uma vez que “a política social não foi apenas veículo de disseminação da eugenia, foi ela mesma erigida a partir de concepções eugenistas, em si, racistas, classistas e capacitistas” (Gracyelle Costa, *idem*, p. 83).

A eugenia parte do conceito: “Conjunto dos métodos que visam melhorar o patrimônio genético de grupos humanos; teoria que preconiza a sua aplicação.”²² O debate eugenista comumente se associa ao período nazista na Alemanha (1930-1940), entretanto na América Latina, como exemplifica Gracyelle Costa (2025), a eugenia preventiva “visou “melhorar” racial e moralmente a população por intervenções sociais e ambientais.” (p. 67).

Baseada em ideias racistas, a miscigenação do povo brasileiro se deu como defesa de limpeza da raça, onde, por meio de educação, saúde e higiene moral, se buscou o melhoramento populacional. Políticas sociais eugenistas foram implementadas através do Estado, por meio de ações de profissões da área da saúde e assistência, para que esse processo se concretizasse.

Atualmente, as políticas sociais são elaboradas e implementadas para promover formas de acesso equânimes a direitos sociais, porém o caráter de controle social faz-se presente a partir da lógica liberal que impera no sistema capitalista.

²⁰ A noção de diáspora inicialmente remete à dispersão secular primeiro de gregos e depois de judeus pelo mundo, devido a sistemáticas perseguições. Nas últimas décadas esta noção tem sido também utilizada por ativistas e pesquisadores/as para explicar a migração forçada de africanos iniciada no século XV em territórios colonizados (Gracyelle Costa, 2020).

²¹ A origem da política social no Brasil tem sido atrelada às CAPs e IAPs, cuja legitimação é posta pelo Estado através da chamada Lei Eloy Chaves no início do século XX (Gracyelle Costa, 2020).

²² “Eugenia”, in *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa* [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/eugenia>.

Enquanto as discentes mães forem condicionadas a padrões de comportamento e vivências para receber auxílios estudantis ao invés de se pensar formas de equiparar as oportunidades de acesso e permanência, esse caráter seguirá referenciando os moldes de qualquer política implementada.

A Resolução nº 02/2019 da UFRJ, que regulamenta a Política de Permanência Estudantil, baseia-se em princípios fundamentais como o respeito à dignidade dos estudantes, a garantia de uma educação pública, gratuita e democrática, o compromisso com a inclusão social e a diversidade étnica, cultural e de gênero. Seus objetivos incluem ampliar as condições de permanência dos discentes, assegurando igualdade de oportunidades e reduzindo as taxas de evasão e reprovação por meio de medidas que mitiguem desigualdades socioeconômicas.

Além disso, busca promover uma formação acadêmica de qualidade, integrar os estudantes à vivência universitária e melhorar sua qualidade de vida em dimensões econômicas, sociais, de saúde e pedagógicas, sempre com transparência e gestão democrática dos recursos destinados à assistência estudantil.

No entanto, na prática, diversas condicionalidades e limitações acabam por restringir o alcance dessas iniciativas. A exigência de matrícula ativa, por exemplo, exclui mães que precisam trancar temporariamente o curso por motivos de saúde ou cuidados infantis, enquanto a limitação do auxílio financeiro a crianças menores de seis anos, ignora a continuidade dos custos com educação infantil e se direciona de forma inversamente proporcional a famílias com apenas um filho, excluindo justamente aquelas que necessitam mais do auxílio.

As condicionalidades impostas restringem a participação e adesão ao programa, no qual o auxílio ofertado é um dos auxílios com menor número de vínculos, como podemos observar na figura 7, que descreve o número mensal de vínculos do ano de 2024:

Figura 7 — Página da PR7 sobre os Auxílios Vinculados à Resolução CONSUNI 02/2019 - Quantitativo Mensal - 2024

Auxílios Vinculados à Resolução CONSUNI 02/2019												
	jan/24	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	ago/24	set/24	out/24	nov/24	dez/24
Auxílio Permanência	2.454	2.228	2.222	2.256	2.246	2.235	2.271	2.562	2.849	3.235	3.283	3.287
Auxílio Moradia - Financeiro	355	312	311	311	312	309	313	308	304	302	303	316
Auxílio Alimentação												
Macaé	283	263	259	258	255	254	249	245	243	241	241	236
Rio de Janeiro	3.205	2.898	2.873	2.871	2.858	2.852	2.852	3.130	3.383	3.755	3.796	3.838
Auxílio Educação Infantil	137	119	116	114	111	111	108	102	99	94	92	118
Auxílio Inclusão Digital	1.920	1.806	1.787	1.780	1.774	1.766	1.761	1.716	1.705	1.693	1.687	1.893
Auxílio Material Didático												
Auxílio Mensal	2.394	2.141	2.121	2.114	2.109	2.101	2.092	2.033	2.004	1.985	1.973	2.169
Auxílio Parcela Única												12
Auxílio Transporte												
Auxílio Transporte Intermunicipal	1.828	1.665	1.648	1.647	1.640	1.635	1.630	1.577	1.552	1.549	1.543	1.759
Auxílio Transporte Macaé	335	317	313	311	308	306	300	294	291	287	284	314
Auxílio Transporte Caxias	79	77	77	77	76	75	75	68	68	66	64	83
Auxílio PCD	114	109	109	112	113	112	113	109	109	112	112	141

Fonte: PR7 2025

Ainda que justificável pela gestão financeira, a racionalização orçamentária exclui prioritariamente as beneficiárias mais vulneráveis, contradizendo o princípio de equidade que fundamenta a política.

Ao condicionar o Auxílio Educação Infantil à disponibilidade de recursos (Art. 13), a UFRJ cria uma insegurança estrutural que atinge desproporcionalmente estudantes mães em situação de vulnerabilidade, consideradas parte do grupo prioritário declarado na política (Art. 8º).

Essa lógica de escassez programada transforma direitos em privilégios sujeitos a cortes, afinal para que se receba o auxílio é preciso se encaixar em normas ou padrões ditados pela instituição, colocando algumas estudantes em situação de vantagem perante outras. Na lógica meritocrática, elas se tornam merecedoras ou não desses privilégios, perpetuando um ciclo em que as mães universitárias mais pobres, muitas vezes negras e periféricas, são as primeiras a serem excluídas quando há restrições financeiras.

O resultado é uma política que, na prática, opera por mecanismos de exclusão velada, na qual a retórica da inclusão não se sustenta diante da precarização crônica do orçamento destinado à permanência estudantil e essas limitações revelam uma contradição entre os princípios declarados na política de assistência estudantil e sua efetiva aplicação.

Por conseguinte, a lógica meritocrática da academia pressupõe que todos os estudantes partem de condições iguais, ignorando que as mães enfrentam jornadas

desiguais. Enquanto muitos colegas podem se dedicar exclusivamente aos estudos, as mesmas precisam conciliar leituras, trabalhos e provas com noites mal dormidas, consultas pediátricas e a gestão da casa.

Essa realidade, frequentemente, as coloca em desvantagem, gerando sentimento de frustração e impotência. A sobrecarga pode levar à ansiedade generalizada, síndrome do impostor e até depressão, especialmente quando não há reconhecimento institucional dessas dificuldades.

As ações afirmativas na UFRJ, como anteriormente citado, estão atravessadas por uma série de critérios limitantes que, embora aparentemente neutros, operam como mecanismos de exclusão.

Requisitos como comprovação de renda, idade máxima e aplicação a apenas um filho, acabam por marginalizar mães periféricas, que, por vezes, não conseguem acessar os benefícios em razão da burocracia excessiva ou da falta de documentação, além do possível impacto na saúde mental dessas mulheres.

A saúde mental das mulheres mães no ambiente universitário é profundamente afetada por uma combinação de pressões estruturais, sociais e emocionais que muitas vezes são negligenciadas, tanto pela instituição quanto pelo discurso público.

A dupla jornada – entre os afazeres acadêmicos e os cuidados parentais – gera uma sobrecarga que vai muito além da simples falta de tempo, pois é uma tensão constante entre expectativas contraditórias.

Enquanto a universidade exige, de forma implícita, dedicação integral aos estudos, a sociedade cobra uma maternidade perfeita, criando um cenário de culpa e autocobrança que atinge o bem-estar psicológico dessas mulheres (Marcella Sandim Couto Greco Ferreira, 2023).

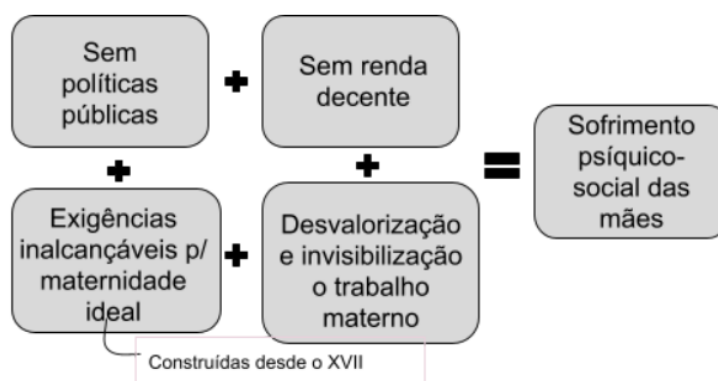
Em adição, muitas mães universitárias enfrentam a maternidade em condições de isolamento. Seja pela ausência de parceiros(as) envolvidos nos cuidados, pela distância da família ou pela falta de políticas de acolhimento na universidade, elas acabam sobrecarregadas sem uma rede de suporte. A solidão materna, agravada pela romantização da maternidade como uma experiência sempre feliz, pode levar a quadros de sobrecarga mental, que Karla Fontoura em publicação no site do Núcleo Materna (2019) define:

Carga mental é o trabalho invisível, a parte cerebral de planejamento e organização por trás de cada atividade que fazemos. É uma atividade inevitável, constante e, quando não dividida e acumulada às outras tarefas práticas e ao excesso de funções, extremamente penosa ao ponto da sua sobrecarga causar diagnósticos de esgotamento e de Síndrome de Burnout.

Muitas passam até mesmo por crises de identidade, já que se veem divididas entre o papel de estudante e o de mãe, sem espaço para serem apenas elas mesmas.

Neste horizonte, cabe observar os múltiplos fatores que contribuem para esse adoecimento, como descrito na figura 8, elaborada por Mariana Della Barba para sua Dissertação intitulada: “Mariana, seus filhos atrapalham: a exaustão e o sofrimento psíquico-social das mães no imaginário brasileiro”, de 2024:

Figura 8 — Imagem elaborada por Mariana Della Barba sobre fatores contribuintes para o sofrimento psíquico de mulheres-mães.



Fonte: Mariana Della Barba, 2024.

Ademais, a maternidade ainda é vista como um problema individual e não como uma questão coletiva que demanda adaptações institucionais. Professores e colegas, muitas vezes, reproduzem discursos que culpabilizam as mães por eventuais atrasos ou dificuldades, como se a maternidade fosse uma escolha que as impedisse de serem realmente comprometidas com a academia.

Essa estigmatização gera o sentimento de alienação, reforçando a ideia de que a universidade não é um lugar para mães (Luana Fontel Souza, 2019). A falta de representatividade, na qual poucas docentes ou pesquisadoras que maternam e assumam abertamente suas vivências, contribui para a sensação de que é impossível conciliar ambas as trajetórias com sucesso, como afirma Mariana Della Barba (2024, p. 50):

Fatores externos – tais como aspectos socioeconômicos – têm um papel fundamental na saúde mental do indivíduo. (...) está relacionado à garantia de que ser saudável mentalmente é um direito humano básico, sendo que o governo do Brasil inclusive reforça que é responsabilidade do Estado garantir condições para que os brasileiros tenham boa saúde mental. Diante disso, é possível refletir por que no imaginário social brasileiro, (...) a saúde mental da população em geral, e a das mães e cuidadoras mais especificamente, não ser vista como algo influenciado pelo ambiente que nos cerca e, muito menos, como um direito fundamental de responsabilidade do governo.

Pensando no adoecimento psíquico das discentes:

Vale ressaltar que esse mal-estar contemporâneo próprio das mães também não pode ser confundido com uma sobrecarga, embora seja decorrente dela. Também não é "mera" exaustão, nem esgotamento, nem estafa, é mais grave (Mariana Della Barba, *idem*, p. 68).

Nessa esteira, é possível observar o programa como uma estrutura fragmentada, que opera mais como um mecanismo de mitigação pontual do que como uma transformação institucional profunda.

Iniciativas como o Auxílio Educação Infantil funcionam como paliativos individuais, transferindo para as mães a responsabilidade de superar barreiras que são, na verdade, sistêmicas e que contribuem para a invisibilização do trabalho de cuidado (Mithaly Salgado Corrêa; Juliana Marcia Santos Silva; Ivana de Oliveira Eugênio de Souza Moura, 2025). Essa abordagem ignora o princípio da justiça reprodutiva, que demanda a socialização do cuidado como um direito coletivo, não como uma concessão sujeita a editais restritivos.

Nancy Fraser (2016) e o CMUFRJ defendem a coletivização do cuidado como eixo central das políticas de permanência. Isso implica não apenas a criação de creches universitárias – como por exemplo a creche da UFBA –, mas, também, a garantia de licença-maternidade estendida e a produção de dados desagregados que permitam mapear a evasão de mães. Afinal, a ausência desses dados na UFRJ é sintomática, e sem informações precisas não há como cobrar aplicação de políticas ou redirecionar recursos de forma eficiente.

Em síntese, a base em que estão ancoradas as políticas de permanência estudantil perpassa a fragmentação, substituindo direitos por auxílios temporários, sem enfrentar as raízes do problema, como a ausência de dados, não havendo transparência ou monitoramento sistemático das condições das mães na

universidade e a lógica liberal, responsabilizando as mulheres pela superação de obstáculos que são institucionais.

2.6 Coletividade na Prática e Ações a se Inspirar: coletivos materno estudantis compartilham experiências com seus pares e inspiram novas vivências

A luta pela integração efetiva de mães no ensino superior não se restringe apenas a políticas institucionais, mas, também, se fortalece por meio da organização coletiva e da mobilização de grupos que atuam diretamente nas universidades.

Coletivos de mães universitárias, como o Coletivo Nacional de Mães na Universidade, têm desempenhado um papel fundamental na articulação de demandas, na criação de redes de apoio e na pressão por mudanças estruturais.

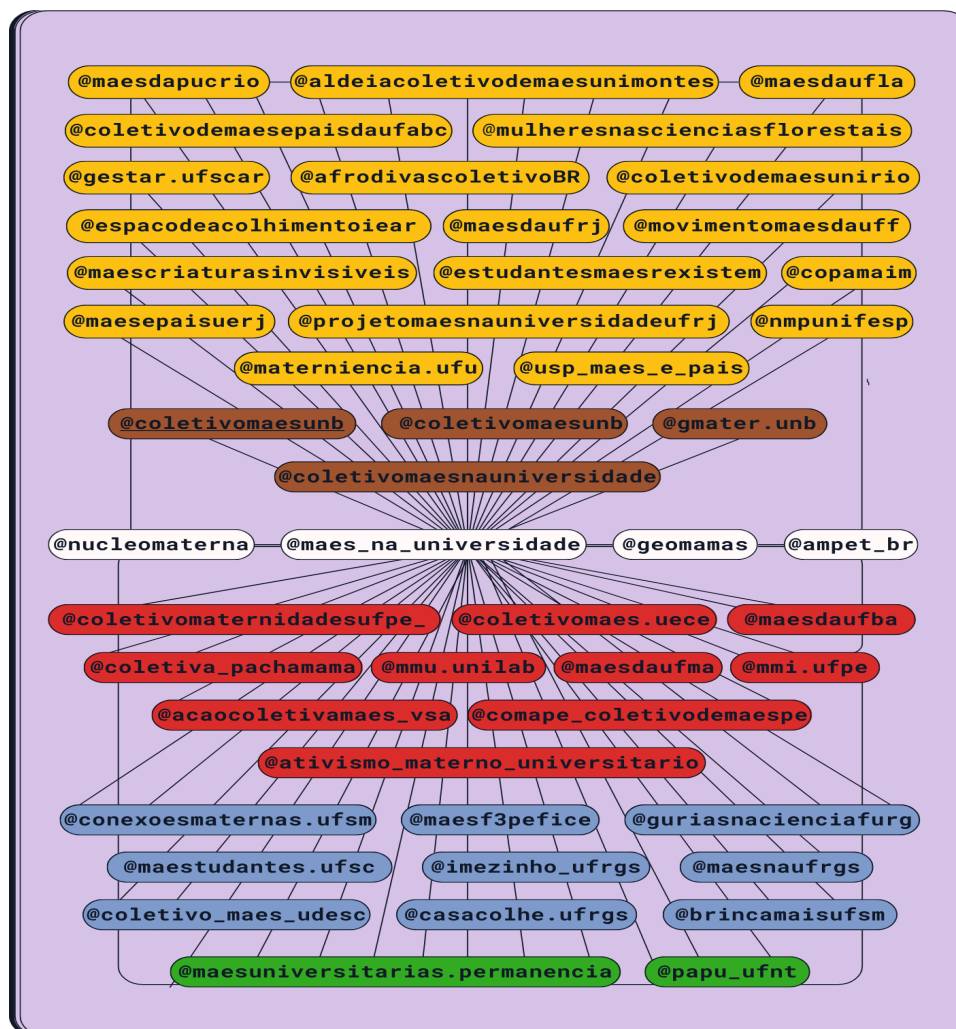
Esses grupos, por vezes, organizados em redes sociais, grupos de WhatsApp e encontros presenciais, são espaços de acolhimento, troca de experiências e construção de estratégias para enfrentar os desafios cotidianos da maternidade no ambiente acadêmico.

Nos últimos anos, coletivos formados por discentes mães universitárias de várias Instituições de Ensino Superior do Brasil ganharam força e passaram a denunciar de forma recorrente essas instâncias e práticas. Essas coletividades têm como características a atuação no ciberespaço e a criação de ações em/nas redes, com o objetivo de criar redes de apoio, buscando se manter subjetivamente e institucionalmente (Fontel, 2024 *apud*. Mithaly Salgado Corrêa, Dilton Ribeiro Couto Junior. 2024. p. 256)

A figura 9 desenha uma rede elencando os diversos coletivos materno-estudantis espalhados pelo país, que interagem entre si e integram o coletivo nacional. A partir das redes sociais, o ciberativismo materno divulga ações e publicações, organiza-se politicamente e se faz presente nos espaços universitários e fora deles (Mithaly Salgado Corrêa, Dilton Ribeiro Couto Junior. 2024.)

Na figura 9, os perfis em verde representam a região Norte do país, em azul representam a região Sul, em vermelho a região Nordeste, em marrom a região Centro-Oeste, e em amarelo a região Sudeste.

Figura 9 — Coletivos Materno Universitários em Rede - Uma conexão Nacional



Fonte: Instagram / Elaboração Própria.

Além do acolhimento mútuo, esses coletivos destacam-se pela articulação em rede, conectando mães de diferentes instituições para compartilhar informações, mobilizar campanhas e pressionar por políticas públicas.

Por exemplo, o Coletivo Nacional de Mães na Universidade mantém grupos de WhatsApp e perfis no Instagram com o perfil **@maes_na_universidade**, que funcionam como plataformas para divulgar conquistas e para denunciar situações de negligência institucional.

Esses espaços virtuais também servem como repositórios de conhecimento, onde mães compartilham documentos, editais e estratégias para acessar direitos.

Para além da visibilização, os coletivos atuam na defesa intransigente de direitos inerentes às mulheres mães universitárias, cobrando das universidades a resolução de problemas estruturais, pedagógicos, entre outros e fazendo parte da agenda de luta.

A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), como uma das principais instituições de ensino do país, tem a responsabilidade de implementar medidas viáveis e eficazes que atendam às necessidades específicas dessas estudantes.

A partir da observação de ações instituídas pelas Instituições de Ensino Superior (IES), da análise de experiências bem-sucedidas em outras universidades e pelas demandas levantadas em fóruns e seminários, é possível elencar propostas factíveis que podem ser adotadas pela UFRJ, para garantir a permanência e o sucesso acadêmico das mães universitárias.

O Ministério da Educação, em novembro de 2023, instituiu por meio da Portaria Nº 2.005, de 14 de novembro de 2023, um Grupo de Trabalho (GT) para discutir e estudar os desafios da permanência materna nas IES.

De acordo com a referida portaria:

Art. 2º Compete ao GT referente à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras:

I - realizar estudos técnicos referentes à permanência materna de estudantes na educação superior, a fim de diminuir as desigualdades entre as mães estudantes e demais estudantes sem filhos(as);

II - propor diretrizes para o desenvolvimento de uma política nacional de permanência materna de estudantes na educação superior; e

III - propor elementos necessários à instituição de Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Art. 3º O GT será composto por representantes do Ministério da Educação - MEC, dos Coletivos de Mães e Pais de Instituições de Ensino Superior Brasileiras e de entidades da sociedade com representação na educação. (MEC, 2023).

O GT realizou um levantamento sociodemográfico de estudantes com filhos nas IES do país e, a partir de suas representações que integram o Coletivo Nacional de Mães e coletivos de diversas universidades federais, nomeadas pela Secretária de Ensino Superior Denise Pires de Carvalho na Portaria Nº 39, de 6 de dezembro de 2023, elaborou o Fórum Regional sobre a Realidade Materno-Estudantil.

Esse fórum foi construído durante o primeiro semestre de 2024 de forma coletiva por meio das redes sociais, da Internet e de reuniões, onde foram discutidas as necessidades das discentes mães do ensino superior no Brasil e formas de saná-las.

Por intermédio do perfil @forum.maternoestudantil, foram realizados alguns debates, elaborados posts informativos, levantamentos de questões e sugestões e divulgação do Fórum, realizado no segundo semestre de 2023 e dividido entre as 5 regiões do país.

Os Fóruns regionais foram realizados de forma *online* e contaram com a participação popular. Discentes, docentes, técnicas administrativas de diferentes instituições e integrantes da sociedade como um todo elencaram as principais demandas referente ao tema e construíram relatórios que estão em processo de finalização e entrega ao MEC, a fim de se construir políticas estudantis em escala Federal. Uma forma democrática, participativa e inclusiva de se pensar políticas públicas sendo colocada em prática.

Inspirada por essas experiências, a UFRJ poderia replicar tais iniciativas por meio do GTPEG. Os dados ainda inexistentes podem ser levantados, analisados e utilizados para a formulação de políticas de permanência estudantil materna. O CMUFRJ reivindica o que já poderia existir a partir de exemplos de outras instituições que podem ser adequadas à realidade local.

Um desses exemplos reside na ampliação e na consolidação de espaços de cuidado infantil dentro dos campi da UFRJ. A criação de creches universitárias, como a da Universidade Federal da Bahia (UFBA) (PROAE UFBA, 2025) ou de espaços como a Cuidoteca, da Universidade Federal Fluminense (UFF) (COLUNI, UFF, 2025), que oferecem acolhimento para crianças, é essencial para que as mães possam conciliar seus estudos com as responsabilidades parentais, além de também acolher filhos de servidoras da universidade.

Tais espaços devem ser equipados com salas de amamentação, fraldários e áreas de recreação, garantindo um ambiente seguro e adequado às crianças. Esses espaços também podem ser utilizados pensando na formação prática das discentes, que podem realizar os estágios nesses locais, conciliando teoria e prática na formação.

Além da atuação digital, os coletivos promovem ações concretas dentro das universidades. Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o coletivo @maestudantes.ufsc conseguiu a aprovação de uma política institucional para as mães, incluindo reserva de vagas para auxílio financeiro e implementação do auxílio maternidade e compartilharam a informação no Grupo de whatsapp Coletivo Nacional de Mães.

Na UFRJ, o @maesdaufRJ, articulado com o projeto de extensão @projetomaesnauniversidadeufrj, com o GTPEG e o Núcleo Materna, pressionam pela criação de espaços parentais e pela implementação da licença-maternidade de seis meses, seguindo o exemplo de outras instituições.

Outras medidas viáveis são a flexibilização de prazos acadêmicos e a adoção de regimes de estudos adaptados, como o regime domiciliar ou a extensão do prazo para conclusão de disciplinas.

Como mencionado, a UFRJ possui um modelo de regime de exercícios domiciliares baseado em legislação arcaica de 1969 (Brasil, 1969), que limita o afastamento a três meses, desconsiderando as recomendações da OMS sobre aleitamento materno exclusivo.

Por se tratar de uma legislação, uma possibilidade para a instituição seria a de criar uma política específica, atualizando-a para a contemporaneidade, estendendo o período de licença para seis meses e garantindo a manutenção de bolsas de estudo durante esse período, seria um avanço significativo. Além disso, a universidade poderia implementar um sistema de prioridade em matrículas para mães, garantindo que elas tenham acesso às disciplinas necessárias em horários compatíveis com suas rotinas.

Já na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), o Coletivo Maternidades UFPE (@coletivomaternidadesufpe_) articulou a criação de um GT de Parentalidade, responsável por propor políticas de permanência, como flexibilização de prazos e abono de faltas para mães assim como a própria UFRJ, compartilhando o fato no grupo de Whatsapp do Coletivo Nacional de Mães. A participação ativa de discentes mães em espaços de articulação como os próprios GT 's é um eixo fundamental dessa luta.

Na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o coletivo @maesnaufrgs atua em parceria com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) para monitorar a implementação do auxílio parental e cobrar melhorias na infraestrutura, como a criação da Casa Acolhe, um espaço lúdico para crianças no campus.

Essas iniciativas demonstram como a coletividade e a pressão organizada podem transformar demandas de um grupo específico em conquistas institucionais.

Figura 10 — Perfil no Instagram da Casa Acolhe UFRGS



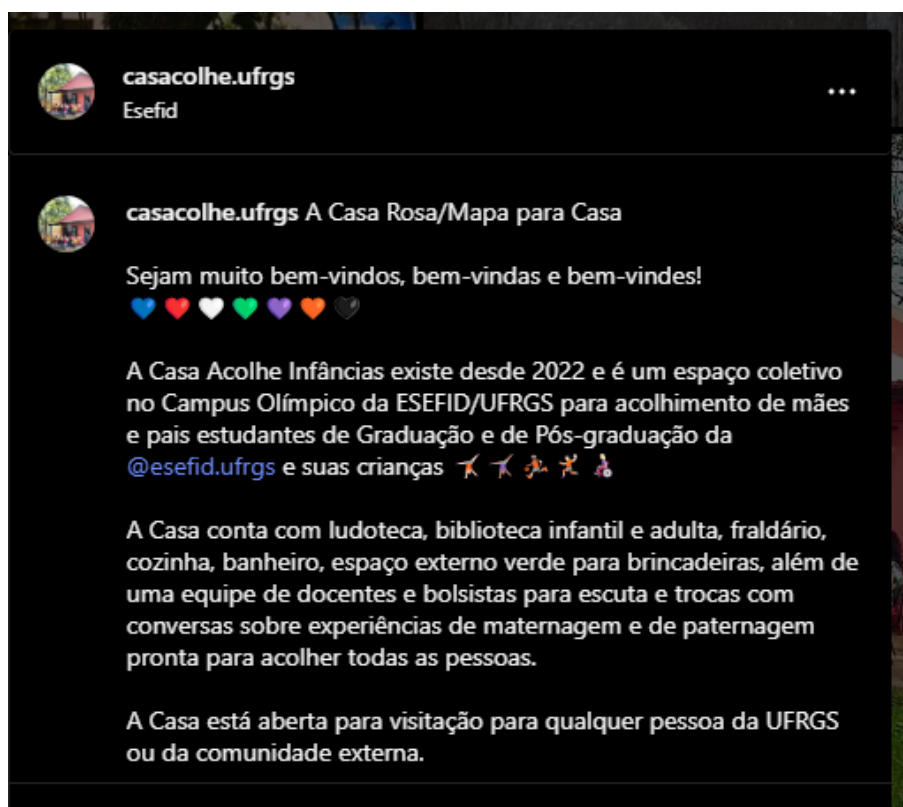
Fonte: Perfil @casacolhe.ufrgs no Instagram

Figura 11 — Perfil no Instagram da Casa Acolhe UFRGS



Fonte: Perfil @casacolhe.ufrgs no Instagram

Figura 12 — Perfil no Instagram da Casa Acolhe UFRGS



Fonte: Perfil @casa.acolhe.ufrgs no Instagram

Além disso, é imprescindível fomentar redes de suporte psicológico e emocional, pois, a sobrecarga mental enfrentada pelas mães universitárias, por vezes, agravada pela dupla jornada de estudos e cuidados parentais, demanda serviços de assistência psicológica específicos.

A criação de grupos de apoio, oficinas de psicoeducação e programas de mentoria entre mães estudantes podem fortalecer a resiliência e a integração dessas mulheres no ambiente acadêmico. Essas iniciativas devem ser acompanhadas por campanhas de sensibilização dentro da universidade, visando combater estigmas e promover uma cultura institucional mais acolhedora.

Na UFRJ, algumas iniciativas buscam amenizar o adoecimento mental materno com ações realizadas pelo projeto de extensão Mães na Universidade – UFRJ, como o “OCUPA MÃE” que, por meio de plataformas *online* e conduzidos, inicialmente, por uma profissional de psicologia voluntária e por uma ex-discente e ex-integrante do próprio projeto, formada em psicologia pela universidade, buscam acolher e criar um espaço de apoio e suporte emocional para discentes.

E essas ações não se restringem apenas a pessoas vinculadas à UFRJ, mas, também, a mulheres mães de outras cidades e estados do país.

A figura 13 ilustra uma divulgação da ação na rede social Instagram.

Figura 13 — Divulgação da ação OCUPA MÃE, realizada pelo projeto de extensão Mães na Universidade - UFRJ



Fonte: Rede social do Projeto de extensão Mães na Universidade - UFRJ

A instituição de políticas afirmativas, como cotas para mães em editais de pesquisa e programas de iniciação científica, é outra proposta viável. Essas medidas não apenas garantem acesso a oportunidades acadêmicas, mas, reconhecem, ainda, a maternidade como um fator de diversidade que enriquece a produção científica.

Para isso, é necessário fazer o levantamento de dados dessas discentes, como fez a Universidade de Brasília (UNB) a partir de um mapeamento realizado pela Coordenação dos Direitos das Mulheres (CODIM), da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), que, também, incluiu docentes, servidores/as técnico-administrativos/as, e trabalhadores/as terceirizados/as mães e pais para ser observada a quantidade de responsáveis pelo cuidado de crianças menores de 12 anos em todo o corpo universitário em consonância com a Política Materno e Parental da UnB e ilustrado pela figura 14:

Figura 14 — Perfil do instagram do @coletivomaesunb

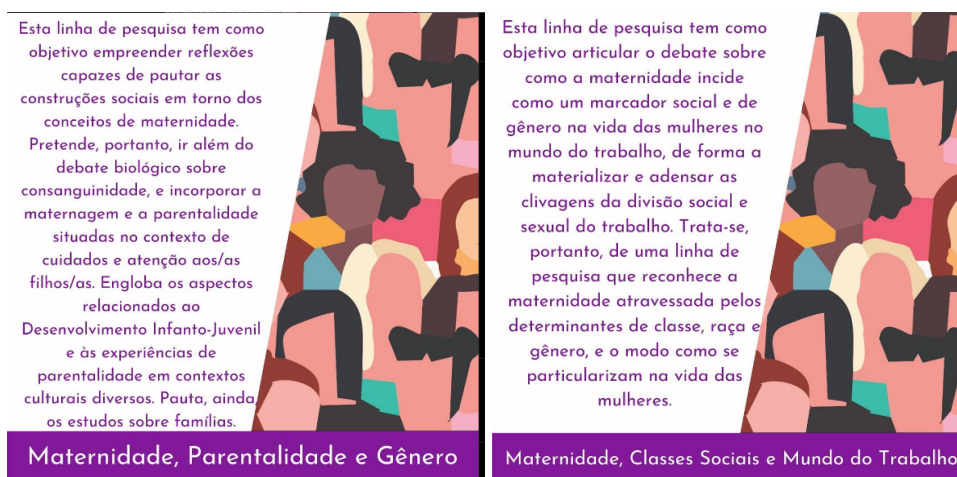


Fonte: Perfil do Instagram do Coletivo de Mães da UNB.

A produção de conhecimento também é um exemplo efetivo de ações desses coletivos. Muitos deles, como o Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Maternidades, Parentalidade e Sociedade UnB (Gmater), o (@gmater.unb) realizam pesquisas sobre maternidade e academia, publicando artigos e participando de eventos para visibilizar os desafios enfrentados por mães universitárias.

Outros, como o GeoMamas (@geomamas) reúnem mães geocientistas para discutir a interseção entre carreira acadêmica e maternidade, mostrando que a produção científica pode ser aliada da luta por direitos. As figuras 15, 16 e 17 mostram informações sobre as linhas de pesquisa de um desses grupos:

Figuras 15, 16, 17 — Instagram @gmater.unb sobre linhas de pesquisa





Fonte: Perfil no Instagram do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Maternidades, Parentalidade e Sociedade - GMATER da Universidade de Brasília.

Em adição, a solidariedade entre mães manifesta-se em ações práticas, como a organização de bancos de leite materno, rodas de conversa sobre saúde mental e mutirões para cuidar das crianças durante aulas ou eventos acadêmicos.

Tais iniciativas, embora informais, são vitais para a permanência de muitas mulheres que não encontram apoio institucional e se concretizam por meio das redes informais nas quais essas mulheres atuam.

Por conseguinte, os coletivos de mães universitárias são agentes transformadores que combinam mobilização digital, pressão política, produção de conhecimento e apoio mútuo para garantir que a maternidade não seja um obstáculo à educação. Sua atuação mostra que a mudança não depende apenas de políticas de cima para baixo, mas, também, da organização horizontal e da participação ativa das mães nos espaços de poder.

A necessidade de que a UFRJ estabeleça mecanismos de implementação, monitoramento e avaliação contínua dessas políticas, garantindo sua efetividade e aprimoramento faz-se urgente.

A participação ativa das mães estudantes na construção e na revisão dessas ações, por meio de coletivos e fóruns representativos, assegura que as soluções propostas estejam alinhadas com as necessidades reais desse grupo. A universidade do futuro só será verdadeiramente inclusiva se reconhecer que mães e crianças também fazem parte dela, e é nisso que esses coletivos insistem, todos os dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se observa, a análise das políticas públicas de acesso e permanência para discentes mães na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a partir das experiências do Coletivo de Mães da UFRJ (CMUFRJ), revela um cenário marcado por contradições profundas.

Por um lado, a universidade apresenta-se como um espaço de democratização do conhecimento e integração social, mas, por outro, persistem estruturas excludentes que marginalizam mulheres-mães, especialmente aquelas negras, periféricas e de baixa renda.

Nesse sentido, o presente trabalho de conclusão de curso evidenciou que, não obstante avanços simbólicos e de algumas políticas implementadas, a UFRJ ainda falha em garantir condições equitativas para que essas estudantes conciliem maternidade e vida acadêmica.

A luta dessas mulheres não é isolada, pois, se insere em um contexto histórico de privação de acesso, sobretudo das mulheres pretas e pobres, dos espaços de produção intelectual.

Desde os primórdios da educação superior no Brasil, as mulheres foram relegadas a papéis sociais que as limitavam ao domínio privado, enquanto os homens ocupavam o espaço público e acadêmico.

Apesar de as mulheres hoje serem maioria nas universidades, a maternidade ainda é tratada como um desvio à norma acadêmica, um obstáculo a ser superado individualmente, e não como uma dimensão legítima da vida universitária que demanda suporte institucional.

Ademais, a interseccionalidade emerge como ferramenta analítica essencial para se compreender as múltiplas camadas de opressão enfrentadas por essas mulheres. Logo, raça, classe e gênero entrelaçam-se para criar experiências e vivências únicas, nas quais mães negras e periféricas são as mais prejudicadas pela falta de creches, pela precariedade do transporte público e pelo preconceito institucional.

A naturalização do trabalho de cuidado como responsabilidade exclusivamente feminina reforça essas desigualdades, perpetuando a ideia de que a maternidade é incompatível com a excelência acadêmica.

Como ferramentas de resistência, os coletivos como o CMUFRJ tornam-se agentes centrais nessa lógica excludente. Ao se organizar coletivamente, essas mulheres transformam suas vivências em pautas políticas, pressionando a universidade a reconhecer suas demandas.

Assim, a criação do Grupo de Trabalho Parentalidade e Equidade de Gênero (GTPEG) e a implementação do Auxílio Educação Infantil são conquistas importantes para as mulheres-mães da UFRJ, mas ainda insuficientes diante da magnitude do problema. A falta de dados sobre discentes mães, a burocracia para acessar benefícios e a ausência de infraestrutura adequada são barreiras que precisam ser superadas.

Como mencionado, as políticas de permanência atuais, embora bem-intencionadas, muitas vezes reproduzem a lógica liberal da meritocracia, que ignora as desigualdades estruturais. Condicionalidades rígidas, como a exigência de carga horária mínima ou a limitação do benefício ao filho mais novo excluem justamente aquelas que mais precisam de apoio. É urgente repensar, portanto, essas políticas a partir de uma perspectiva interseccional, que considere as realidades diversas dessas mulheres e promova ações afirmativas efetivas.

A saúde mental das discentes mães é outro aspecto crítico negligenciado. A sobrecarga de múltiplas jornadas – acadêmica, profissional e de cuidado – gera ansiedade, estresse e, em muitos casos, depressão. A universidade precisa incorporar serviços de apoio psicológico específicos para esse público, além de flexibilizar prazos e metodologias de ensino para acolher suas necessidades.

Nessa esteira, a transformação necessária vai além da implementação de políticas pontuais. É preciso uma mudança cultural que reconheça o cuidado como trabalho essencial e coletivo, e não como responsabilidade individual das mulheres.

Por conseguinte, a universidade deve comprometer-se com a socialização do cuidado, criando estruturas que permitam às mães estudantes não apenas permanecer, mas, também, prosperar academicamente.

Isso inclui a criação de creches universitárias e espaços específicos para acolher as múltiplas formas de maternar, a garantia de licença-maternidade para discentes, a formação docente para combater preconceitos e a participação ativa das mães na construção das políticas que as afetam.

Além disso, pesquisas complementares poderiam explorar a coleta sistemática de dados quantitativos sobre discentes mães, ampliar o número de

relatos qualitativos para comparação com outras instituições de ensino superior e investigar o impacto de políticas específicas, como a licença-maternidade estudantil e o Auxílio educação infantil em diferentes contextos acadêmicos.

Cumprе destacar, ainda, que estudos comparativos entre universidades brasileiras e internacionais poderiam enriquecer a discussão, oferecendo direções para a construção de um modelo mais equitativo de permanência estudantil no ensino superior.

A luta das discentes mães na UFRJ é uma luta por direitos básicos, por reconhecimento e por equidade. Enquanto a universidade não assumir sua responsabilidade na garantia dessas condições, a equidade seguirá sendo um discurso vazio. O caminho para uma universidade verdadeiramente democrática passa pelo enfrentamento das desigualdades estruturais e pela valorização das vozes daquelas que, historicamente, foram silenciadas.

Em conclusão, a maternidade não pode ser um obstáculo à educação, mas, deve ser um direito garantido e protegido. Ao investir em espaços de cuidado infantil, flexibilização acadêmica, apoio psicológico, políticas afirmativas e participação democrática, a universidade não apenas reduzirá as taxas de evasão entre mães estudantes, como, também, fortalecerá seu compromisso com a equidade e a justiça social.

Logo, a permanência dessas mulheres no ensino superior é um passo fundamental para a democratização da educação e a construção de uma sociedade mais igualitária, assim como a continuidade desta pesquisa é essencial para transformar as demandas de mulheres-mães em ações concretas e políticas estudantis eficazes e eficientes.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26–56, maio/ago. 2021.

AKOTIRENE, Carla. Interseccionalidade. São Paulo: Pólen, 2019.

ALVARENGA, Ana Paula. Invisibilidade social: a cor da desigualdade. *Geledés*, 25 nov. 2023. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/invisibilidade-social-a-cor-da-desigualdade/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

APG/UFRJ. Conquistas da APG/UFRJ: nova resolução aprovada. Parte 3: apoio e inclusão. Instagram: Meta, 24 jul. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/apgufrj/reel/C90JtcuJWc0/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BAIANASYSTEM. Invisível. [single]. Salvador: Máquina de Louco; BatukeBox, 2017. Disponível em: <https://baianasystem.com.br/musicas/invisivel/>. Acesso em: 24 jun. 2025.

Barros, Mariana Della Barba. Mariana, Seus Filhos Atrapalham: A Exaustão e o Sofrimento Psíquico-social das Mães no Imaginário Brasileiro. 2024. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/42898>. Acesso em 26 jun. 2025.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história [livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017. (Biblioteca básica de serviço social; v. 2). ePub. 1,1 Mb. ISBN 978-85-249-2571-9.

BRASIL DE FATO. O legado de Milton Santos: um novo mundo possível surgirá das periferias. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/03/o-legado-de-milton-santos-um-novo-mundo-possivel-surgira-das-periferias>. Acesso em: 5 dez. 2024.

BRASIL. Aleitamento materno. Ministério da Saúde. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/a/aleitamento-materno>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Bertha Lutz abriu caminho para o voto feminino e outras conquistas. Brasília. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/bertha-lutz.html>. Acesso em: 21 jul. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição nº 164/2012: que assegura o direito à vida desde a concepção (PEC antiaborto). Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2330015>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Constituição 1988. Seção II, art. 196. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Conselho Nacional de Saúde, 10 jun. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/outras-normativas/constituicaoofederal.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1044 de 21 de outubro de 1969. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. Casa Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1044.htm Acesso em: 22 jul. 2025.

BRASIL. Em última reunião, Grupo de Trabalho apresenta proposta preliminar da Política e do Plano Nacional de Cuidados. Agência Brasil (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome), Brasília, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202406/em-ultima-reuniao-grupo-de-trabalho-apresenta-proposta-preliminar-da-politica-e-do-plano-nacional-de-cuidados>. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh - Maternidade da Ebserh no Rio de Janeiro (RJ) realiza primeiro parto de homem trans. 19 dez. 2024 Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/comunicacao/noticias/maternidade-da-ebserh-no-rio-de-janeiro-rj-realiza-primeiro-parto-de-homem-trans>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh - Transgesta – Caderneta de pré-natal. 29 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/saude/transgesta-caderneta-de-pre-natal>. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Falta de acesso a creches e escolas impacta mulheres de favelas. Agência Brasil (Ministério da Educação e Cultura – EBC), Brasília, 15 mar. 2025. Disponível em: <https://www.agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2025-03/falta-de-aceso-creches-e-escolas-impacta-mulheres-de-favelas>. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. Grupo de Trabalho Interministerial vai propor Política Nacional de Cuidados. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Brasília, 9 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/obrasilvoltou/cuidado/grupo-de-trabalho-interministerial-vai-propor-politica-nacional-de-cuidados>. Acesso em: 13 mai. 2025.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/habitacao/17270-pnad-continua>. Acesso em: 25 fev. 2025.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Trabalho para o mercado e trabalho para casa: persistentes desigualdades de gênero. [S.l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/3445>. Acesso em: 17 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008. Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 10 set. 2008.

Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11770-9-setembro-2008-580284-norma-atualizada-pl.html>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção. Diário Oficial da União: Brasília, Seção 1, p. 1, 18 dez. 2017. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13536.htm. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024. Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de conclusão de cursos ou de programas para estudantes e pesquisadores da educação superior, em virtude de parto, de nascimento de filho, de adoção ou de obtenção de guarda judicial para fins de adoção; e altera a Lei nº 13.536, de 15 de dezembro de 2017, para disciplinar a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2024. Seção 1, p. 1.

Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14925.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.925, de 17 de julho de 2024a. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 jul. 2024. Seção 1, p. 1. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14925.htm. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Marco Conceitual da Política Nacional de Cuidados do Brasil. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2024. Disponível em:

https://mds.gov.br/webarquivos/MDS/7_Orgaos/SNCF_Secretaria_Nacional_da_Politica_de_Cuidados_e_Familia/Arquivos/Cartilha/Marco_Conceitual.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. Brasília, DF: MEC, 7 mar. 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 05 dez. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Prêmio Mulheres na Ciência celebra trabalho de 15 pesquisadoras. MEC, 6 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/novembro/premio-mulheres-na-ciencia-celebra-trabalho-de-15-pesquisadoras>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Apresentação - Rede Alyne: Cuidado Integral de gestantes e bebês. Brasília, 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/apresentacoes/2024/apresentacao-rede-alyne>. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. DATASUS. Mortalidade Materna no Brasil: 2015-2021. Brasília, 2022. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br> Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Óbitos de mulheres em idade fértil e óbitos maternos – Brasil: 1996 a 2012. Nota técnica. Brasília, 2013. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/Ob_Mu_Id_Fertil_Mat_1996_2012.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: Princípios e Diretrizes. Brasília, 2011. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_mulher_principios_diretrizes.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Relatório: Oficina de Morte Materna de mulheres pretas no Contexto do SUS. Brasília, 2023. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relatorio_oficina_morte_maternamulheres_negras.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise Epidemiológica e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Painel de Monitoramento da Mortalidade Materna. Disponível em: <https://svs.aims.gov.br/daent/centrais-de-conteudos/paineis-de-monitoramento/mortalidade/materna/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

BRASIL. Portaria nº 2.005, de 14 nov. 2023. Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras. Diário Oficial da União, Brasília, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/4525/portaria-mec-n-2.005-2023>. Acesso em 10 mai. 2025.

BRASIL. Portaria nº 2.234, de 23 de julho de 2018. Dispõe sobre as diretrizes para a execução e o financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 set. 2018. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/40875501/do1-2018-09-14-portaria-n-2-234-de-23-de-julho-de-2018-40875278. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. Presidente sanciona lei que amplia prazos para pais e mães acadêmicos. Portal do Planalto, Brasília, 17 jul. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/07/presidente-sanciona-lei-que-amplia-prazos-para-pais-e-maes-academicos>. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 164, de 2012. Altera o § 1º do art. 5º da Constituição Federal para estabelecer a inviolabilidade do direito à vida desde a

concepção. Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2199572>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAETANO, Larissa. Alunas criam rede de apoio para mães dentro das universidades do RJ. G1, 12 maio 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/05/12/alunas-criam-rede-de-apoio-para-maes-dentro-das-universidades-do-rj.ghtml>. Acesso em: 15 maio 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Bertha Lutz. Agência Câmara Notícias. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/a-conquista-do-voto-feminino/bertha-lutz.html>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. PEC que garante direito à vida para fetos volta à pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Agência Câmara Notícias, Brasília, 12 nov. 2024. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1110553-PEC-QUE-GARANTE-DIREITO-A-VIDA-PARA-FETOS-VOLTA-A-PAUTA-DA-COMISSAO-DE-CONSTITUICAO-E-JUSTICA/>. Acesso em 10 mai. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Sancionada lei que proíbe exclusão em bolsas de estudo por motivo de gestação e adoção. 25 abr. 2025. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/1153176-SANCIONADA-LEI-QUE-PROIBE-EXCLUSAO-EM-BOLSAS-DE-ESTUDO-POR-MOTIVO-DE-GESTACAO-E-ADOCACAO/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CAPES. CAPES destaca importância do Censo da Pós-graduação em simpósio sobre maternidade e ciência. 21 out. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/capes-destaca-importancia-do-censo-da-pos-graduacao-em-simposio-sobre-maternidade-e-ciencia>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAPES. Discentes da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil. [2021 a 2024] Dados Abertos CAPES, 31 mar. 2025. Disponível em:

<https://dadosabertos.capes.gov.br/dataset/2021-a-2024-discentes-da-pos-graduacao-stricto-sensu-do-brasil>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CAPES. O Censo da Pós-Graduação no Brasil. 25 abr. 2024. Disponível em:

<https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/o-censo-da-pos-graduacao-no-brasil>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.usp.br/item/001465832> Acesso em: 22 jul. 2025.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2020.

CARNEIRO, Aparecida Sueli (org.). O Matriarcado da Miséria. Acervo Sueli Carneiro: arquivo textual ASC_001680. Local: Casa Sueli Carneiro, s.d. Disponível

em: https://acervo.casasuelicarneiro.org.br/item/texto/ASC_001680. Acesso em: 12 jun. 2025.

CASACOLHE UFRGS. A Casa Rosa / Mapa para Casa. Instagram: @casacolhe.ufrgs. Meta, 21 jan. 2023. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CnsJfYOOzGC/?img_index=1. Acesso em: 26 jun. 2025.

CMUFRJ. Carta do Coletivo Mães da UFRJ à Universidade Federal do Rio de Janeiro. 11 nov. 2021. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/cartadasmaesdaufri>. Acesso em: 12 jun. 2025.

COLETIVO DE MÃES DA UNB. O Coletivo de Mães da Universidade de Brasília, que em maio de 2023 deu vida ao GT de Mães da UnB (Ato SDH 002/2023), conseguiu este mês a aprovação da Política Materna e Parental da Universidade de Brasília no Conselho de Administração (CAD). Instagram: @coletivodemaesunb. Meta, 25 jul. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C93a43vseMM/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Boitempo Editorial, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Revista Parágrafo 9ª Ed. Janeiro-Junho de 2017. v. 5, n. 1, p. 06-17, 2017. Tradução: Bianca Santana. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/issue/view/56> Acesso em: 21 jul. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica. Boitempo Editorial, 2022

CONSULTORIA E ASSESSORIA JURÍDICA (JUSBRASIL). Lei Mães Cientistas: avanços para pais e mães pesquisadores. JusBrasil, 13 ago. 2024. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/lei-maes-cientistas-avancos-para-pais-e-maes-pesquisadores/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CORRÊA, Mithaly Salgado. Movimentos materno-universitários em rede: o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2023. 79 f. Trabalho de Conclusão de Curso Licenciatura em Geografia – Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/23694>. Acesso em: 26 jun. 2025.

CORREA, Mithaly Salgado; SILVA, Juliana Marcia Santos; MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. CMUFRJ e as tensões por políticas afirmativas para as mães universitárias da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 28, n. 61, p. 61–68, jan./abr. 2025. DOI: <https://doi.org/10.17771/PUCRio.OSQ.68876>. Disponível em:

https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=68998&nrSeqCon=68876. Acesso em: 26 jun. 2025.

CORRÊA, Mithaly Salgado. et al. Coletivo Mães da UFRJ: redes, ações e estratégias para o fortalecimento dos ativismos maternos universitários. In: Anais do III SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE MATERNIDADE E CIÊNCIA, 2021. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Pesquisa em Maternidade, 2021. ISBN 978-65-81152-32-1. Disponível em: <https://eventos.congresse.me/iiisbmc-pis/resumos/21858.pdf> Acesso em: 27 fev. 2025.

CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). Caso Alynne da Silva Pimentel vs. Brasil: sentença de 2012. San José, Costa Rica: Corte IDH, 2012. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr>. Acesso em: 10 jun. 2025.

COSTA, Amanda Escaleira da. A universidade também é nossa: o desafio da permanência de estudantes mães nos cursos de graduação da UFRJ. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11422/19132> Acesso em: 26 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberly. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Revista Estudos Feministas, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-026x2002000100011> Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPhJZ397j8fSBQQ/abstract/?lang=pt> Acesso em: 25 fev. 2025.

CRIOLA. Dossiê mulheres pretas e Justiça Reprodutiva. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://criola.org.br/criola-lanca-dossie-com-retrato-de-violacoes-de-direitos-das-mulheres-negras-e-impactos-na-saude-reprodutiva/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

CRUZ, Monique de Carvalho. Aqui a bala come, não tem aviso prévio: favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2024. 204 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://ufri.academia.edu/MoniqueCruz> Acesso em: 10 mai. 2025.

CRUZ, Monique de Carvalho. Violências urbanas: múltiplos cenários no RJ hoje. Observatório das Metrópoles, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/violencias-urbanas-multiplos-cenarios-no-rj-hoje/>. Acesso em 10 mai. 2025.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 248p. ISBN 978-85-7559-508-4.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Boletim especial – As dificuldades das trabalhadoras domésticas no mercado de trabalho e na chefia da família. São Paulo: DIEESE, abr. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/trabalhoDomestico.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

DIEESE. Estatísticas do trabalho doméstico no Brasil. São Paulo: Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, 2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br>. Acesso em: 10 jun. 2025.

DINIZ, Débora, MEDEIROS, Marcelo, MADEIRO, Alberto. National Abortion Survey – Brazil, 2021. Ciência e Saúde Coletiva. 2023. ISSN 1678-4561. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/national-abortion-survey-brazil-2021/18689?id=18689&id=18689> Acesso em: 22 jul. 2025.

DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES. @dceufrj Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/dceufrj/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

DISSIDENTE. *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/dissidente>. Acesso em: 26 jun. 2025.

DUARTE, Constância Lima; AGUIAR, Gleire Belchior de (Org.). Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo. Natal: Fundação Ulysses Guimarães. 2022. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/biblioteca/nisia-floresta-uma-mulher-a-frente-do-seu-tempo/> Acesso em: 21 jul. 2025.

EUGENIA. *in* Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/eugenia> . Acesso em: 22 jul. 2025.

EVARISTO, Conceição. Escrivência : a escrita de nós : reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Org - Constância Lima Duarte, Isabella Rosado Nunes. 1. ed. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. 277p. Disponível em: <https://www.itausocial.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Escrivencia-A-Escrita-de-Nos-Conceicao-Evaristo.pdf> Acesso em: 21 jul. 2025.

FAROFA FILOSÓFICA. Milton Santos | 13 livros em PDF para download. Geledés, 2018. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/milton-santos-13-livros-em-pdf-para-download/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa. Mulheres, corpo e acumulação primitiva. Coletivo Sycorax, trad. São Paulo: Editora Elefante, 2017. 464p.

FERREIRA, Marcella Sandim Couto Greco. Ação grupal com mulheres-mães universitárias como estratégia de promoção de saúde mental. 2023. 108 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Instituto de Educação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/14417> Acesso em: 22 jul. 2025.

FERREIRA, Marcella Sandim Couto Greco; Borges, Lilian Maria. Os desafios de ser mãe universitária: Reflexões sobre fatores de proteção em grupo de mulheres. Seven Editora, [S. l.], 2023. DOI:<https://doi.org/10.56238/futuroeducpesqutrans-023> Disponível em: <https://sevenpublicacoes.com.br/editora/article/view/2550>. Acesso em: 10 jun. 2025.

FERREIRA, Gracyelle Costa. A origem da política social no Brasil: eugenia, questão social e a atuação de visitadoras, enfermeiras, nutricionistas e assistentes sociais. O Social em Questão, Rio de Janeiro, v. 11, n. 62, pp. 61-68. 2025. DOI: 10.17771/PUCRio.OSQ.69928. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/rev_OSQ.php?strSecao=Artigos&secao=11&FASC=70282&nrSeqCon=69928. Acesso em: 10 mai. 2025.

FERREIRA, Gracyelle Costa. Trabalhadores negros na origem da política social brasileira. Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, [S. l.], v. 18, n. 46, 2020. DOI: 10.12957/rep.2020.51982. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/51982>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FIOCRUZ. INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DA MULHER, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE FERNANDES FIGUEIRA IFF/Fiocruz. Atenção às mulheres. Portal de Boas Práticas em Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Disponível em: <https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/atencao-as-mulheres/>. Acesso em: 17 mai. 2025.

FIOCRUZ. Observatório Obstétrico Brasileiro. Relatório Anual 2023: Violência Obstétrica e Racismo. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://observatorioobstetrico.org.br> Acesso em: 10 jun. 2025.

FIOCRUZ. Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em <https://www.pns.iciet.fiocruz.br/painel-de-indicadores-mobile-desktop/> Acesso em: 12 jun. 2025.

FONTEL, Luana Santos. Mães na universidade: performances discursivas interseccionais na graduação. 2019. 102 f. Dissertação Mestrado em Linguística Aplicada – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7988966. Acesso em: 26 jun. 2025.

FONTOURA, Karla. Invisibilidade materna: a visível hostilidade dos espaços que não acolhem mães e bebês. 2019. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/invisibilidade-materna> Acesso em: 22 jul. 2025.

FÓRUM MATERNOESTUDANTIL. Acontecerá no mês de agosto de 2024 as primeiras edições do Fórum regional sobre a realidade materno estudantil nas Instituições de ensino superior brasileiras. Instagram: @forum.maternoestudantil. Meta, 15 jul. 2024. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C9ddKsVpHeK/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

FRASER, Nancy; SOUSA FILHO, José Ivan Rodrigues de. Contradições entre capital e cuidado. *Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)*, Natal, v. 27, n. 53, p. 261–288, jul. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/16876>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo* (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 15, n. 14-15, p. 231–239, 2006. DOI: doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239 Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50109> Acesso em: 12 jun. 2025.

FRASER, Nancy. Nancy Fraser: a crise do cuidado vista a fundo. *Outras Palavras*, 22 set. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/nancy-fraser-a-crise-do-cuidado-vista-a-fundo/#sdfootnote1sym>. Acesso em: 10 mai. 2025.

FUNDO AGBARA. Transformar a vida das mulheres pretas para transformar a sociedade. 2 abr. 2022. Disponível em: <https://fundoagbara.org.br/transformar-a-vida-das-mulheres-negras-para-transformar-a-sociedade/>. Acesso em 10 mai. 2025.

GELEDÉS. Desafios das mulheres pretas no mercado de trabalho. Geledés - Instituto da Mulher Negra, 2024. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/desafios-das-mulheres-negras-no-mercado-de-trabalho/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

GMATER.UNB. Conheçam nossas linhas de pesquisa!!! Instagram: @gmater.unb. Meta, 25 mai. 2021. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CPUfolxFEmN/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. 375 p.

HIRATA, Helena. Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. GUIMARÃES, Nadya Araújo (Org) São Paulo: Atlas, 2020. ISBN: 9788522473809 Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002397826> Acesso em: 25 fev. 2025.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, São Paulo, Brasil, v. 26, n. 1, p. 61–73, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702014000100005> Disponível em: <https://revistas.usp.br/ts/article/view/84979>. Acesso em: 12 jun. 2025.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 283p.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo, 2001, pp. 9-32. in: *Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*. Ano. 2, n.3 (jan/jul 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001. 88 p. Disponível em

https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf Acesso em 14 mai. 2025.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 25. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INVISIBILIZAÇÃO. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/invisibiliza%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ITAÚ CULTURAL. Arnaldo Xavier. In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, s.d. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoas/65320-arnaldo-xavier>. Acesso em: 10 mai. 2025.

JAUMONT, Jonathan. VERSIANI, Renata. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. Revista Direito e Práxis, v. 7, n. 13, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2016, pp. 414-464. DOI: 10.12957/dep.2016.21833 Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350944882015> . Acesso em: 29 jun. 2025.

JUSTIÇA GLOBAL. O Atlas da Violência evidencia problemas nas perícias e como mortes estão estruturadas pelo racismo, comenta coordenadora da Justiça Global. 19 jun. 2024. Disponível em: <https://www.global.org.br/blog/o-atlas-da-violencia-evidencia-problemas-nas-pericias-e-como-mortes-estao-estruturadas-pelo-racismo-comenta-coordenadora-da-justica-global/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

LEX LEGAL. Mães solo no Brasil: 11 milhões de mulheres sustentam sozinhas seus lares. Lex Legal, 2024. Disponível em: <https://lexlegal.com.br/maes-solo-no-brasil-11-milhoes-de-mulheres-sustentam-sozinhas-seus-lares/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

LORDE, Audre. Irmã Outsider: Ensaios e conferências. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. A burst of light: and other essays. Mineola: Dover Publications, 2017.

MÃES DA UNIVERSIDADE. Você sabe como funciona o regime de exercícios domiciliares na UFRJ?. Facebook: Meta, 25 mar. 2024. Disponível em: <https://www.facebook.com/maesdauniversidade/posts/574465998128166/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MÃES NA UNIVERSIDADE. Depois de cinco anos de existência, estamos chegando no Instagram. Instagram: @forum.maternoestudantil. Meta, 9 dez. 2023. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/C0p3LMyterO/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

MATA, Gisele Camilo da. Quem pode ser mãe: maternidade, produção do conhecimento, escolhas (im)possíveis e vivências de estudantes na UFMG. UFMG. Dissertação de mestrado. Minas Gerais, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/47115> Acesso em: 22 jul. 2025.

MATA, Gisele Camilo da. FERNANDES, Talita Melgaço. M; ROCHA, Thaís Teles. MaternAtiva: pensando um campus para mães e crianças através das ações afirmativas e das redes de apoio. Em *Sociedade*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 1–16, 2024. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/emsociedade/article/view/22029/18045>. Acesso em: 10 mai. 2025.

MBEMBE, Achille. *NECROPOLÍTICA*. Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1 edições. 2018. Tradução: Renata Santini. 80p. Versão Online.

MEMORIAL DA DEMOCRACIA. Movimento estudantil (1964–1979). Disponível em: <https://memorialdademocracia.com.br/card/movimento-estudantil>. Acesso em: 5 dez. 2024.

MENEZES, Tassia. Cotas para pessoas trans: abrindo caminhos. *Conexão UFRJ*, 29 jan. 2025. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2025/01/cotas-para-pessoas-trans-abrindo-caminhos/>. Acesso em: 13 mai. 2025.

MICHAELIS. Invisibilidade. Michaelis: Dicionário Moderno da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, s.d. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/invisibilidade>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Disponível em: https://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo__2001.pdf Acesso em: 25 jun. 2025.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). MEC debate permanência materna no ensino superior. Gov.br, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/mec-debate-permanencia-materna-no-ensino-superior>. Acesso em 10 mai. 2025.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. (Org.) et al. Por onde andamos? Experiências e perspectivas das múltiplas maternidades nas universidades. [livro eletrônico]: Rio de Janeiro, RJ: Ed. das Autoras, 2023. (PDF) Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/c%C3%B3pia-artigos-n%C3%BAcleo-materna> Acesso em: 26 jun. 2025.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza. Trajetórias universitárias e maternidade: a condição da mulher mãe no ensino superior. 2024. 101 f. Dissertação Mestrado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=69127&idi=1>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3: Saúde e Bem-Estar. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/3>. Acesso em: 17 mai. 2025.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NÚCLEO MATERNA. Anais do II Seminário Maternidade e Universidade – UFRJ, 1. a 4. dez. 2022. Rio de Janeiro: Núcleo Materna, 2022. DOI: 10.29327/5335666. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/anais-iismu-ufrj>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NÚCLEO MATERNA. UFRJ institui o GT Parentalidade e Equidade de Gênero. In: Núcleo Materna. Rio de Janeiro, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/ufrj-institui-o-gt-parentalidade-e>. Acesso em: 26 jun. 2025.

NUNEZ, Geni. Descolonizando afetos. 1. ed. São Paulo: Paidós, 2023. 192 p. ISBN 978-8542223798.

O CIENTISTA que expandiu as fronteiras da geografia: Milton Santos. Publicado pelo canal Nexo Jornal. [s.l.: s.n.], 2020. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TRfYvlors78>. Acesso em: 5 dez. 2024.

O'REILLY, Andrea. Matricentric Feminism: a feminism for Mothers. Journal of the Motherhood Initiative for Research and Community Involvement [recurso eletrônico], Toronto, v. 10, n. 1–2, p. 13–26, 2019. Disponível em: <https://jarm.journals.yorku.ca/index.php/jarm/article/view/40551>. Acesso em: 05 dez. 2024.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Violências Urbanas: múltiplos cenários no RJ hoje. Observatório das Metrópoles, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/violencias-urbanas-multiplos-cenarios-no-rj-hoje/>. Acesso em: 26 jun. 2025.

OCUPAMÃE. O OcupaMãe está de volta em 2024.2! Instagram: @ocupamae. Meta, 12 set. 2024. Disponível em: https://www.instagram.com/p/C_0YMRFJovp/?img_index=1. Acesso em: 26 jun. 2025.

OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Uma breve história da UFRJ. Disponível em: <https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/historia/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Recomendações da OMS sobre cuidados maternos e com recém-nascidos para uma experiência pós-natal positiva: sumário executivo. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789240044074>. Acesso em: 17 mai. 2025.

OXFAM BRASIL. PEC 164/12: Um retrocesso para as mulheres. Oxfam Brasil, 2024. Disponível em:

<https://www.oxfam.org.br/noticias/pec-164-12-um-retrocesso-para-as-mulheres/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

PAULO, Paula Paiva. Censo: parcela de pretos e pardos com ensino superior quintuplica em 22 anos, mas segue metade da de brancos. G1, 26 fev. 2025.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2025/02/26/censo-parcela-de-pretos-e-pardos-com-ensino-superior-quintuplica-em-22-anos-mas-segue-metade-da-de-brancos.ghtml>. Acesso em: 27 fev. 2025.

PETRONE, Talíria. Talíria Petrone apresenta projetos em defesa dos direitos das mulheres. 2019. Disponível em:

<https://talriapetrone.com.br/blog/taliria-petrone-apresenta-projetos-em-defesa-dos-direitos-das-mulheres/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

PROCURADORIA GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG). Lei nº 14.925/2024 garante direitos a estudantes e pesquisadores em situações de parentalidade e internação hospitalar. Procuradoria da UFCG, 19 jul. 2024. Disponível em:

<https://procuradoria.ufcg.edu.br/ultimas-noticias/184-lei-n-14-925-que-traz-importantes-mudancas-para-estudantes-e-pesquisadores-de-instituicoes-de-ensino-superior-e-em-situacoes-de-parentalidade-e-internacao-hospitalar>. Acesso em: 10 mar. 2025.

PROJETO COLABORA. Ser mãe e universitária é padecer na ilha do Fundão. 13 maio 2019. Disponível em:

<https://projetocolabora.com.br/ods1/ser-mae-e-universitaria-e-padecer-na-ilha-do-fundao/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

RIBEIRO, Ana Maria. Memórias do movimento estudantil no campus da Praia Vermelha. Rio de Janeiro, 2020. UFRJ. Disponível em:

<http://www.cfch.ufrj.br/index.php/decania/noticias/1370-memorias-do-movimento-estudantil-no-campus-da-praia-vermelha> Acesso em: 5 dez. 2024.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de fala. São Paulo: Pólen, 2019.

_____. Pequeno Manual Antirracista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 135 p.

RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro?. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 148 p.

RIZZO, Tamiris Pereira. FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. Do estar à deriva ao aquilombamento: territorialidade e produção de saberes de coletivos negros da UFRJ. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 17, e20169, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.20169.073>. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100463&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 13 mai. 2025.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. O poder do macho. Salvador: Ministério Público do Estado da Bahia, 1987. Disponível em: <https://dspace.sistemas.mpba.mp.br/jspui/handle/123456789/753>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SANTIAGO, Carla Santos. Carga mental: sobre ser o “HD” de alguém. Núcleo Materna, 2025. Disponível em: <https://www.nucleomaterna.org/carga-mental-sobre-ser-o-hd-de-alguem/>. Acesso em: 10. mai. 2025.

SANTOS, Cristina Vianna Moreira dos; IRINEU, Bruna Andrade; RABELO DA SILVA, Hellen Karita; ARAÚJO, Maria-Letícia Di Rodrigues. Roda de conversa “Sou mulher, sou mãe”: reflexões sobre maternidade, formação acadêmica e trabalho. Universidade Federal do Tocantins, 2017. Disponível em: https://www.nucleomaterna.org/_files/ugd/e7c51b_2a3fc2591a414c8bb70c3e5715a90ffa.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

SANTOS, Jussara Francisca de Assis dos. Enfrentamento à violência obstétrica: contribuições do movimento de mulheres pretas brasileiras. Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea, v. 19, n. 47, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2021.56082>. Acesso em: 10 mai. 2025.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço. São Paulo: EdUSP, 2006.

SANTOS, Milton. As cidadanias mutiladas. In: O Preconceito. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996. p. 133-144.

SANTOS, Milton. O Espaço do Cidadão. 7. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. 176 p.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. Cadernos Pagu [recurso eletrônico], Campinas, n. 16, p. 137–150, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA, Juliana Marcia Santos. A partir do momento que eu vi que não estava sozinha que eu consegui avançar: coletivos de mães universitárias do Estado do Rio de Janeiro sob as narrativas de suas fundadoras. 2024. 173 f. Tese Doutorado em Serviço Social – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: https://www.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/2012063_2024_completo.pdf. Acesso em: 26 jun. 2025.

SOUZA, Carla. Mainhas acadêmicas: enquanto corpos de potência. Blogueiras Negras, 3 jun. 2025. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/mainhas-academicas-enquanto-corpos-de-potencia/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

TELES, Maria Amélia Almeida. Direito à creche: proposta rebelde. Outras Palavras, 16 ago. 2018. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/feminismos/direito-a-creche-proposta-rebelde/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. A assistência à saúde de pessoas transexuais: aspectos históricos do processo transexualizador no Estado do Rio de Janeiro. 2024. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_52fbec30171169225457b8ec2a80d2bc. Acesso em: 26 jun. 2025.

TENENBLAT, Mably Jane Trindade. A trajetória dos estudos trans no Brasil: notas para um debate. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS E PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2024, Recife, PE. Anais eletrônicos. Recife: ABEPSS, 2024. ISSN 2965-2499. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/paginas/enpess-2024>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UN – Population Division. Abortion policies and reproductive health around the world. New York: United Nations, 2014. (Population studies, ST/ESA/SER.A/343). ISBN / ISSN 9789211515213 Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/826608?ln=es> Acesso em: 25 jun. 2025.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Praia do Flamengo, 132: um endereço especial. [s.d.]. Disponível em: <https://www.une.org.br/praiadoflamengo/>. Acesso em: 5 dez. 2024.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. Universidade e maternidade: desafios e soluções. s.d. Disponível em: <https://www.une.org.br/noticias/universidade-e-maternidade-desafios-e-solucoes>. Acesso em: 5 dez. 2024.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UERJ. Uerj inaugura Serviço de Promoção da Saúde e Sala de Apoio à Maternidade no campus de Nova Friburgo. 6 jul. 2023. Disponível em: <https://www.uerj.br/noticia/uerj-inaugura-servico-de-promocao-da-saude-e-sala-de-apoio-a-maternidade-no-campus-de-nova-friburgo/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Edital suplementar do Edital n.º 07/2025.1 para novas vagas para estudantes de graduação – Serviço e auxílio creche. PROAE UFBA, 30 maio 2025. Disponível em: <https://proae.ufba.br/pt-br/edital-suplementar-do-edital-no0720251-para-novas-vagas-para-estudantes-de-graduacao-servico-e>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE. UFPE institui Grupo de Trabalho para desenvolvimento de políticas de apoio à maternagem e paternagem na Universidade. 12 maio 2025. Disponível em: https://www.ufpe.br/ascom/noticias/-/asset_publisher/O3Odar12gQTr/content/ufpe-institui-grupo-de-trabalho-para-desenvolvimento-de-politicas-de-apoio-a-maternagem-e-paternagem-na-universidade/40615#:~:text=Todos%20atuam%20de%20forma%20

[colaborativa.n%C3%BAmero%2023076.034204/2025%2D81](#). Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Conselho Universitário aprova política para permanência estudantil materna. 19 dez. 2024. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2024/12/conselho-universitario-aprova-politica-para-permanencia-estudantil-materna/>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Resolução Normativa nº 200/2024/CUn: Política Institucional de Permanência para Estudantes Mães na Universidade Federal de Santa Catarina. UFSC, 18 dez. 2024. Disponível em: https://noticias.ufsc.br/files/2025/02/RN_200-2024-CUn_-_Politica_permanencia_estudantes_maes_-_final.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PR5). Newsletter Comunica Extensão – Maio 2025. Disponível em: <https://mailchi.mp/pr5.ufrj.br/newsletter-comunica-extensao-maio-2025>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ. Guia de boas práticas de apoio à parentalidade e às pessoas cuidadoras em atividade na UFRJ. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://app.pr2.ufrj.br/public/uploads/repositories/BOASPRATICAS.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Edital nº 621/2024 – Auxílio Educação Infantil. PR7 – Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, 9 ago. 2024. Disponível em: <https://politicasestudantis.ufrj.br/index.php/1014-edital-selecao-621-auxilios>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Política de Assistência Estudantil. PR7 – Pró-Reitoria de Políticas Estudantis, 29 mar. 2019. Atualizada em: 26 jan. 2024. Disponível em: <https://politicasestudantis.ufrj.br/index.php/politica-de-assistencia-estudantil>. Acesso em: 26 jun. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. PR7 – Pró-Reitoria de Políticas Estudantis. PR7 em números, 26 jan. 2024. Disponível em: <https://politicasestudantis.ufrj.br/index.php/apresentacaocoordenacao-2>. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Relatório de Gestão PR7 (2019–2023). PRÓ-REITORIA DE POLÍTICAS ESTUDANTIS – PR7, 2023. Disponível em: https://politicasestudantis.ufrj.br/images/DOCUMENTOS/2023/Relatorio/RELATORIO_DE_GESTAO_PR7_2019_2023.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Resolução nº 02/2019 – Regulamenta a Política de Assistência Estudantil da UFRJ. Conselho Universitário

(CONSUNI), 15 fev. 2019. Disponível em:

https://politicasestudantis.ufrj.br/images/Institucional/Politica_de_assistencia_estudantil_Resolucao_02_2019.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF; COLUNI – Colégio Universitário.

Editais Projeto Espaço de Cuidados – 1º semestre de 2025. Niterói, 25 nov. 2024.

Disponível em:

https://coluni.uff.br/wp-content/uploads/sites/793/2025/05/Editais-Espaco-de-Cuidados-04_2025.docx.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

VOZES LIVRES: quatro mulheres escravizadas contam suas histórias. Org. Íris Monteiro. 1.ed. - São Paulo: Eureka Soluções Pedagógicas, 2024. 240 p.